



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

**Projeto Pedagógico do**  
**Curso de Gestão de Políticas Públicas**

**FORTALEZA - CE**  
**JUNHO – 2014**  
**Revisado Junho 2017**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Michel Miguel Elias Temer Lulia

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO**

José Mendonça Bezerra Filho

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

**REITOR**

Professor Henry de Holanda Campos

**VICE-REITOR**

Professor Custódio Luis Silva de Almeida

**PRÓ-REITOR DE ASSUNTOS ESTUDANTIS**

Professor Manuel Antonio de Andrade Furtado

**PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO**

Professora Márcia Maria Tavares Machado

**PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO**

Professor Cláudio de Albuquerque Marques

**PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Professor Antônio Gomes de Souza Filho

**PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**

Professor Almir Bittencourt da Silva

**PRÓ-REITORA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Professora Marilene Feitosa Soares

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**

Professora Francisca Sylvania de Sousa Monte – Presidente (DED/CCA)

Professor Alcides Fernando Gussi (DED/CCA)

Professora Alessandra Pinheiro de Góes Carneiro (DED/CCA)

Professora Ana Maria Monte Coelho Frota (DED/CCA)

Professora Celecina Maria de Veras Sales (DED/CCA)

Professora Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo (DED/CCA)

Professora Helena Selma Azevedo (DED/CCA)

Professora Maria Amália Simonetti Gomes de Andrade (DED/CCA)

**ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA/PROGRAD**

Ana Paula de Medeiros Ribeiro

Coordenadora de Projetos e Acompanhamento Curricular – COPAC

Aline Batista de Andrade

Diretora de Planejamento e Avaliação de Projetos Pedagógicos

Virgínia Moura Garcia Oliveira

Diretora de Desenvolvimento Curricular

**DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Profa. Sônia Maria Pinheiro de Oliveira

**VICE-DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Prof. Alexandre Holanda Sampaio

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2015/2016)**

**Francisca Silvania de Sousa Monte**

Coordenadora do Curso de Gestão de Políticas Públicas

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016)**

**Helena Selma Azevedo**

Coordenadora do Curso de Gestão de Políticas Públicas

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (2016/2017)**

**Julio Alfredo Racchumi Romero**

Coordenador do Curso de Gestão de Políticas Públicas

**MEMBROS DO COLEGIADO DA COORDENAÇÃO DO CURSO**

**Julio Alfredo Racchumi Romero**

**Breno Aloísio Torres Duarte de Pinho**

**Antônia Emanuela Oliveira de Lima**

**Roselane Gomes Bezerra**

**Representante do Centro Acadêmico**

**COORDENADORA DE PROGRAMAS ACADÊMICOS**

**Profa. Francisca Silvania de Sousa Monte**

**Rebecca Maria de Freitas Sousa Oliveira**

**Samuel Rocha de Sousa**

**Saulo Gabriel Bandeira de Oliveira**

Servidores Técnico-Administrativos da Coordenação do Curso

## **NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE**

Celecina de Maria Veras Sales

Gil Célio de Castro Cardoso

Julio Alfredo Racchumi Romero

Roselane Gomes Bezerra

Verônica Salgueiro do Nascimento

## SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	6
2 JUSTIFICATIVA .....	8
3 HISTÓRICO DO CURSO.....	12
3.1 Antecedentes na Pós-graduação .....	12
3.2 Antecedentes na Graduação.....	14
3.3 Outras experiências relevantes no campo da Pesquisa e da Extensão.....	19
3.4 A proposição da criação do Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas .....	22
3.5 Discussão da proposta de criação do Curso com Entidades Parceiras .....	22
4 PRINCÍPIOS NORTEADORES .....	24
5 OBJETIVOS DO CURSO.....	27
5.1 Objetivo Geral .....	27
5.2 Objetivos Específicos .....	27
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	28
7 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO.....	29
8 ÁREAS DE ATUAÇÃO .....	30
9 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	31
9.1 Flexibilidade na Estruturação Curricular.....	31
9.2 Interdisciplinaridade .....	32
9.3 Orientação Pedagógica .....	32
9.4 Interligação entre as Disciplinas do Curso .....	33
9.5 Integração entre Teoria e Prática .....	33
9.6 Programas de Acompanhamento e Auxílio a Alunos(as) com Dificuldades de Aprendizagem.....	34
9.7 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI.....	34
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR .....	36

10.1 Unidades Curriculares .....	38
10.2 Disciplinas por Semestre Letivo com Pré-requisitos.....	38
10.3 Disciplinas por Unidades Curriculares .....	41
10.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros Departamentos.....	44
10.5 Carga horária por Componentes Curriculares .....	44
10.6 Ementário das Disciplinas .....	45
10.7 Estágio Supervisionado (Residência Social) .....	82
10.8 Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia:.....	82
10.9 Atividades Complementares:.....	83
11 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR: .....	84
12 QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR .....	85
13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO .....	86
13.1 Do Projeto Pedagógico .....	86
13.2 Dos Processos de Ensino e de Aprendizagem .....	87
14 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OFERTA DO CURSO: .....	92
14.1 Corpo Docente .....	92
14.2 Infra-estrutura .....	95
15 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO .....	97
15.1 Coordenação .....	97
15.2 Colegiado.....	97
15.2. Núcleo Docente Estruturante.....	97
15.4 Apoio ao discente .....	98
15.5. Condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida...100	
ANEXOS	

## **1 APRESENTAÇÃO**

O presente documento apresenta publicamente o projeto do curso de graduação de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará (UFC), que será oferecido pelo Centro de Ciências Agrárias da UFC, segundo as Diretrizes Curriculares aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Lei 9.394/96).

O Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas deve promover o exercício da intervenção profissional qualificada como parte do processo de formação, estabelecendo-se como polo de formulação, implementação, análise e avaliação das práticas de políticas públicas numa perspectiva crítica e plural. Interdisciplinar, o processo de formação do Bacharel em Gestão de Políticas Públicas visa desenvolver a compreensão da importância do contexto econômico, político, cultural e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

Este curso tem a finalidade de formar bacharéis com conhecimentos especializados em três grandes áreas: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; Políticas Sociais; e, Avaliação de Políticas Públicas, aptos para a realização de análises, elaboração de planos, e reformulação de programas, projetos e implementação de ações no âmbito das políticas públicas. Pretende-se que o Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas promova o exercício da intervenção profissional qualificada como parte do processo de formação, estabelecendo-se como polo de formulação, implementação, análise e avaliação das práticas de políticas públicas numa perspectiva crítica e plural.

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas terá uma estrutura curricular interdisciplinar estruturada em diversos campos do conhecimento científico, integrando saberes da Ciência Política, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Ciências Econômicas, Ciências Agrárias e Ambientais, Ciência da Informação, História, Geografia, Gestão do Território, Saúde, Educação e Cultura, Política Regional e Local, Desenvolvimento Econômico e Social. A combinação destes conhecimentos produz o referencial teórico e prático para a formação do futuro bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Desta forma, espera-se que o Curso de Gestão de Políticas Públicas proporcione ao(à) egresso(a) uma sólida formação interdisciplinar que, além de gestores(as) qualificados(as) para a atuação no setor público em sentido *lato*, contribua para o desenvolvimento, promoção da cidadania, reconhecimento das diversidades socioculturais, enfrentamento das desigualdades de gênero, melhoria das condições de vida da população e demais ações que visem o avanço da sociedade em suas múltiplas dimensões, através do desenvolvimento da compreensão da importância do contexto econômico, político, cultural e social na formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas.

O curso será oferecido pelo Centro de Ciências Agrárias da UFC, com 50 vagas anuais, na modalidade presencial, no período vespertino, com algumas disciplinas podendo ser oferecidas no período diurno, com duração de 08 (oito) semestres, a serem integralizados em 4 (quatro) anos no mínimo e 6 (seis) anos no máximo, conforme determinado pela Resolução CEPE/UFC nº. 14, de 3 de dezembro de 2007.

O projeto do curso estrutura-se a partir das áreas do saber que sustentam a formação interdisciplinar dos futuros bacharéis e dos fundamentos pedagógicos que irão permitir a formação dos(as) alunos(as) em consonância com práticas de ensino-aprendizagem inovadoras (com base nas competências da equipe de professores da UFC, atuais e a serem contratados) e as demandas postas pela sociedade contemporânea.



## 2 JUSTIFICATIVA

A criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas na Universidade Federal do Ceará tem como base o debate acadêmico sobre as políticas públicas, intensificado a partir dos anos 80, cuja temática tem avançado sistematicamente e os estudos sobre o tema crescido nos últimos anos. Não obstante, a globalização que, combinada com as mudanças nas economias nacionais, ameaçou as funções do Estado, pela tentativa de reversão das políticas universalistas de proteção social e pela falta de políticas setoriais no plano da produção, no Brasil, ao mesmo tempo, não houve, mesmo diante desta dinâmica mais ampla de globalização e do Estado mínimo, uma descontinuidade do crescimento da proteção social, tal como se registrou em outros países da região (ETULAIN, 2011).

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, principalmente a partir do início dos anos 1980 – emergência dos movimentos sociais, fortalecimento do sindicalismo, manifestações de trabalhadores, manifestações populares por eleições diretas, formação da Constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 – a chamada “Constituição Cidadã” - colocaram na pauta das discussões novas demandas. A institucionalização dos direitos sociais, coletivos e, conseqüentemente, das políticas públicas constantes da Nova Carta Magna do país descortinaram um novo cenário que ensejou o crescente interesse pelo estudo das políticas públicas.

O processo de inovação e experimentação em programas governamentais, bem como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas setoriais, despertaram mais que curiosidade sobre os “micro” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro – revelaram o grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (ARRETCHE, 2003), indicando a necessidade de estudos na área de políticas públicas no Brasil.

A lacuna, percebida por Arretche (2003), tem sido preenchida por um número crescente de pesquisas, de criação de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em diversas universidades, com o conseqüente crescimento das dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas públicas; no surgimento, nas universidades e fora delas, das "Escolas de Governo"; na criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento, nos programas de pós-graduação; e no estabelecimento de linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área pelas agências de fomento nos últimos anos.

Novas agências governamentais foram criadas ou reativadas para o planejamento estatal e para a avaliação de políticas públicas, nos três níveis de governo; no plano da sociedade a instrumentalização do conhecimento científico tem sido uma constante por parte de ONGs e outros grupos; e, no caso do conhecimento acadêmico sobre as políticas públicas no âmbito da graduação, foram criados diversos cursos em várias universidades do país, constituindo-se o que se denominou como “Campo de Públicas” (FARIA, 2013).

“Campo de Públicas” é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social, de universidades brasileiras, no interior de um movimento nacional pela afirmação da autonomia dessas áreas em relação à de Administração de Empresas, da qual, até então, os cursos eram vistos como subáreas.

Estes novos cursos tem sido implantados, em sua maioria, pelas Instituições Federais de Ensino Superior, muitos deles a partir do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação. Implantados recentemente, a partir de 2009 e 2010, em sua maioria, esses cursos, ao enfatizarem o campo das políticas públicas ou da gestão pública tem se constituído como inovação importante no cenário da expansão do ensino superior do país (FARIA, 2013).

Sem esgotar o universo dos cursos criados neste escopo, podem ser destacados os cursos de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC) em São Bernardo do Campo – SP, Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each), Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (UnB) e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Campinas (UNICAMP/Limeira).

Além desses, foram criados também novos cursos de graduação tecnológica em Gestão Pública na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Universidade Federal da Bahia (UFBA) e/ou Gestão Social e alguns bacharelados híbridos entre Administração Pública e Gestão Social, tal como se verifica com o Curso Administração Pública: Gestão Pública e Social criado ainda pela UFC no campus do Cariri e hoje pertencente à Universidade Federal do Cariri (UFCa) em Juazeiro do Norte – CE e Administração Pública e Gestão Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Também merecem destaque os cursos de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Gestão Pública da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Matinhos), Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>1</sup>.

Unidos em torno de afinidades teórico-metodológicas os cursos, dirigentes, professores e estudantes do Campo de Públicas constituem uma comunidade agregadora de atores (individuais e coletivos) acadêmicos, profissionais e políticos voltados à defesa dos valores, interesses e propostas concernentes à implantação e consolidação, no Brasil, de um ensino de graduação de qualidade, comprometido com os desafios da gestão pública necessária aos avanços sociais, políticos e administrativos nos governos, em seus diversos níveis (União, Estados e Municípios) e em seus diversos âmbitos (administração direta, indireta e fundacional, empresas públicas).

A ideia de um Campo de Públicas adquire forma e movimento consistentes a partir de 2005, quando têm início os esforços para retirar os cursos de Administração Pública da condição de subárea de Administração, com a proposta de que respondessem a Diretrizes Curriculares distintas daquelas a que se subordinavam as graduações em Administração.

Destaca-se que o Curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP/Each) foi, em 2005, a primeira experiência de criação de um curso independente das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Administração recém aprovadas, tendo iniciado as suas atividades em fevereiro de 2005, com 120 alunos que optaram pela carreira de Gestor de Políticas Públicas (ARAÚJO, 2011).

Desde o advento da sanção, pelo Ministro da Educação, da Resolução da Resolução CNE 01/2014 (DCN próprias do Campo de Públicas), o Campo de Públicas adquire amparo normativo para se tornar, então, legal e institucionalmente, uma área específica no sistema educacional brasileiro, cujas especificidades são, em parte, delineadas na própria Resolução CNE 01/2014 e, em parte, estão sendo construídas pelo movimento por sua plena implementação.

Torna-se singular a experiência, no Brasil, de considerar, vinculados a uma única DCN e a processos avaliatórios comuns, vários cursos de graduação, como é o caso no Campo de Públicas, que abrange os Cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, tornando-os um campo multidisciplinar do saber, de ensino e de pesquisa.

---

<sup>1</sup> Ver Revista Temas de Administração Pública da UNESP, edições especiais 2010, 2011 e 2012, que apresenta a história de criação de 17 cursos do Campo de públicas.

O novo Curso de Gestão de Políticas Públicas está voltado para a formação de quadros de nível superior, científica, técnica e eticamente preparados para assumir responsabilidades enquanto administradores públicos e administradores do terceiro setor; a formação de quadros profissionais de nível superior capacitados a conceber, elaborar, implementar, gerir, monitorar e avaliar políticas, planos, programas e projetos de agências governamentais e não governamentais.

Mais especificamente, a exemplo dos diversos novos cursos criados no âmbito do Campo de Públicas, o curso deverá qualificar os(as) alunos(as) para a pesquisa, elaboração de diagnósticos, análises técnicas de políticas, planos, programas e projetos; para a prática profissional e cidadã inspirada em valores éticos e no espírito público; para liderar e apoiar processos voltados para o aperfeiçoamento da Gestão Pública em seus vários níveis e setores; para promover os direitos humanos (econômicos, sociais, culturais, ambientais) e participar de processos voltados para o avanço da democracia e justiça social na sociedade brasileira

### **3 HISTÓRICO DO CURSO**

O Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC está sendo criado a partir de diversas ações de pesquisa e extensão associadas à pós-graduação e à graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC nos últimos dez anos, conforme especificadas a seguir:

#### **3.1 Antecedentes na Pós-graduação**

Na UFC o estudo sobre as políticas públicas vem se ampliando com mais intensidade desde a criação do Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) criado em 11/09/2000, com a aprovação CEPE/UFC e CONSUNI de 14/09/2000. Este resultou do acordo estabelecido, à época, entre a assessoria da Presidência da República, a Reitoria da Universidade Federal do Ceará, o Governo do Estado do Ceará e a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Em 16/12/2004, o Programa foi recomendado e reconhecido pela CAPES, e, desde então, tem trilhado caminhos próprios, no sentido de se consolidar e se tornar referência na área de avaliação de políticas públicas. Atualmente, o MAPP está na sua sétima turma, com um total de 106 dissertações defendidas.

O Programa tem caráter interdisciplinar, direcionando-se para o campo específico de avaliação de políticas públicas, o que o distingue de outros cursos e programas orientados para o campo geral das políticas públicas. Assim, propõe uma consistente formação analítica, na interlocução entre diferentes paradigmas de avaliação, aliada a uma permanente construção de novas metodologias, na articulação entre distintas abordagens e técnicas, de diferentes disciplinas, visando o delineamento de mecanismos, estratégias e instrumentais técnicos na formação do avaliador e viabilização de pesquisas em avaliação de caráter interdisciplinar.

O Programa tem como intuito viabilizar a qualificação de profissionais da administração pública, dos organismos estatais e demais entidades da sociedade civil, dotando-os de instrumental teórico e metodológico específico e apropriado à avaliação de políticas públicas sociais. São objetivos específicos:

- a) Propiciar e difundir conhecimentos teórico-metodológicos a profissionais que atuam na área de políticas públicas, uma compreensão da realidade socioeconômica, política, ambiental e cultural do país, da região Nordeste e do estado do Ceará, entendidos no contexto do sistema mundial, estabelecendo as necessárias relações e mediações;

- b) Contribuir para a institucionalização de uma cultura de avaliação de políticas públicas no âmbito do Estado em suas relações com a sociedade civil, na perspectiva de intervir, de forma qualificada, na gestão pública;
- c) Desenvolver a produção técnico-científica em avaliação de políticas públicas de caráter social por meio de estudos e pesquisas que viabilizem a análise neste campo;
- d) Priorizar a construção de novas metodologias de avaliação de políticas públicas, em resposta às demandas de produção de conhecimento deste campo emergente para a constituição de uma epistemologia de avaliação de políticas públicas;
- e) Viabilizar a interdisciplinaridade no campo da avaliação de políticas públicas a partir das inter-relações teórico-metodológicas das diferentes disciplinas e áreas do conhecimento no ensino e na pesquisa;
- f) Consolidar o Núcleo Multidisciplinar de Políticas Públicas (NUMAPP) como um centro de produção de pesquisa em avaliação de políticas públicas, gerador de um conhecimento crítico-analítico que contemple a concepção e desenho das políticas, os processos de sua implementação, seus impactos sociais, políticos, culturais e ambientais contextualizados em distintos tempos e espaços, contemplando as escalas global, nacional, regional e local;
- g) Formar avaliadores de políticas públicas com um perfil técnico-analítico, em uma perspectiva interdisciplinar para a atuação qualificada nos diferentes espaços profissionais: órgãos federais, estaduais, municipais, fundações, empresas e em organizações não-governamentais.

Há apenas uma Área de Concentração, Avaliação de Políticas Públicas, com três linhas de pesquisa: 1 Políticas Públicas e Mudanças Sociais, 2 Desenho de Políticas Públicas de Caráter Social e 3 Políticas Públicas, Território e Cultura. As linhas de pesquisa foram concebidas de forma a inserir diferentes setores e temas da área de Políticas Públicas, a saber: saúde, educação, desenvolvimento local e/ou regional, políticas rurais e urbanas, turismo, meio ambiente, segurança pública, seguridade e inclusão social, com o intuito de afirmar o caráter multidisciplinar do Programa e constituir a prática interdisciplinar na avaliação de políticas públicas.

Assim, as linhas de pesquisa não priorizam os setores e temas das políticas públicas, e sim perspectivas que orientam a avaliação, a saber: 1 estudo da efetividade de políticas e programas no tocante a mudanças sociais; 2 estudo do desenho de políticas e programas com o intuito de avaliar a formulação das políticas e/ou elaborar novas metodologias; 3 estudo de políticas e programas sociais, com ênfase nas variáveis território e

cultura, e seus efeitos sobre populações e meio-ambiente. Isto significa que qualquer tema/setor da política pública pode se inserir nessas linhas de pesquisa e o que determina a classificação em uma ou outra linha é o foco da avaliação. Ressalta-se que cada linha conta com professores de diferentes áreas disciplinares, preservando a proposta multidisciplinar e interdisciplinar do Programa.

### **3.2 Antecedentes na Graduação**

No âmbito da graduação, as discussões sobre as políticas públicas tiveram como vetor fundamental a criação do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP) em 2008 como resultado de uma sequência de estudos na área de políticas públicas e mudanças sociais do meio rural cearense ao longo dos últimos dez anteriores, por professores dos Departamentos de Economia Doméstica e Economia Agrícola do Centro de Ciências Agrárias da UFC.

Os primeiros estudos trataram da avaliação dos assentamentos rurais que resultaram do I Plano Nacional de Reforma Agrária e de experiências estaduais de assentamentos. Outros trabalhos foram executados com a população rural atingida pela implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, nos quais foram analisados os efeitos da implantação do Complexo na qualidade de vida das famílias rurais atingidas pela obra. Em seguida, realizou-se uma pesquisa em 1993, com vistas a analisar a estratégia de reassentamento utilizada com a população rural atingida por obras de infraestrutura no Estado do Ceará, trabalhando com os atingidos pela barragem do Castanhão.

Neste esforço, foi possível iniciar um estudo da política de reassentamento, recuperando a história da construção da Barragem sob a perspectiva dos atingidos, das lideranças locais e dos técnicos diretamente envolvidos no processo de reassentamento. Também foi possível verificar, até aquele momento, as repercussões das ações governamentais nas condições de vida das populações atingidas.

O LEPP é um Programa de Extensão de caráter permanente da UFC e desenvolve ações de extensão e de pesquisa, associadas ao ensino, através de um grupo interdisciplinar de pesquisadores dos Departamentos de Economia Doméstica, Economia Agrícola, Geografia e do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas. Constitui-se em um espaço para a formação de ambientes de estudos científicos sobre as políticas públicas no âmbito de sua formulação, gestão, acompanhamento e avaliação e foi baseado no desenho institucional do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento

Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), do qual o LEPP é laboratório associado.

No âmbito do **Ensino**, o Laboratório propôs ao Curso de Economia Doméstica a criação das disciplinas: “Políticas Públicas de atendimento às Famílias no Brasil”; “Políticas de Microcrédito para Famílias e Comunidades” “Políticas Públicas e Economia Solidária” e “Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural”, que são oferecidas como Estudos Especiais para o Curso de Economia Doméstica.

Em **Extensão**, o Laboratório presta assessoria e consultoria a organizações, associações comunitárias, grupos e movimentos sociais que lidam com a temática das políticas sociais voltadas para as famílias e desenvolve metodologias para a implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais que tenham por finalidade tratar da exclusão social da população. Vale ressaltar que as ações e os estudos são realizados tendo sempre como foco o desenvolvimento de procedimentos metodológicos que procuram retratar as condições específicas do público para os quais as políticas estudadas são propostas. Outras ações de extensão já realizadas foram Seminários, Ciclo de Debates e Cursos. Além destas ações o LEPP possui uma Hemeroteca classificada em torno das temáticas estudadas.

No campo da **Pesquisa** foram realizados estudos sobre Políticas e Programas de Desenvolvimento Rural, com participação de professores dos Departamentos de Economia Doméstica, Economia Agrícola e Geografia da UFC e estão sendo realizadas pesquisas em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ, entre as quais se destaca a pesquisa “Observatório de Conflitos Urbanos na cidade de Fortaleza”. Associada a esta pesquisa, está em processo de construção a Rede Brasileira de Observatórios de Conflitos Urbanos formada por um conjunto de equipes de pesquisa, em diferentes cidades brasileiras, tendo por objetivo promover estudos comparados sobre conflitos urbanos; todos os grupos operarão com a mesma metodologia de coleta e registro de informações.

Também está em desenvolvimento em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ a pesquisa “Observatório Socioambiental de Barragens (OSAB)” ([www.observabarragem.ippur.ufrj.br](http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br)), um banco de dados online que registra, organiza e disponibiliza informações sobre barragens e aproveitamento hidrelétricos no Brasil. Também está sendo realizada uma pesquisa intitulada “Observatório Socioambiental de Barragens: desenvolvimento de um sistema de informações sobre a construção de barragens no estado do Ceará (OSAB-CE)<sup>2</sup>”, que tem por objetivo estruturar o Observatório Socioambiental de

---

<sup>2</sup> Esta pesquisa contou com financiamento do CNPq.



barragens do estado do Ceará (OSAB-CE) através do desenvolvimento de um sistema de informações que incorpore dados sobre as especificações técnicas, as articulações corporativas, os impactos ambientais, as pendências sociais, os conflitos e os rearranjos espaciais engendrados pela construção de barragens no Ceará.

Ainda em parceria com o ETTERN/IPPUR/UFRJ está sendo realizada a pesquisa “Megaeventos Esportivos: Conflitos Urbanos, Direitos Humanos e Cidade de Exceção”, cujo objetivo é a consolidação de metodologia de pesquisa e análise de ações decorrentes dos megaeventos esportivos nas cidades sedes da Copa do Mundo 2014 que impliquem em conflitos urbanos, violações de direitos humanos e atos de exceção. A metodologia desta pesquisa inclui a construção colaborativa de conceitos e categorias de análise a partir da promoção de diálogo entre pesquisadores em rede nacional, de instituições de pesquisa das cidades-sede dos megaeventos esportivos, e o desenvolvimento de instrumental de sistematização, análise e difusão de informações a ser implementado em âmbito nacional.

Como instrumento de pesquisa e parte da metodologia, desenvolve-se uma plataforma e sistema de gerenciamento e difusão de informações a partir de banco de dados já em desenvolvimento em caráter preliminar pelo ETTERN/UFRJ, em colaboração com pesquisadores de universidades e institutos de pesquisa das cidades-sede dos megaeventos, integrantes da Rede de Observatório de Conflitos Urbanos, quais sejam, das equipes do Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo, Recife, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

Além dos estudos e pesquisas contemplando diversas áreas, em intercâmbio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o LEPP tem, há mais de três anos, estreitado os vínculos com professores do Curso de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV) no sentido de desenvolver metodologias voltadas para o desenvolvimento social, que redundaram na criação recente do Grupo de Pesquisa “Desenvolvimento Humano, Social e Vida Cotidiana”, oficialmente criado no Workshop com o mesmo nome que aconteceu em 29 e 30 de março de 2014 na cidade de Viçosa – MG.

Ao longo dos anos o LEPP tem realizado diversos eventos na temática de políticas públicas, o primeiro deles teve por tema “Família e Políticas Públicas” e foi um espaço para discussão de temáticas referentes às Políticas de Microcrédito, Economia Solidária e Segurança Alimentar e aconteceu em Fortaleza de 23 a 25 de junho 2008. O Seminário de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural, realizado no ano seguinte, foi um espaço para discussão de temáticas referentes às políticas públicas rurais, especificamente no que diz respeito a agricultura familiar e suas inter-relações com a segurança e soberania alimentar das famílias e às políticas de convivência com o semiárido.

Posteriormente, o LEPP iniciou um Ciclo de Debates para a discussão de temas associados às políticas públicas, entre as quais a realização da palestra Desemprego, Mercado de Trabalho e Políticas Públicas, realizada em 2009, com a presença do Prof. Alberto de Oliveira da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Prof. Osmar de Sá Pontes da Universidade Federal do Ceará (UFC). Os temas debatidos foram: Desemprego, Mercado de Trabalho e Políticas Públicas,

Na Palestra “Os Grandes Projetos de Intervenção Urbana e a Questão da Moradia”, estudantes de graduação pós-graduação e pessoas interessadas no assunto, tiveram a oportunidade de debater temas relacionados com os Grandes Projetos de Intervenção Urbana e a Questão da Moradia. O evento foi realizado em 2010 e contou com a presença do Prof. Dr. Gilmar Mascarenhas de Jesus da UERJ/ETTERN-IPPUR-UFRJ, de representantes do Movimento de Luta das Comunidades em Defesa da Moradia e do Escritório Frei Tito de Alencar, da Assembleia Legislativa do estado do Ceará. Este evento marcou o início da atuação do LEPP na discussão das políticas de desenvolvimento urbano, em especial às relacionadas aos megaeventos esportivos.

Mais recentemente, no final de 2013, o LEPP promoveu a palestra “Megaeventos e o direito à cidade no contexto das remoções”, com a participação do prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer, coordenador do ETTERN/IPPUR/UFRJ, laboratório de pesquisa ao qual o LEPP é laboratório associado. Esta ação foi parte componente das pesquisas desenvolvidas em parceria LEPP/ETTERN relacionadas às ações ligadas à Copa do Mundo 2014.

Como referido anteriormente, o LEPP tem desenvolvido estudos e dado assessoria a diversas instituições, notadamente no campo das Políticas Sociais, principalmente no desenvolvimento de metodologias de trabalhos comunitários e avaliação de políticas de geração de renda. Neste sentido, merece destaque o Projeto Tecnologias Sociais de Geração de Renda Familiar: proposta de desenvolvimento de metodologias uma iniciativa do Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Humano (IPREDE) de contornar o elevado grau de vulnerabilidade social das famílias atendidas pela instituição.

O projeto foi uma parceria entre o IPREDE e a Universidade Federal do Ceará, por meio do Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP). O “GeraRenda”, nome fantasia do projeto, visava especificamente fornecer formação básica e específica a 15 mães e/ou cuidadoras atendidas pelo IPREDE em um curso de artigos Têxteis e de Vestuário, construindo uma proposta metodológica para programas de geração de emprego e renda, auxiliada pelo monitoramento de todas as ações executadas ao longo do projeto. Este trabalho teve o apoio financeiro do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

O LEPP também desenvolveu um projeto no âmbito do Setor de Responsabilidade Social Corporativa de uma empresa o projeto “Geração alternativa de renda comunitária”, que teve como objetivo principal proporcionar a capacitação e orientações básicas para a formação de grupos produtivos para geração de renda em duas comunidades de Fortaleza e uma do interior do Estado.

O objetivo do projeto foi ajudar os participantes a se organizarem como grupos de trabalho produtivo, estimulando a profissionalização dos artesãos e elevando a produção a níveis que permitissem o acesso a canais de distribuição e comercialização mais rentáveis para as comunidades. Buscou-se disponibilizar assessoria técnico-científica através de uma equipe multidisciplinar que viabilizou a implantação desses grupos, para que a partir de então buscassem a autonomia e a sustentabilidade na geração de renda.

O LEPP também realizou uma avaliação da execução das ações de responsabilidade social corporativa da empresa no tocante a projetos de geração de renda em 19 comunidades nos quais esta desenvolveu projetos entre os anos de 2007 a 2009 em Fortaleza e em cidades do interior do Estado. Os dados obtidos com a pesquisa de campo foram analisados à luz da bibliografia pertinente ao tema da avaliação de programas e foram investigadas as dimensões de gestão, execução e impactos. Este trabalho redundou em um trabalho posterior de desenvolvimento de um indicador para a avaliação de projetos de geração de renda, denominado Índice de Desenvolvimento Humano Familiar (IDH-F), indicador este adotado pela empresa para a avaliação dos seus projetos desde então.

Estas ações redundaram em uma solicitação encaminhada pelo LEPP à referida empresa para realizar um piloto do Estágio em Residência Social, proposto para ser desenvolvido como uma experiência teste para a implantação no Curso de Gestão de Políticas Públicas em substituição ao estágio tradicional. A proposta foi prontamente aceita pela empresa, que abriu vaga a uma estudante para que este teste pudesse ser realizado; definiu-se que esta iria acompanhar as ações nas comunidades atendidas pela empresa durante dois meses, estudando uma rede de lideranças comunitárias para a identificação das necessidades de formação de seus quadros; após este período, seriam definidos os cursos a serem oferecidos para contemplar estas demandas.

Outra instituição com quem o LEPP tem trabalhado desde o seu início é o Centro de Estudos, Articulação e Referência sobre Assentamentos Humanos – CEARAH Periferia – é uma organização não governamental sem fins lucrativos, criada em 1991, que atua principalmente em Fortaleza e Região Metropolitana (CE-Brasil). Filiado à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e membro do Conselho Nacional

das Cidades. Seu principal objetivo é o apoio ao Movimento Popular Urbano em suas lutas, visando a melhoria das condições de vida nos assentamentos humanos por meio do desenvolvimento e fortalecimento de ações coletivas no âmbito da habitação, geração de renda e capacitação de lideranças comunitárias.

Os trabalhos desenvolvidos com o Cearah Periferia inicialmente foram voltados para discussões dos projetos de Economia Solitária e Gênero e posteriormente na formação dos movimentos sociais na questão da moradia, na forma de cursos oferecidos na modalidade à distância. Estes cursos têm sido realizados através da Plataforma Solar do Instituto UFC Virtual. A parceria entre o LEPP e o Cearah Periferia resultou na elaboração de um Convênio entre a UFC e a referida instituição, convênio este que durou quatro anos e que foi renovado em 2013.

O LEPP tem utilizado desde o seu início uma combinação de metodologias em virtude da grande abrangência temática dos estudos e ações que abordam as dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e ambientais das políticas e dos programas governamentais. O fio condutor destas diferentes metodologias é o enfoque interdisciplinar e participativo que garante a abordagem da totalidade, evitando a segmentação das análises e dos resultados.

Nos anos de atuação, o LEPP tem se consolidado com um ambiente de estudos e disseminação de conhecimentos científicos sobre políticas públicas no âmbito de sua formulação, gestão, acompanhamento e avaliação e que digam respeito ao atendimento de necessidade das famílias rurais e urbanas; ao mesmo tempo, em que buscou desenvolver nos (as) alunos (as) da graduação as habilidades de pesquisa e os estimular a ingressar em cursos de pós-graduação.

### **3.3 Outras experiências relevantes no campo da Pesquisa e da Extensão**

#### **3.3.1 Programa Residência Agrária**

Também merece destaque especial, o Programa Residência Agrária, criado no âmbito do Centro de Ciências Agrárias (CCA/UFC), que entre outras ações inovadoras, tem se dedicado a estudos das políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar e Agroecologia, dentro do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), programa este que tem o objetivo de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados e atua como instrumento de democratização do conhecimento

no campo, propondo e apoiando projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

O Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação Profissional para Assistência Técnica – Programa Residência Agrária foi criado pela Portaria 057 de 23 de julho de 2004, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do PRONERA. A execução das ações do Programa ficaram a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que estabeleceu parcerias com Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior e Movimentos Sociais do Campo para o desenvolvimento dos trabalhos (MOLINA, 2009, apud FERNANDES, 2013).

Para integrarem o Programa as universidades deveriam ser públicas, terem experiência com pesquisas em áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar e ofertarem nos currículos dos cursos, disciplinas que abordem o desenvolvimento do campo. O Programa deveria estabelecer duas etapas na realização das suas atividades. Na primeira, estudantes cursando o último semestre da Graduação deveriam realizar um Estágio de Vivência em um assentamento rural de seu Estado a partir de um estudo participativo da realidade. Esse estudo resultaria no Trabalho de Conclusão de Curso e num plano de trabalho para os próximos dois anos, o que contemplaria as atividades de pesquisa em uma segunda etapa do Programa: o oferecimento de um Curso de Especialização. Ao final da realização das duas etapas do Programa, os Especialistas formados estariam aptos a atuarem na realidade das áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária visando promover o desenvolvimento rural no país (MOLINA, 2009, apud FERNANDES, 2013).

Nessa perspectiva, a Universidade Federal do Ceará (UFC), foi convidada pelo MDA a integrar o Programa em seu projeto piloto, junto com a Universidade Federal do Semiárido (UFERSA) e Universidade Federal do Piauí (UFPI) agregando o grupo de Universidades que compunham a região Nordeste (Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte). Além destas, mais 12 Universidades fizeram parte do Programa no Brasil, sendo que a primeira Turma do Programa Residência Agrária contou com a participação de quinze Universidades públicas: UFAC, UFPA, UFC, UFERSA, UFPI, UFS, UFRPE, UFBA, UFPB, UNEMAT, UFG, UFRRJ, UNICAMP, UFSM e UFPR. (ESMERALDO et. al, 2009, p.64, apud FERNANDES, 2013).

O Programa Residência Agrária foi o inspirador para a proposição no Curso de Gestão de Políticas Públicas do Estágio em Residência Social, em substituição ao estágio tradicional, conforme especificado anteriormente.

### 3.3.2 Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF)

Relevante trabalho também tem sido realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF) vinculado ao Departamento de Economia Doméstica e filiado à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher e Relações de Gênero (REDOR). Participa, também, das atividades da Rede Internacional de Gênero e Globalização e da Rede de Educação Popular da América Latina e do Caribe.

Embora o NEGIF tenha iniciado suas atividades em 1997 a sua criação no CONSUNI da UFC se deu em 1999. De 1998 a 2002 desenvolveu pesquisas sobre violência contra a mulher; mulheres trabalhadoras das indústrias têxtil e de metalurgia; conselho da mulher e movimento feminista; jovens, família e consumo; famílias rurais e juventude; relações familiares, gênero e identidade de jovens; mulher e trabalho doméstico e políticas de saúde para a família, adolescente e sexualidade, temas que tem sido abordados e tratados pelas políticas públicas voltadas para a mulher e as que tenha foco em geração, como as políticas voltadas para a infância, juventude e pessoa idosa.

### 3.3.3 Participação dos professores em pesquisas relacionadas às políticas públicas

Também destaca-se a participação de diversos professores do Departamento de Economia Doméstica na inserção em diversas Políticas e Programas, seja através do desenvolvimento de pesquisa ou de execução de ações, entre as quais podem ser nomeadas as Políticas/Programas de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional; Educação Infantil; Gênero; Juventude e Pessoa Idosa; Reassentamento de populações urbanas e rurais; Microcrédito e Economia Solidária, com efetiva contribuição no campo das políticas públicas.

Não menos importante dentro do contexto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas são as pesquisas desenvolvidas pelos professores componentes da Comissão de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas, entre as quais podem ser destacados estudos sobre economia solidária e microcrédito; direitos humanos de crianças e adolescentes; juventude e exclusão social; gênero, redes e movimentos sociais; juventude, política e relações de gênero; programas ligados à reforma agrária; políticas de reassentamento rural; políticas de desenvolvimento rural; políticas urbanas; políticas de geração de renda; controle social de políticas públicas; segurança e soberania alimentar. Também ressaltam-se as orientações de dissertações no Mestrado de Avaliação de Políticas

Públicas, dos professores participantes do Programa, em avaliação dos mais variados programas e políticas públicas.

### **3.4 A proposição da criação do Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas**

Outro projeto recente que foi definidor da decisão de criar o curso de Gestão de Políticas Públicas foi a proposição, por parte de professores das Universidades francesas de Lyon 2 e Toulouse 2, da criação de um Programa de Mestrado “Gênero e Políticas Públicas”, encaminhados à prof.<sup>a</sup> Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, componente da comissão de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas e com larga experiência na temática. A proposta foi encaminhada ao Departamento de Economia Doméstica pela prof.<sup>a</sup> Gema para discussão, sendo formada uma comissão para elaborar a proposta de um Mestrado nesta temática, após a visita das duas professoras francesas.

A comissão elaborou uma proposta para a criação de um Mestrado que foi nomeado de “Mestrado em Gênero, Direitos Humanos e Políticas Públicas”, que, ao ser elaborada, tornou patente a necessidade da criação de um curso de graduação com a qual pudesse estabelecer um elo teórico-metodológico consistente na temática das políticas públicas, com enfoque dos direitos humanos e gênero. O projeto está sendo concebido para ser um mestrado, de caráter binacional, dentro da Rede EGALES, o que possibilitará que sejam estabelecidas parcerias internacionais futuras, já em negociação, a serem consolidadas com o novo curso.

A Rede EGALES é uma rede de universidades de 12 países, que tem oferecido formação inovadora no apoio a concepção, implementação e avaliação das políticas de igualdade de gênero e de forma mais geral na luta contra a discriminação, envolvendo sete universidades europeias de distintos países. Com a possibilidade da criação do mestrado, a UFC foi escolhida para ser a sede da Rede EGALES na América do Sul.

### **3.5 Discussão da proposta de criação do Curso com Entidades Parceiras**

Ainda na discussão do projeto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas foram feitos contatos pelo LEPP com instituições parceiras, com a finalidade de apresentar a proposta de criação do novo curso e submetê-la à apreciação e encaminhamento de sugestões que pudessem contribuir para a efetivação da proposta do novo curso. Buscou-se neste

momento, saber quais as demandas de instituições que desenvolvessem ações possíveis de serem atendidas pela nova formação proposta. Sugestões foram encaminhadas e incorporadas no texto desta proposta, principalmente na composição das disciplinas e também na aceitação de testar o “Residência Social”, conforme detalhado anteriormente.

Neste contexto, nasce o Curso de Gestão de Políticas Públicas da UFC, a partir de diversas ações de pesquisa e extensão associadas à graduação e pós-graduação na temática de políticas públicas realizadas pela UFC nos últimos dez anos. Destaque-se que será o primeiro Curso do Campo de Públicas criado a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais Específicas do Campo de Públicas (DCN’s) aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES.



#### 4 PRINCÍPIOS NORTEADORES

Os princípios norteadores definidos para o Curso de Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas, tendo como pano de fundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, buscam o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo à responsabilidade pela *res pública*, e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado, ensejando uma formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, como administradores ou gestores na administração pública estatal e não estatal, nacionais e internacionais; como analistas, formuladores e avaliadores de políticas públicas.

**Interdisciplinaridade:** o Projeto Pedagógico do Curso tem uma natureza interdisciplinar com uma visão crítica, que vai além dos reducionismos teórico-metodológicos calcados na técnica pela técnica. Busca compreender as relações estabelecidas entre diferentes atores e sujeitos no processo de formulação de estratégias, no desenho, na implementação e na avaliação de programas e de políticas públicas. O curso é, por natureza, interdisciplinar, na busca constante da rotinização da interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa sobre as políticas públicas.

Desta forma, entende-se o profissional a ser formado como um agente de múltiplos saberes, permitindo uma ampla visão de seu campo de atuação em constante interação e troca com saberes de outros campos. Espera-se que os saberes interdisciplinares possibilitem uma reflexão crítica e transformadora, formando um profissional com sensibilidade e capacidade de diálogo apto a realizar uma leitura interdisciplinar e multidimensional dos fenômenos associados às políticas públicas.

**Natureza generalista da formação:** outro princípio importante é a natureza generalista da formação, justificada pela complexidade das relações envolvidas nos processos relacionados à gestão de políticas públicas, esperando-se, deste modo, formar um profissional especializado, mas com formação teórica e instrumental abrangente – técnica e humanística, que propicie o desenvolvimento e a capacidade intelectual dos estudantes e forme profissionais que possam buscar continuamente a sua autonomia intelectual.

**Flexibilidade na estruturação curricular:** a diminuição do número de pré-requisitos nas disciplinas, a possibilidade do (a) aluno (a) cursar disciplinas opcionais e a quantidade e qualidade de disciplinas optativas, permitem uma maior flexibilidade na estruturação do seu currículo de acordo com suas respectivas necessidades e interesses

peçoais e profissionais. Permite-se assim uma maior liberdade do (a) aluno (a) na construção de seu próprio itinerário formativo particular;

**Interligação entre as disciplinas do curso:** busca-se neste projeto integrar a participação de alunos (as) e professores nas diversas disciplinas oferecidas em cada semestre, objetivando-se o inter-relacionamento dos saberes e dos profissionais envolvidos, através do estímulo à proposição desde trabalhos compartilhados entre disciplinas ofertadas em um mesmo semestre letivo até o desenvolvimento de atividades formativas ao mesmo tempo transversais e paralelas ao Curso, como realização de oficinas, exposições, palestras e debates, estabelecidos a partir de parcerias entre alunos (as) e professores de diversas áreas.

Todos os conteúdos do Curso se inter-relacionam, na perspectiva de articular o conhecimento teórico com a ação prática na análise e na intervenção relacionadas com a gestão de políticas públicas. Desta forma, serão desenvolvidas atividades pedagógicas que irão além da sala de aula que estimulem a elaboração e a implementação de agendas públicas.

**Integração entre teoria e prática:** o projeto foi elaborado de forma a contemplar a integração teoria-prática, visando proporcionar ao estudante uma educação baseada na reflexão crítica e na prática. A Universidade deve ser uma arena de discussão, de experimentação, de criatividade na produção de ideias e conhecimento e as disciplinas oferecidas no Curso devem propiciar este tipo de ação.

**Sinergia na tríade ensino-pesquisa-extensão:** a educação é entendida como ações de ensino, pesquisa, extensão e informação, considerando-se sempre o indivíduo como o sujeito integrado e integrador da sociedade, de forma a permitir um diálogo que irá contribuir para propor novos enfoques teórico-metodológicos. A produção do conhecimento, mediante a pesquisa e a extensão, será o critério basilar para o processo de avaliação do ensino-aprendizagem; nesse processo é importante que o estreitamento entre teoria e prática se dê mediante o contato do discente com a realidade socioeconômica do Ceará, desde o início da formação acadêmica, tendo como coroamento as atividades do Residência Social, previsto neste projeto de criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas.

**Atividades complementares:** a valorização do conhecimento que se produz fora do ambiente universitário deverá ser considerada e estimulada a participação coletiva com a comunidade, possibilitando a interação permanente dos estudantes e professores do curso com a sociedade.

O curso tem a finalidade precípua de dotar o (a) aluno (a) de um instrumental composto de ferramentas e procedimentos metodológicos para torná-lo apto para o diagnóstico abrangente dos problemas e a busca de soluções adequadas. O gestor de políticas

públicas deve ser capaz de elaborar diagnósticos adequados, elaborar propostas de construção de indicadores de monitoramento e avaliação e considerar como ponto central de sua ação as demandas provenientes da sociedade, incluindo os movimentos sociais e as instituições representativas dos diversos interesses em pauta.

Definido e posto desta forma, o compromisso basilar do curso será sempre com a qualidade de conteúdo, de experiências e de metodologias de ensino e de pesquisa e de formação de profissionais aptos a responderem às demandas do mercado de trabalho de uma maneira *stricta*, tendo em vista sempre o indivíduo e a sociedade de modo *lato*.

## **5 OBJETIVOS DO CURSO**

### **5.1 Objetivo Geral**

- ✓ Formar, através da perspectiva interdisciplinar, Bacharéis em Gestão de Políticas Públicas aptos(as) para a realização de análises, elaboração de planos, formulação, implementação e avaliação de políticas e reformulação de programas, projetos e implementação de ações no âmbito das políticas públicas.

### **5.2 Objetivos Específicos**

- a) Promover a formação teórica e prática de profissional qualificado(a) para atuar como gestor(a) de políticas públicas em órgãos públicos, agências reguladoras, organizações não governamentais e setor de responsabilidade social corporativa;
- b) Provocar a formação e conhecimentos técnicos e científicos do(a) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas nas áreas de planejamento, coordenação, direção, assessoramento, implementação e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento social;
- c) Fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social;
- d) Criar instrumentos e desenvolver tecnologias de análise, intervenção e controle social das políticas públicas, notadamente as de caráter social;
- e) Criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes, uma ampla formação humanística e uma consciência social que os habilite a contribuir para o fortalecimento da democracia, da cidadania, do bem-estar social e dos direitos humanos e ambientais.

## 6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

O(A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas formado pela UFC deverá ser capaz de

- a) assumir posições de liderança no desenvolvimento das atividades de direção, coordenação, consultoria, assessoria, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas;
- b) tomar decisões e gerenciar políticas públicas, com base nos princípios cidadãos de justiça social e participação;
- c) compreender as relações entre o Estado e a Sociedade no mundo atual, os fundamentos teóricos da agenda pública contemporânea, a dinâmica das organizações públicas e sociais, sua cultura e seu comportamento;
- d) analisar os modelos e os instrumentos de gestão pública, a estruturação de organismos governamentais e não governamentais formuladores e implementadores de políticas públicas;
- e) compreender o papel do(a) dirigente e do gestor público, com atribuições de integrar programas de políticas públicas, de otimizar recursos públicos, de reformular programas e projetos, de monitorar e avaliar políticas públicas;
- f) selecionar e utilizar instrumentos de políticas públicas de modo a estabelecer relações intergovernamentais e interinstitucionais e promover a interlocução, a negociação e a formalização de resultados;
- g) compreender os princípios básicos do serviço público brasileiro e das organizações sociais não-governamentais nos três níveis de governo;
- h) formular políticas públicas, propondo estruturas e modelos de gerenciamento;
- i) trabalhar em equipes multiprofissionais e com gestão participativa e democrática;
- j) aplicar métodos qualitativos e quantitativos, com visão global e interdisciplinar;
- l) propor a simplificação e o aperfeiçoamento dos modelos de gestão, demonstrando iniciativa e criatividade.

## **7 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO**

O(A) Bacharel egresso do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas – Bacharelado deverá atuar como agente político, planejador, articulador, administrador ou gestor público na administração pública brasileira; como administrador(a) de organizações e instituições não-estatais de caráter público, nacionais e internacionais; ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público; como formulador(a), implementador(a), avaliador(a) e analista de políticas, planos, programas, projetos e ações públicas ou ainda na pesquisa em investigação voltadas à identificação, recuperação histórica e análise de processos sociais complexos relacionados à esfera pública.

Em face de sua formação humanista e crítica, está comprometido (a) com os valores republicanos e democráticos e voltado(a) para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética.

Nesse sentido, a coordenação do curso pretende promover uma constante interação entre os profissionais formados e os discentes. Proporcionado palestras e encontros entre os egressos e estudantes buscando o fortalecimento da formação acadêmica e da formação profissional.

## 8 ÁREAS DE ATUAÇÃO

O(A) Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pode atuar em:

- Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas esferas federal, estadual e municipal; autarquias; agências reguladoras; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências de desenvolvimento; fundações públicas, consórcios públicos; entidades e agências das regiões metropolitanas e associações de municípios e outros;
- Organizações da Sociedade Civil, tais como: fundações, associações, movimentos e projetos sociais e outras;
- Cooperativas e organizações de economia solidária;
- Instituições participativas, tais como conselhos, orçamentos participativos, fóruns, conferências e outros;
- Empresas privadas em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público;
- Organizações internacionais, organismos multilaterais e representações diplomáticas;
- Organizações de representação política e profissional, tais como: partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e outras;
- Instituições de ensino e pesquisa.

## **9 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

O projeto pedagógico de um curso de graduação deve considerar o tipo de profissional a ser formado e para que tipo de sociedade ele irá intervir; os paradigmas que informam e sustentam o projeto pedagógico; os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso. Desta forma, a metodologia de ensino aprendizagem buscará atender o proposto a seguir:

### **9.1 Flexibilidade na Estruturação Curricular**

Uma estrutura curricular flexível torna-se essencial na concepção e criação do Curso de Gestão de Políticas Públicas, dada a complexidade de saberes e práticas do campo das políticas públicas. Serão utilizados os elementos elaborados no vasto espectro de correntes pedagógicas que têm se debruçado sobre ações de ensino-aprendizagem, fundamentando as múltiplas práticas docentes.

A adoção de disciplinas iniciais obrigatórias rege a definição de perfis profissionais básicos já com enfoque em políticas públicas, complementados pelo emprego de disciplinas de caráter específico da formação em políticas públicas, seguida pelas disciplinas optativas agrupadas em três ênfases de concentração do Curso: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; Políticas Sociais e Avaliação de Políticas Públicas. Isto permitirá a especialização do(a) aluno(a) do Curso de Gestão de Políticas Públicas, possibilitando o estabelecimento de formações individuais, com conteúdos e conhecimentos diferenciados, estabelecidos através dos itinerários formativos; estas serão complementados por disciplinas optativas escolhidas dentre as não que não compõem os itinerários formativos definidos.



## 9.2 Interdisciplinaridade

O processo de ensino-aprendizagem terá como base metodologias que permitam potencializar o caráter **interdisciplinar** da formação. As práticas educativas a serem adotadas serão permanentemente avaliadas em encontros, nos quais estarão presentes docentes e discentes vinculados às disciplinas de cada semestre letivo e farão parte do processo de avaliação do Curso.

A avaliação do processo de ensino e apropriação de conhecimentos terá por objetivo identificar a necessidade ou não de mudanças das práticas pedagógicas, inclusive de conteúdo das disciplinas frente aos objetivos da formação. O formato e a periodicidade dos encontros são detalhados pelo Colegiado e pela Comissão de Avaliação do Curso, comissão a ser formada tão logo as atividades sejam iniciadas, e que deverá ser composta pelos representantes das Unidades Curriculares do Curso e de representação estudantil. Desse modo, espera-se que seja criado um ambiente acadêmico que favoreça a uma maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

## 9.3 Orientação Pedagógica

Em virtude da natureza **interdisciplinar**, considera-se que o processo de formação do Curso de Gestão em Políticas Públicas deve estar pensado e calcado fortemente no estímulo e no oferecimento de condições para a criação de um ambiente acadêmico em que a(o) aluna(o) seja parte ativa do processo de ensino-aprendizagem, vivenciando problemas e situações, realizando atividades de pesquisa e extensão, de modo a se apropriar dos conhecimentos transmitidos e refletir criticamente sobre os pressupostos teóricos e práticos de sua formação.

Nesse sentido, é fundamental que todas as disciplinas ministradas tenham como orientações pedagógicas gerais os seguintes objetivos:

- O desenvolvimento intelectual do(a) discente, através do estímulo de sua capacidade de pensar criticamente;
- A formação de um(a) profissional que se torne capaz de selecionar e analisar criticamente as informações socioeconômicas e políticas existentes e de estabelecer diálogos com profissionais de diferentes ramos do conhecimento, com as comunidades e movimentos sociais;

- O estímulo à formação de grupos de estudos, grupos de pesquisas e grupos de extensão.

O acompanhamento do desempenho curricular será realizado através de tutoria, a fim de possibilitar ao aluno(a) um melhor aproveitamento nos estudos, à identificação de suas dificuldades e deficiências e orientação no momento da escolha do seu itinerário formativo; e, participação em pesquisa e extensão mais adequadas a seus interesses e habilidades.

#### **9.4 Interligação entre as Disciplinas do Curso**

A perspectiva integrativa das disciplinas deverá ser posta em prática por meio de situações significativas para a experiência profissional, estabelecendo, a partir daí, as práticas didáticas que abordem a complexidade dessas situações, objetivando o desenvolvimento de uma perspectiva crítica e de um fazer e um pensar que estimulem e favorecem as ações coletivas dos(as) alunos(as) mediadas pelo professor.

#### **9.5 Integração entre Teoria e Prática**

Nos dois primeiros semestres do Curso, com o(a) aluno(a) inserido(a) nas disciplinas de formação geral, mas já com foco em políticas públicas, serão propostas “Oficinas Mensais de Políticas Públicas<sup>3</sup>”, devendo ser elaborado um calendário anual com uma proposição de temáticas a serem debatidas com os corpos discente e docente do Curso. Estas oficinas, apesar de terem por objetivo inserir os (as) estudantes dos semestres iniciais na temática das políticas públicas, serão abertas à participação para todos (as) os (as) estudantes do Curso.

O conhecimento, portanto, não flui da teoria em direção à prática, mas da prática-teoria-prática. Já no primeiro semestre do curso, propõe-se, que os conteúdos das disciplinas privilegiem experiências de prática significativa para os(as) alunos(as), dentro dos conteúdos curriculares estabelecidos, e que a partir daí desenvolvam-se as abordagens teórico – metodológicas necessárias aos processos de ensino-aprendizagem.

A partir do terceiro semestre, quando adentrará de forma mais acentuada na formação específica em políticas públicas o(a) aluno(a) poderá experienciar aspectos de

---

<sup>3</sup> Estas oficinas terão como referência as Oficinas Mensais de Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

prática profissional do campo de atuação a partir de situações controladas, observando situações de trabalho do profissional. Isto deverá acontecer através de visitas programadas às instituições, que poderão ser programadas como atividades dentro das disciplinas.

### **9.6 Programas de Acompanhamento e Auxílio a Alunos(as) com Dificuldades de Aprendizagem**

O curso de Gestão de Políticas Públicas contará com três programas básicos de acompanhamento para alunos(as) com dificuldade de aprendizagem, através da submissão anual de dois tipos de projetos, por parte dos professores, com incentivos da Pró-Reitoria de Graduação:

- a) Monitoria de Projetos de Graduação planejando e executando atividades que permitam uma melhor ambientação do(a) estudante neste período. Estes projetos são desenvolvidos em parceria entre professores e alunos(as), contribuindo para o processo de formação do(a) estudante e valorizando a contribuição dos graduandos;
- b) Programa de Iniciação à Docência, que são projetos de incentivo ao interesse do(a) estudante de graduação por atividades docentes. Nestes projetos, vinculados a disciplinas específicas do curso e orientados por um professor da área, alunos(as) mais experientes ministram atividades de monitoria e acompanhamento dos alunos(as) de uma determinada disciplina; e,
- c) Grupos de Estudo em áreas específicas do curso, coordenados por alunos(as) – monitores ou professores. Estes grupos serão registrados junto ao Centro Acadêmico e reconhecidos pela Coordenação do Curso, contando inclusive como Atividade Complementar no currículo dos(as) alunos(as) participantes.

### **9.7 Relação do curso com as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão constantes no PDI**

O Projeto Pedagógico do Curso de Gestão de Políticas Públicas está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Ceará, prevendo ações que deverão ser adotadas para promover a qualidade do ensino, a pesquisa e as atividades de extensão.

Considerando a importância da avaliação na Universidade, o Projeto Pedagógico prevê a adoção de práticas de avaliação institucional, com o objetivo de acompanhar e estimular o aperfeiçoamento da atividade docente, e assegurar maior efetividade do processo de ensino-aprendizagem.

O Projeto Pedagógico prevê um acompanhamento contínuo dos alunos a partir da Tutoria, que permitirá aos professores orientá-los em seu itinerário formativo. O programa de Tutoria já foi regulamentado e está sendo implementado de forma progressiva, de modo a contemplar todos os(as) alunos(as) do Curso. Ademais, o Projeto ressalta e incentiva o desenvolvimento de projetos associados ao fortalecimento do sistema de assistência estudantil, conforme explicitado anteriormente, como a monitoria, a Iniciação à Docência e os Grupos de Estudos.

Há também uma valorização do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas, de programas e projetos de extensão. Entre as experiências de extensão e pesquisa relacionadas com o Curso, podem ser destacados os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos de Políticas Públicas (LEPP), pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF), pelo Laboratório de Estudos Avançados em Desenvolvimento Regional Sustentável (LEADERS), os quais contribuem para a disseminação de conhecimentos no campo das políticas públicas e favorecem a interação entre a universidade e a sociedade, e pelo Programa Residência Agrária (PRA).

Para oferecer uma sólida formação em Gestão de Políticas Públicas, o Curso tem uma estrutura curricular que valoriza a interdisciplinaridade e a flexibilidade. Considerando a importância da experiência profissional, o estágio supervisionado foi incorporado ao itinerário formativo dos alunos, de modo a promover uma adequada integração entre a teoria e a prática. O estágio supervisionado, designado como Residência Social, é uma atividade obrigatória e oferece aos alunos a oportunidade de uma vivência em um ambiente de desenvolvimento de políticas públicas, no setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor. Como as atividades de extensão, o programa de estágio amplia as parcerias entre a Universidade e as entidades públicas e privadas, e favorece a disseminação de novos conhecimentos.

## 10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso terá duração mínima de 4 anos, distribuídos em 8 semestres e, máxima de 6 anos, em 12 semestres. Terá carga horária de 3040 horas nos vários componentes curriculares assim distribuídas:

- 1792 horas correspondentes a 112 créditos em disciplinas obrigatórias, aí incluídos os créditos referentes ao Estágio Supervisionado (Residência Social) e ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); das quais 1344 horas o (a) aluno (a) deverá cursar em disciplinas, 384 horas em Estágio Supervisionado e 64 horas em Trabalho de Conclusão de Curso, correspondendo a 84, 24 e 4 créditos respectivamente.
- 1024 horas correspondentes a 64 créditos em disciplinas optativas, das quais o(a) aluno(a) deverá cumprir 640 horas, correspondendo a 40 créditos em disciplinas eletivas, escolhidas para compor o seu itinerário formativo. As 384 horas restantes, correspondente a 24 créditos deverão ser cursados em outras disciplinas dentre as optativas oferecidas pelo Curso e não constantes do seu itinerário formativo, escolhidas de maneira livre entre as três ênfases do Curso, sendo que 128 destas horas poderão ser cursadas em disciplinas optativas-livres.
- 224 horas correspondentes a 14 créditos em Atividades Complementares.

Nos quatro primeiros semestres, o conjunto de disciplinas obrigatórias do curso comporão a “Formação Comum Básica”, embora já direcionada para a temática das políticas públicas (1º. e 2º. semestres) e a “Formação Específica em Políticas Públicas” (3º. e 4º. semestres). No 5º. e 6º. semestres, haverá um conjunto disciplinas agrupados em três “Ênfases de Conhecimento Específicos em Políticas Públicas”, a saber: 1 Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; 2 Políticas Sociais; 3 Avaliação de Políticas Públicas.

Nos quatro semestres iniciais do curso, todos os (as) alunos (as) cursarão o mesmo conjunto de disciplinas obrigatórias. Essas disciplinas têm o objetivo de oferecer aos graduandos uma sólida formação teórica e prática que lhes permita a compreensão dos elementos fundantes das áreas de Gestão de Políticas Públicas em suas principais dimensões.

A partir do quinto semestre o(a) aluno(a) poderá escolher um itinerário formativo, que é formado por um conjunto de disciplinas eletivas que compõem a organização da sua formação em uma área específica: 1 Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; 2 Políticas Sociais; 3 Avaliação de Políticas Públicas. Cada aluno (a)

deverá especializar-se em pelo menos duas áreas de conhecimento. Caso o(a) aluno(a) opte por não escolher um itinerário formativo específico, o mesmo poderá cursar disciplinas optativas de diferentes itinerários, tendo uma formação mais generalista.

No quinto e sexto semestres, o(a) aluno(a) deverá cursar as disciplinas das áreas de concentração definidas no seu itinerário formativo, a partir da escolha das disciplinas eletivas mais relacionadas com a área de interesse, ou optar por cursar disciplinas de todas as áreas de concentração. Além disso, os (as) alunos (as) terão a possibilidade de cursar disciplinas em formato de oficinas, nas que se discutirão temas contemporâneos e políticas específicas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais, como também políticas implementados por organizações do terceiro setor e de responsabilidade social corporativa. Nestas disciplinas a bibliografia será definida em função dos temas atuais ou hodiernos e políticas/programas escolhidos para realizar os estudos.

Para auxiliar o(a) aluno(a) na definição de qual itinerário formativo ele seguirá, será formado um Grupo de Professores Tutores (GPT). Este grupo conterà representantes de cada um dos itinerários formativos existentes e realizará apresentações e reuniões para apresentar com detalhes as características de cada uma das suas respectivas especificidades. Critérios de abertura e manutenção, especificações, alterações e remoções de itinerários formativos serão discutidos e aprovados em reuniões do colegiado do curso.

A partir do 5º semestre será desenvolvido o Estágio (com estrutura modelar ao da Residência Social/Agrária em um locus específico de um setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor) e Monografia, sendo que haverá integralização curricular com Disciplinas Opcionais, do próprio Curso.

O sétimo semestre do Curso será composto de disciplinas opcionais, a serem escolhidas dentre as ofertadas pelo Curso e não contempladas no itinerário formativo; estas disciplinas poderão ser cursadas em conjunto com disciplinas de outras unidades acadêmicas da UFC ou de outras IES. Com isso, o(a) aluno(a) – com o auxílio de seu Tutor – poderá construir o próprio perfil de seu curso, buscando a formação complementar desejada. Poderá, portanto, cursar disciplinas – se disponíveis – em cursos como os de Ciências Sociais, Geografia, História, Economia, Direito, Administração, Arquitetura e Urbanismo, entre outros, tanto da UFC como de outras instituições de ensino superior no estado do Ceará e de outros Estados, desde que em Instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC).

A interdisciplinaridade, característica do Curso, deve promover na sua essência a apreensão de valores éticos e o respeito aos direitos humanos em todas as suas dimensões<sup>4</sup>. As disciplinas e as todas as atividades do Curso, sejam elas na forma de aulas, palestras, debates e conferências presenciais ou virtuais, grupos de estudos, grupos de pesquisas, grupos de extensão e outros que congreguem docentes e discentes devem propiciar ao (a) aluno (a) uma visão plural e interdisciplinar da gestão de políticas públicas, conferindo-lhe autonomia intelectual e profissional para dar prosseguimento à sua formação, diante das novas demandas e das rápidas transformações sociais e tecnológicas que se apresentam.

### 10.1 Unidades Curriculares

As disciplinas foram agrupadas nas seguintes Unidades Curriculares: 1 Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social); 2 Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento; 3 Políticas Sociais; e, 4 Avaliação de Políticas Públicas.

### 10.2 Disciplinas por Semestre Letivo com Pré-requisitos

DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITO
<b>1º SEMESTRE</b>	
Sociologia aplicada às Políticas Públicas	-
Fundamentos de Economia	-
Estado, Governo e Políticas Públicas	-
Formação Econômica, Política e Social Brasileira	-
Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica	-
<b>2º SEMESTRE</b>	
Fundamentos e Teorias da Administração	-
Antropologia e políticas públicas	-
Estatística aplicada à Gestão de Políticas Públicas	-
Psicologia Social no Campo Público	-
Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa	Fund.do Trabalho e da Pesquisa Científica
<b>3º SEMESTRE</b>	
Direito Administrativo	-
Políticas Públicas no Brasil	Estado, Governo e Políticas Públicas

<sup>4</sup> Neste contexto, o Curso considerando seu caráter interdisciplinar incentiva a abordar tópicos que visam auxiliar na discussão e compreensão nas Relações étnico-raciais e africanidades; educação ambiental; e diferença e enfrentamento profissional nas desigualdades sociais.

Administração e Gestão Pública	Fundamentos e Teorias da Administração -
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I	Estado, Governo e Políticas Públicas
Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa	Fund. do Trabalho e da Pesquisa Científica e Estatística aplicadas ao Gestor de Políticas Públicas
<b>4º SEMESTRE</b>	
Estado Brasileiro Contemporâneo	Estado, Governo e Políticas Públicas
Estado e Direitos Humanos no Brasil	Estado, Governo e Políticas Públicas
Políticas Sociais	Políticas Públicas no Brasil
Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública	Administração e Gestão Pública
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
<b>5º E 6º SEMESTRES</b>	
Residência Social I	
Residência Social II	Residência Social I
<b>Ênfase: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento</b>	
Participação e Sociedade Civil	-
Economia do Setor Público	Fundamentos de Economia
Políticas Urbanas	-
Políticas Públicas de Intervenção Territorial	-
Políticas Agrárias e Agroalimentares	-
Políticas Públicas e Meio Ambiente	-
Agroecologia no contexto das Políticas Públicas	-
Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	-
Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	-
Educação e Cultura Alimentar	-
Controle Social de Políticas Públicas	-
Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas	-
Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
Gestão Municipal e de Territórios	-
Orçamento Público	-
Ateliê de Políticas do Setor Público	-
Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas	-
Políticas de Educação e Direitos Humanos	-
Direito Constitucional	-
Políticas Públicas de Saúde	-
<b>Ênfase: Políticas Sociais</b>	



Análise Social da Família e Políticas Públicas	
Políticas de Gênero	-
Políticas Públicas para a Infância	-
Políticas de Juventudes	-
Políticas Públicas para o Envelhecimento	-
Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	-
Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito	-
Políticas de Inclusão Social	-
Economia do Terceiro Setor	Fundamentos de Economia
Gestão do Terceiro Setor	
Economia Solidária e Políticas Públicas	-
Cidadania, Direitos e Desigualdades	-
Elaboração e Gestão de Projetos Sociais	-
Gestão Orçamentária de Projetos Sociais	
Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
Cultura e Políticas Públicas	
Gestão de Projetos e Produção Cultural	
Ateliê de Políticas Sociais	-
Temas Contemporâneos em Políticas Sociais.	-
Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas	
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I	
Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas	
Indicadores de Políticas Públicas	-
Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Urbanas	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II

Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas.	-
Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas	
<b>7º SEMESTRE</b>	
Residência Social III	Residência Social II
Projeto de Monografia	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica; Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa; e, Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa.
Libras	-
Disciplinas escolhidas dentre as optativas e não constituintes do itinerário formativo do (a) aluno (a)	-
<b>8º SEMESTRE</b>	
Monografia	Projeto de Monografia

### 10.3 Disciplinas por Unidades Curriculares

10.3.1 Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social)

Nº	DISCIPLINA
1	Fundamentos de Economia
2	Sociologia aplicada às Políticas Públicas
3	Antropologia e Políticas Públicas
4	Psicologia Social no Campo Público
5	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica
6	Estatística aplicada à Gestão de Políticas Públicas
7	Fundamentos e Teorias da Administração
8	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa
9	Métodos de Pesquisa e Análise Quantitativa
10	Ateliê de Políticas do Setor Público
11	Ateliê de Políticas Sociais
12	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas
13	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais
14	Residência Social I
15	Residência Social II

16	Residência Social III
17	Projeto de Monografia
18	Monografia

### 10.3.2 Unidade Curricular Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento

Nº	DISCIPLINA
1	Estado, Governo e Políticas Públicas
2	Estado Brasileiro Contemporâneo
3	Estado e Direitos Humanos no Brasil
4	Administração e Gestão Pública
5	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública
6	Políticas Públicas no Brasil
7	Gestão Municipal e de Territórios
8	Orçamento Público
9	Formação Econômica, Política e Social Brasileira
10	Economia do Setor Público
11	Políticas Urbanas
12	Políticas Públicas de Intervenção Territorial
13	Políticas Agrárias e Agroalimentares
14	Políticas Públicas e Meio Ambiente
15	Políticas Públicas de Saúde
16	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas
17	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
18	Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional
19	Educação e Cultura Alimentar
20	Controle Social de Políticas Públicas
21	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas
22	Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano
23	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas

### 10.3.3 Unidade Curricular Políticas Sociais

Nº	DISCIPLINA
1	Participação e Sociedade Civil
2	Cidadania, Direitos e Desigualdade

3	Políticas Sociais
4	Políticas de Educação e Direitos Humanos
5	Análise Social da Família e Políticas Públicas
6	Políticas de Gênero
7	Políticas Públicas para a Infância
8	Políticas de Juventudes
9	Políticas Públicas para o Envelhecimento
10	Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
11	Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito
12	Políticas de Inclusão Social
13	Economia do Terceiro Setor
14	Economia Solidária e Políticas Públicas
15	Movimentos e Conflitos Sociais
16	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais
17	Gestão do Terceiro Setor
18	Gestão Orçamentária de Projetos Sociais
19	Cultura e Políticas Públicas
20	Gestão de Projetos e Produção Cultural
21	Temas Contemporâneos em Políticas Sociais

#### 10.3.4 Unidade Curricular Avaliação de Políticas Públicas

<b>Nº</b>	<b>DISCIPLINA</b>
1	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I
2	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II
3	Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas
4	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I
5	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II
6	Indicadores de Políticas Públicas
7	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais
8	Análise e Avaliação de Políticas Urbanas
9	Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial
10	Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares
11	Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar
12	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda
13	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero
14	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância
15	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes
16	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura
17	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento
18	Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas

#### 10.4 Disciplinas por Unidades Curriculares/Outros Departamentos

Unidades Curriculares/Outros Departamentos	Nº	%
Unidade Curricular: Fundamentos, Metodologia e Estágio Supervisionado (Residência Social)	18	21,7
Unidade Curricular Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento	23	27,7
Unidade Curricular Políticas Sociais	21	25,3
Unidade Curricular: Avaliação de Políticas Públicas	18	21,7
Outros departamentos	3	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100,0</b>

#### 10.5 Carga horária por Componentes Curriculares

COMPONENTES CURRICULARES		CARGA HORÁRIA (horas)	
<b>OBRIGATÓRIOS</b>	Disciplinas Obrigatórias	1344	1792
	Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)	64	
	Estágio(s) Supervisionado(s) (Residência Social I, II e III)	384	
<b>OPTATIVOS</b>	Disciplinas Optativas (das quais 128 horas podem ser cursadas em optativas-livres).	384	1024
	Disciplinas Eletivas (se houver)	640	
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>		224	
<b>TOTAL</b>		<b>3040</b>	

## 10.6 Ementário das Disciplinas

### 10.6.1 Disciplinas Obrigatórias:

#### a) Primeiro Semestre

SOCIOLOGIA APLICADA A POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A Sociologia Política de Durkheim. Política e Estado em Weber e Marx. Elementos teóricos para a compreensão do campo político em Pierre Bourdieu.</p> <p><b>Bibliografia:</b></p> <p><b>Básica:</b>            BOURDIEU, P. <b>Razões Práticas.</b> Sobre a teoria da ação. Campinas/SP: Papyrus, 2003.            DREIFUSS, R. A. <b>Política, poder, Estado e força.</b> Uma leitura de Weber. Petrópolis: Vozes, 1993.            IANNI, O. (Org.). FERNANDES, F. (Coord.). <b>Marx.</b> São Paulo: Ática, 1987 [Coleção Grandes Cientistas 10. Sociologia]</p> <p><b>Complementar:</b>            ARON, R. <b>As etapas do pensamento sociológico.</b> São Paulo: Martins Fontes/Editora UNB, 1982.            BOURDIEU, P. <b>O poder simbólico.</b> Rio de Janeiro: Editora BERTRAND, 1989.            FERNANDES, F. <b>Revolução burguesa no Brasil:</b> ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 2. ed., 1976.            GIDDENS, A. TURNER, J. <b>Teoria social hoje.</b> São Paulo: UNESP, 1999.            GIDDENS, A. <b>Política, Sociologia e teoria social.</b> Encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.</p>	

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A visão idealizada da economia. Fundamentos da economia. O mercado de bens, trabalho, acumulação de capital, crescimento econômico e progresso tecnológico. Macroeconomia e políticas econômicas.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b>            APARECIDA FEIJÓ, C. (Org.). <b>Para entender a conjuntura econômica.</b> São Paulo: Manole, 2008.            GEORGESCU-ROEGEN, N. <b>O decrescimento:</b> entropia, ecologia, economia. São Paulo, Senac São Paulo, 2012.            MARX, K. <b>O Capital:</b> crítica da economia política. 26. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008. Capítulos 1 a 4.</p> <p><b>Complementar</b>            CECHIN, A. <b>A natureza como limite da economia:</b> a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo, Senac São Paulo/Edusp, 2010.            MARX, K. <b>Salário, preço e lucro.</b> São Paulo, Edipro, 2004.            MAY, P.(Org.). <b>Economia do meio ambiente:</b> teoria e prática". 2. ed. Rio de Janeiro, Elsevier, 2010.            MANTEGA, G.; REGO, J. M. (Eds.). <b>Conversas com economistas.</b> 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1997.            PENTEADO, H. <b>Ecoeconomia:</b> uma nova abordagem. 2. ed. São Paulo, Lazuli, 2008.</p>	

ESTADO, GOVERNO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A transição do feudalismo para o capitalismo e o surgimento da ciência moderna, a evolução histórica da ideia de Estado, poder e democracia. O Estado na concepção liberal, desenvolvimentista e socialista. Estado e governo. Políticas Públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>  CARNOY, M. <b>Estado e teoria política</b>. Campinas: Papirus, 1986.  DAGNINO, E (org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</b>. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002.  OLIVEIRA, V. As fases do processo de políticas públicas. In: MARCHETTI, V. <b>Políticas públicas em debate</b>. São Bernardo do Campo: MP Editora, 2001.</p> <p><b>Complementar</b>  BOBBIO, N. <b>Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.  DALLARI, D. de A. <b>Elementos de teoria geral do Estado</b>. 9. ed. São Paulo, Saraiva, 1991.  HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. <b>Cadernos Cedes</b>, ano XXI, n. 55, nov./2001  OFFE, C. <b>Problemas estruturais do estado capitalista</b>. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.  SANTOS, B. de S. <b>Pela mão de Alice: o político e o social na pós-modernidade</b>. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1997.</p>	
FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL BRASILEIRA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A formação histórica do Brasil a partir das concepções de grandes ideólogos do Estado Nacional (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes). O patrimonialismo. O ajuste estrutural e o novo papel do Estado no Brasil. A questão regional. Tendências mais recentes de reformulação do Estado brasileiro.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>  FREYRE, G. <b>Casa grande e senzala</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.  FURTADO, C. <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.  HOLANDA, S.B. <b>Raízes do Brasil</b>. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.</p> <p><b>Complementar</b>  ARAÚJO, T. B. As políticas públicas no Brasil. In: <b>Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências</b>. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.  CHAUÍ, M. <b>Brasil: mito fundador e sociedade autoritária</b>. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.  DA MATTA, R. Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: <b>Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro</b>. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.  FERNANDES, F. <b>Revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica</b>. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2. ed., 1976.  PRADO, C. P. <b>A formação do Brasil contemporâneo</b>. São Paulo: Brasiliense, 1971.</p>	

FUNDAMENTOS DO TRABALHO E DA PESQUISA CIENTÍFICA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O trabalho científico e seus elementos. Normas técnicas e aspectos gráficos do trabalho científico. Modalidades de trabalhos acadêmicos Princípios epistemológicos e bases metodológicas na prática da pesquisa social. A pesquisa e produção do conhecimento científico. Projetos de Pesquisa, construção do objeto, relação teoria/empíria.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>  BELL, J. <b>Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores em educação, saúde e ciências sociais</b>. 4 ed.. Porto Alegre: Artmed, 2008.  MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. <b>Fundamentos de metodologia científica</b>. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005  MINAYO, M. C. de S. (Org.) <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b>. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.</p> <p><b>Complementar</b></p>	

ABNT. **NBR 6023, NBR 10520, NBR 14724**: Rio de Janeiro: ABNT [2002, 2005]  
 DENZIN, N.K., YVONNA, S.L., et al. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
 GONDIM, L.M.P. **Pesquisa em ciências sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: Edições UFC, 1999.  
 KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.  
 YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

#### b) Segundo Semestre

FUNDAMENTOS E TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Administração enquanto área do conhecimento científico. As escolas e movimentos do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A relação entre níveis organizacionais, processos decisórios e sistemas de informação no processo administrativo. Poder, burocracia e práticas de controle nas organizações. Teorias administrativas no contexto brasileiro. Cultura organizacional.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            AMARU, A. C. <b>Teoria geral da administração</b>. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2012.            CHIAVENATO, I. <b>Administração nos novos tempos</b>. 3 ed. São Paulo: Manole. 2014.            FARIA, J. H. de. <b>Economia política do poder: as práticas do controle nas organizações</b>. 1ª ed. 5ª reimpr, v. 3. Curitiba: Juruá, 2009.  <b>Complementar:</b>            CHIAVENATO, I. <b>Introdução à teoria geral da administração</b>. 9 ed. São Paulo: Manole, 2014.            FARIA, J. H. de. <b>Economia política do poder: uma crítica da teoria geral da administração</b>. 1ª ed. 5ª reimpr, V. 2. Curitiba: Juruá, 2009.            GRAMSCI, A. <b>Americanismo e fordismo</b>. São Paulo: Hedra. 2008            SOBRAL, F., PECCI, A. <b>Administração: teoria e prática no contexto brasileiro</b>. São Paulo: Pearson, 2012.            TRAGTENBERG, Maurício. <b>Burocracia e ideologia</b>. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2006.</p>	

ANTROPOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A Antropologia e o conhecimento do Outro. O conceito antropológico de cultura. Conceitos de Antropologia Política. O poder nas sociedades tradicionais e complexas. Etnografias do poder e das políticas públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            LA PLANTINE, F. <b>Aprender antropologia</b>. São Paulo: Brasiliense, 1988.            LARAIA, R. de B. <b>Cultura: um conceito antropológico</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.            KUSHNIR, K. <b>Antropologia da política</b>. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2007.  <b>Complementar</b>            CLASTRES, P. <b>A sociedade contra o estado</b>. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.            DA MATTA, R. <b>Relativizando: uma introdução à antropologia social</b>. Rio de Janeiro: Rocco, 1987 (p. 143-173).            GENTILI, A.M. Antropologia política In: BOBBIO, Norberto; ATTEUCCI, Nicola &amp; PASQUINO, G. <b>Dicionário de política</b>. Brasília: Edunb, 1992. p.45-49.            OLIVEIRA FILHO, J.P. de. Antropologia política In: SILVA, B. (Coord.). <b>Dicionário de ciências sociais</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.64-67.            PEIRANO, M. Antropologia política, ciência política e antropologia das políticas. In: PEIRANO, M.. <b>Três ensaios breves. Série Antropologia da Unb</b>, n. 231, Brasília, 1998, p. 17-29.</p>	

ESTATÍSTICA APLICADA À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Estatística Descritiva. Cálculo de Probabilidades e Variáveis Aleatórias, Distribuições de Probabilidades: Binomial, Poisson e Normal. Inferência Estatística: Distribuições amostrais, Estimação pontual e intervalar e Testes</p>	



de Hipóteses. Análise de Variância. Análise de Regressão simples e múltipla com duas variáveis e Correlação simples.

#### **Bibliografia**

##### **Básica**

FARBER, B.; LARSON, R. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009;

MAGALHÃES, M. N.; PEDROSO DE LIMA A. C. **Noções de probabilidade e estatística**. São Paulo: Edusp, 2002.

MORETTIN, L. G. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010

##### **Complementar**

BUSSAB, W. de O., MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA NETO, P. L. de O. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 2003

LARSON R.; FARBER, B. **Estatística aplicada** São Paulo: Pearson, Prentice Hall, 2004. ·

SPIEGEL, M. R. **Probabilidade e estatística**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977

TRIOLA, M.F. **Estatística aplicada às Políticas Públicas**. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

<b>PSICOLOGIA SOCIAL NO CAMPO PÚBLICO</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Noções teóricas da Psicologia Sócio histórica, aplicada à dimensão subjetiva dos fenômenos sociais presentes no campo de intervenção em políticas públicas. Leitura da Psicologia sócio histórica, pela ótica dos Direitos Humanos. Aspectos estruturais e operacionais das políticas públicas, em diversas áreas (saúde, educação e assistência social).</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>BOCK, A. M. (Org.) <b>Psicologia e compromisso social</b>. São Paulo: Cortez Editora, 2003.</p>	
<p>CAMPOS, A. et al (Orgs.) <b>Atlas da exclusão social no Brasil: Dinâmica e Manifestação Territorial</b>. [Volume 2]. São Paulo: Cortez, 2003.</p>	
<p>YAMAMOTO, O.. Políticas sociais, terceiro setor e compromisso social: perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. <b>Psicologia &amp; Sociedade</b>; 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>CARVALHO, J M. de. <b>Cidadania no Brasil: o longo caminho</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001</p>	
<p>COIMBRA, C.; FILHO, M. M.; MONTEIRO, A. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? <b>Revista Psicologia &amp; Sociedade</b>, 18 (2): maio/agosto de 2006.</p>	
<p>FIGUEIREDO, L. C. <b>A invenção do psicológico-quatro séculos de subjetivação (1500-1900)</b>. São Paulo: Educ/Escuta, 1999.</p>	
<p>MARTIN-BARÓ, I. O Papel do Psicólogo. <b>Boletim de Psicologia UCA</b>, 3(17). 99- 112, 1985.</p>	
<p>MEDICI, A. C. A dinâmica das políticas sociais. <b>Revista Fórum DCA</b>. 1. 24-27, 1993.</p>	

<b>MÉTODOS DE PESQUISA E ANÁLISE QUALITATIVA</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Instrumental teórico e prático para o exercício da pesquisa qualitativa. Pesquisa de campo. Técnicas de pesquisa (observação participante, entrevistas, histórias de vida, estudo de caso e análise situacional). Diferentes perspectivas de interpretação e relações entre sujeito e objeto da investigação.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In. FELDMAN-Bianco, Bela. <b>A antropologia das sociedades contemporâneas</b>. São Paulo: Global, 1987. p.227-344.</p>	
<p>BECKER, H. <b>Uma teoria da ação coletiva</b>. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.</p>	
<p>CALDEIRA, T. P. do R. Uma Incursão pelo Lado “Não Respeitável” da Pesquisa de Campo, <b>Ciências Sociais Hoje</b>, Vol. 1, CNPq/ANPOCS: Brasília/Recife, 1981.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>BAUER, M.; GASKEL, G. <b>Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som</b>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>	
<p>GEERTZ, Clifford <b>A interpretação das culturas</b>. Cap.I: Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. RJ: Zahar, 1978. [Reedição: Rio de Janeiro, LTC Editora, 1989].</p>	
<p>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. <b>Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva</b>. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.</p>	
<p>VICTÓRIA, C. G et al. <b>Pesquisa qualitativa em saúde: uma introdução ao tema</b>. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.</p>	

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2005.

c) Terceiro Semestre

DIREITO ADMINISTRATIVO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Noções Gerais de Direito Administrativo. Princípios Básicos da Administração Pública. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. Direito Administrativo e os poderes administrativos. Os atos administrativos e as pessoas jurídicas administrativas. A responsabilidade civil do Estado.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            BASTOS, C. R. <b>Curso de direito administrativo.</b> 4.ed. São Paulo: Saraiva,2000.            GASPARINI, D. <b>Direito administrativo.</b> 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.            MEIRELLES, H. L <b>Direito administrativo brasileiro.</b> 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2004.</p> <p><b>Complementar</b>            ARAÚJO, E. N. de. <b>Curso de direito administrativo.</b> 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.            MEIRELLES, H. L. <b>Direito administrativo brasileiro.</b> Editora Malheiros. São Paulo, 1998.            MEDAUAR, O. <b>Direito administrativo moderno.</b> 13. ed. São Paulo: RT, 2009.            MELLO, C. A.B. de. <b>Curso de direito administrativo.</b> 12.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.            PIETRO, M. S. Z. de. <b>Direito aAdministrativo.</b>12. ed. São Paulo: Atlas, 2000.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Estado e políticas públicas: diferentes momentos históricos. Políticas Públicas: centralização e clientelismo. Descentralização no processo de redemocratização. Políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo: novas configurações. Descentralização e democracia. Participação, atores sociais e controle social. Gestão local, cidadania e equidade social.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            BERCOVICI, G. Vinte anos da Constituição Federal: avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. In: CARDOSO JR, J. C; SIQUEIRA, C. H. R. de (Orgs.). <b>Diálogos para o desenvolvimento.</b> Brasília: IPEA, 2009            DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E.(Org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.            GUIMARÃES, J. (Org.). As políticas sociais. In: As novas bases da cidadania: políticas sociais, trabalho e previdência social. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010, p. 9-41.</p> <p><b>Complementar</b>            FLEXOR, G.; LEITE, S. P. Análises de políticas públicas: breves considerações teórico-metodológicas. In: DE LIMA, Eli Napoleão; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.) <b>Mundo rural:</b> configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad X/ Eduar, 2007.            GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. In: <b>Revista Saúde e Sociedade,</b> v.13, n.2, São Paulo, mai./aug, 2004.            INOJOSA R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. <b>Cadernos FUNDAP,</b> São Paulo, 2001, n. 22, p. 102-110            SALES, I. da C. Os conselhos e a gestão democrática: armadilhas e possibilidades. In: PONTUAL, P. et.al. (Orgs.). <b>Participação social:</b> desafios para a democracia contemporânea. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005, p. 40-52.            TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p>	
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Evolução e características da administração pública no Brasil. Principais modelos de administração. Tendências internacionais de mudança da gestão pública. Cenário de mudanças mundiais: globalização; desenvolvimento tecnológico, desigualdades e seu impacto sobre o Estado e a sociedade. O sistema político brasileiro e suas consequências sobre o Estado e a gestão pública.</p> <p><b>Bibliografia</b></p>	

<p><b>Básica</b>          ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. <b>Revista de Administração Pública</b>, v. 41, n° especial, 2007, p. 67-86          BORGES, A. Ética burocrática, mercado e ideologia administrativa: contradições da resposta conservadora a crise de caráter do Estado. <b>Dados - Revista de Ciências Social</b>, v. 43, n.1.p 119-151.          DINIZ, E.; AZEVEDO, S. <b>Reforma do estado e democracia no Brasil</b>. Brasília: Editora Universidade de Brasília – ENAP, 1997</p> <p><b>Complementar</b>          ABRUCIO, F. L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública. <b>Cadernos ENAP</b> n.10, 1996.          BRESSER-PEREIRA, LC; SPINK, P: <b>A reforma de Estado e a administração pública gerencial</b>. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.          FOUCHER, D. <b>Guia de gerenciamento do setor público</b>. Brasília: ENAP, 2001.          MEIRELLES, H. L. <b>Direito administrativo brasileiro</b>. São Paulo: Malheiros, 1998.          WILSON, W. O Estudo da administração. <b>Revista do Serviço Público</b>. n. 56 v.3, jul./set. 2005, p 349-366</p>
--

FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas com ênfase na Formulação. O papel do Estado na formulação de políticas públicas. Estudo da organização, atividade e papel de grupos de interesse. A dinâmica da formulação de políticas públicas. Atores, demandas e necessidades. Avaliação de políticas e programas sociais.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>          HOCHMAN, G.; ARRETICHE, M.; MARQUES, E.(Org.) <b>Políticas públicas no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007          GRAZIANO, L. O lobby e o interesse público. In: <b>RBCS - Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, vol. 12, n. 25, 1997.          MELO, M. A.B.C., Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República”. <b>Dados – Revista de Ciências Sociais</b>, Rio de Janeiro, v., 36, 1993.</p> <p><b>Complementar</b>          AZEVEDO, S. de; PRATES, A.A. (1991). Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. <b>Ciências Sociais Hoje</b>. São Paulo: Vértice, 1991.          CASTRO, M. H. G., Interesses, organizações e políticas sociais. <b>Boletim Informativo Bibliográfico</b>, n. 31, 1991.          MARTINS, L. <b>Estado capitalista e burocracia no Brasil Pós 64</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.          MARQUES, E. C., Notas críticas à literatura sobre estado, políticas estatais e atores políticos, <b>Boletim Informativo Bibliográfico</b>, n. 43, 1997.          RODRIGUES, M. M. A; DOIMO, A. M., A Formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de redemocratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal de atuação política. <b>Política &amp; Sociedade. Revista de Sociologia Política</b>, n. 3, Florianópolis, out. 2003.</p>	

MÉTODOS DE PESQUISA E ANÁLISE QUANTITATIVA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Ferramentas quantitativas para análise de políticas públicas: montagem de bancos de dados, tipos de variáveis, medidas-resumo, representações por tabelas e gráficos, medidas de associação, população e amostra, estimação e teste de hipótese, conceitos de modelagem, análise de regressão. Os conceitos no contexto de aplicações: estimação de impactos de políticas, usando modelos de regressão e métodos práticos de previsão.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BARBETTA, P. A. <b>Estatística aplicada às ciências sociais</b>. 5. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.</p> <p>PINHEIRO, J. I.; CUNHA, S. B. DA; CARVAJAL, S.; GOMES, G. C. <b>Estatística básica - A arte de trabalhar</b>. CAMPUS 2a Edição. 2015.</p> <p>MOORE, D.; NOTZ, W. ; FLIGNER, M. <b>A Estatística Básica e Sua Prática</b>. Rio de Janeiro: LTC. 2014</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BABBIE, E. <b>Métodos de pesquisa de survey</b>. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.</p> <p>BUSSAB, W. e MORETTIN, P. (1987). <b>Estatística Básica</b>. 4. Edição. São Paulo: Atual, 1987.</p> <p>CONTANDRIOPOULOS A.P; et.al. <b>Saber preparar uma pesquisa</b>. São Paulo: Hucitec/ABRASCO, 1994.</p> <p>FAHEL, M.; NEVES, J. A. B. (Org.). <b>Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil</b>. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.</p> <p>HAIR, J. F. et. al. <b>Análise multivariada de dados</b>. Porto Alegre: Ed Bookman, 2009.</p>	

#### d) Quarto Semestre

ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Origens e Fundamentos Conceituais: Sociedade, Estado, Nação e Poder. Evolução das Teorias do Estado e Tipos de Estado. Estado Contemporâneo. Estado Desenvolvimentista (Keynesiano). Neoliberalismo. Transformações do Estado na América Latina e Brasil. Consenso de Washington. Globalização, Estados-Nações, Sociedade Pós-industrial e Crise.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>FURTADO, C. <b>Formação econômica do Brasil</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.</p> <p>GIAMBIAGI, F. VILLELA, A. (Org.). <b>Economia brasileira contemporânea (1945-2004)</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 425 p. (Prêmio Jabuti 2005).</p> <p>PEREIRA, L.C.B. <b>Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América Latina</b>. São Paulo: Editora 34, 1996.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BAER, W. <b>A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil</b>. 7. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988.</p> <p>BAUMANN, R. (Org.). <b>O Brasil e a economia mundial</b>. Rio de Janeiro: Campus/SOBEET, 1996.</p> <p>GOLDENSTEIN, L. <b>Repensando a dependência</b>. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1994.</p> <p>SOUZA, N. A. de. <b>Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula</b>. 2.eEd. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.</p> <p>TAVARES, M. da C.; FIORI, J. L. <b>(Des)Ajuste global e modernização conservadora</b>. Rio de Janeiro, Paz &amp; Terra, 1993.</p>	

ESTADO E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A construção do sujeito de Direitos. Estado, democracia e Direitos Humanos: os princípios de igualdade e justiça social. Diversidades socioculturais: negros e afrodescendentes, indígenas, questão de gênero, orientação sexual, Diferenças Geracionais, Pessoas com Deficiências e Diversidade Religiosa. Preconceito, discriminação e intolerância.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            BONACCHI, G. e GROUPI, A. (Orgs.). <b>O dilema da cidadania:</b> direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.            BUTLER, J. <b>Problemas de gênero:</b> feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.            ESPADA, J. C. <b>Direitos sociais de cidadania.</b> Lisboa-PT: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.  <b>Complementar</b>            ALVES, J. A. L. <b>Os direitos humanos na pós-modernidade.</b> São Paulo: Perspectiva, 2005.            BOBBIO, N. <b>A era dos direitos.</b> São Paulo: Editora Campus, 2004            DELEUZE, G. <b>O Abecedário de Gilles Deleuze,</b> Transcrição integral do Vídeo, para fins exclusivamente didáticos. Acesso ao site dia 11/04/2014. <a href="http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf">http://stoa.usp.br/prodsubjeduc/files/262/1015/Abecedario+G.+Deleuze.pdf</a>            MUNANGA, K. <b>Rediscutindo a mestiçagem no Brasil.</b> Petrópolis-RJ: Vozes, 1999, p.140.            SANTOS, B. de S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. <b>Lua Nova:</b> Revista de Cultura e Política, nº 39, São Paulo, 1997.</p>	

POLÍTICAS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Surgimento e desenvolvimento das políticas sociais no Brasil. Principais políticas sociais brasileiras - habitação, saúde, educação, segurança, previdência, agrícola, agrária, assistência social e outras. Contextos sociais, econômicos e políticos das políticas públicas no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            ARRETCHE, M. <b>Estado federativo e políticas sociais:</b> determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan/FAPESPE, 2000. 302 p.            BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de. <b>Desafios para a política social brasileira.</b> Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão n 985.).            DRAIBE, S. O sistema de proteção social: O legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas. <b>Cadernos Pesquisa,</b> n. 33, NEPPP/UNICAMP, Campinas,1998.  <b>Complementar</b>            CARVALHO, J. M. <b>A cidadania no Brasil:</b> o longo caminho. São Paulo: Editora Record, 2001. 236 p.            HENRIQUES, R. (org.). <b>Desigualdade e pobreza no Brasil.</b> Rio de Janeiro: IPEA, 2000.            PINHEIRO, V. C. Modelo de desenvolvimento e políticas sociais na América Latina em uma perspectiva histórica. <b>Revista Planejamento e Política Pública,</b> Brasília-IPEA, n. 12, p. 63-88, jan./dez. 1995.            PEREIRA, P.A. P. <b>Política social:</b> temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.            SANTOS, W. G. <b>Cidadania e justiça.</b> Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1979.</p>	

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O Planejamento Governamental no Brasil: do Plano de Metas ao PPA. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei do Orçamento Anual (LOA). Orçamento como instrumento de planejamento e controle. Monitoramento e avaliação como instrumentos de planejamento e gestão. Indicadores sociais como instrumentos de planejamento e gestão.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            ARAGÃO, C.V. Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública: um ensaio. <b>Revista do Serviço Público,</b> 48(3), 1997, p. 104-132.            JANNUZZI, P. de M. <b>Indicadores sociais no Brasil:</b> conceitos, fontes de dados e aplicações. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.            MORGADO, J. Vaz e DEBUS, I. <b>Orçamento público.</b> Brasília: Vestcon, 2002.</p>	

**Complementar**

- CORREIA, Maria Valéria da Costa. A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, ano 25, n. 77, mar. 2004. p. 148-175.
- GRIN, E. J. **Gestão pública com qualidade e excelência: teoria e método**. São Paulo, Jul. 2008.
- LEVY, E.; DRAGO, P. **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edições FUNDAP, 2005
- OLIVEIRA, J.A.P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **RAP**, n.40, v.1, 2006, p. 273-88.
- PARDINI, D. J; AMARAL, H F A função orçamentária e o ascendente paradigma de final de milênio: o decrementalismo, **Revista do Serviço Público**, ano 50, n 2, ENAP, Brasília, 1999.

FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de formulação, implementação e avaliação de Políticas Públicas com ênfase na implementação. Instrumental analítico para a compreensão de processos de implementação de políticas públicas. Ferramentas para o controle da implementação de políticas. Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ARRETCHÉ, M. T. da S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, M. C. R. N. e CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.). <b>Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais</b>. São Paulo: IEE/PUC, 2001.</p> <p>SILVA, P. L. B.; MELO, M. A. B. 2000. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. <b>Caderno NEPP/UNICAMP</b>, Campinas, n. 48, p. 1-16.</p> <p>STEIN, R. H., Implementação de políticas sociais e descentralização político-administrativa. In: <b>Capacitação em serviço social e política social</b>, 3. Brasília: UnB, CEAD, 2000.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>AVAL. <b>Revista de Avaliação de Políticas Públicas</b>. UFC, número 1, 2008.</p> <p>ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. <b>Revista do Serviço Público</b>, ano 51, n.4, out./dez 2000.</p> <p>COHEN, E.; FRANCO, R. <b>Avaliação de projetos sociais</b>. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.</p> <p>D'ASCENZI, L.; LIMA, L. L. <b>Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas</b>. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013</p> <p>LEJANO, R. P. <b>Parâmetros para análise de políticas públicas: a fusão de texto e contexto</b>. Campinas: Editora Arte Escrita, 2011</p> <p>SILVA, M. O. (Org.). <b>Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos</b>. São Paulo: Veras Editora: São Luis: GAEPP, p. 89-177. ano 51, n.4, out./dez 2000.</p>	

## e) Quinto e Sexto Semestres

RESIDÊNCIA SOCIAL I	Carga horária: 128 horas
<p><b>Ementa:</b> O (a) aluno (a) insere-se em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas de forma a identificar uma situação que, nos moldes de caso-pesquisa, sob a orientação de um professor do curso, para a qual deve desenvolver uma proposição de intervenção.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BIANCHI, A.C. de M; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. <b>Manual de orientação: estágio supervisionado</b>. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005</p> <p>BURIOLLA, M. A. F. <b>Estágio supervisionado</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. <b>NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA</b>, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>ARAÚJO, L. (Orgs.) <b>Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática</b>. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>LIMA, M. C.; OLIVO, S. <b>Estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso</b>. São Paulo: Thomson</p>	

Learning, 2006.  
 LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 10. ed. São Paulo. Cortez, 2000.  
 PACCHIONI, M. M. **Estágio e supervisão: uma reflexão sobre a aprendizagem significativa**. São Paulo: Stiliano, 2000.  
 SCHOMMER, P.C. **Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade**. Tese de Doutorado. 314p. FGV/EAESP, 2005

RESIDÊNCIA SOCIAL II	Carga horária: 128 horas
<p><b>Ementa:</b> O (a) aluno (a) inserido em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, depois de identificar uma situação e elaborar uma proposta de intervenção, aplica, com orientação técnica da instituição e de um(a) professor(a) a referida proposta.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            MANFREDI, S.M. <b>Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas</b>. Educação e Sociedade. Campinas, v.19, n 64, p.13-49, 1998            SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. <b>NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA</b>, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010            SCHOMMER, P.C. <b>Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade</b>. FGV/EAESP, 2005. 314p. (Tese de doutorado).</p> <p><b>Complementar</b>            EASTERBY-SMITH, M.; ARAUJO, L. Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.) <b>Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática</b>. São Paulo: Atlas, 2001.p.15-38.            FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma Agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). <b>Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação</b>. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.            GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, Maria da Glória. <b>Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos</b>. São Paulo: Loyola, 1997.            SANTOS, B.S. <b>A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade</b>. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120)            THIOLENT, M. <b>Metodologia da pesquisa-ação</b>. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p>	

f) 7º Semestre

PROJETO DE MONOGRAFIA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Planejamento de um projeto de pesquisa em Políticas Públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. <b>Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas</b>. São Paulo: Prentice Hall, 2004            GIL, A. C. <b>Como elaborar projetos de pesquisa</b>. São Paulo: Atlas, 2009.            MARCONI, M. de; LAKATOS, E.M. <b>Técnicas de pesquisa</b>. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999</p> <p><b>Complementar</b>            ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. <b>NBR 15287: princípios gerais para elaboração de projetos de pesquisa</b>. Rio de Janeiro, 2011            BARROS, A. de J. P. de; LEHFELD, N. A. de S. <b>Projeto de pesquisa: propostas metodológicas</b>. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1998            GESSLER, L. A. <b>Introdução à pesquisa: projetos e relatórios</b>. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004 (Cap.11).            MACIEIRA, S. <b>Como elaborar projeto, monografia e artigo científico</b>. 5.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007 (Cap. 3)            SELLTIZ, C. et al. <b>Métodos de pesquisa nas relações sociais</b>. 2. ed. brasileira. São Paulo: EPU, 1987.</p>	

RESIDÊNCIA SOCIAL III	Carga horária: 128 horas
-----------------------	--------------------------

**Ementa:** O (a) aluno (a) inserido em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, depois de identificar uma situação e elaborar uma proposta de intervenção e aplicar, com orientação técnica da instituição e de um(a) professor(a) a referida proposta, fará uma avaliação da execução da proposta.

**Bibliografia**

**Básica**

SCHOMMER, P.C. **Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade.** FGV/EAESP, 2005. 314p. (Tese de doutorado).

SILVA, M. O. da S. e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005

**Complementar**

AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. **Avaliação de serviços e programas sociais.** Petrópolis: Vozes, 1995

CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC, 2001

FARIA, C. A.P. A política de avaliação das políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** v.20, n. 59, 2005

REY, B. **As competências transversais em questão.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. **Serviço Social & Sociedade,** 53. Mar. 1997, p. 74-79.

**g) Oitavo semestre**

MONOGRAFIA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Desenvolvimento de um projeto de pesquisa em Políticas Públicas.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>GESSLER, L. A. <b>Introdução à pesquisa:</b> projetos e relatórios. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Loyola, 2004.</p>	
<p>GOLDEMBERG, Mirian. <b>A arte de pesquisar:</b> como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p>	
<p>MACIEIRA, S. <b>Como elaborar projeto, monografia e artigo científico.</b> 5.ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>DEMO, P. <b>Pesquisa e construção do conhecimento.</b> Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996</p>	
<p>GIL, A. C. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social.</b> 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>	
<p>MARCONI, Marina de; LAKATOS, Eva Maria. <b>Técnicas de pesquisa.</b> 4.ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p>	
<p>MORIN, E. <b>Os sete saberes necessários à educação do futuro.</b> 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.</p>	
<p>SEVERINO, A. J. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> 23.ed.rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007</p>	



## 10.6.2 Disciplinas Eletivas/Opcionais a serem oferecidas a partir do quinto semestre

## 10.6.2.1 Ênfase: Políticas Públicas, Gestão Governamental e Desenvolvimento

PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A participação na teoria e na prática das democracias contemporâneas. Panorama Geral das diferentes concepções contemporâneas de democracia. As relações entre participação e representação; clientelismo e participação; desigualdade, exclusão social e participação política no Brasil. Participação nos espaços públicos, nos orçamentos participativos e nos Conselhos Gestores de políticas públicas no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.). <b>A inovação democrática no Brasil</b>. São Paulo: Cortez, 2002.            MESQUITA, N. C. (ORG.). <b>Brasil, 25 anos de Democracia: Participação, Sociedade Civil e Cultura Política</b>. Fundação Konrad Adenauer. 2015            PUTNAM, R. <b>Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna</b>. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2013..</p> <p><b>Complementar</b>            BOBBIO, N. <b>O futuro da democracia</b>. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2006            DAGNINO, E. M. (Org.). <b>Os anos 90: política e sociedade no Brasil</b>. São Paulo: Brasiliense, 1994.            FOUCAULT, Michel. <b>Microfísica do poder</b>. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.            PONTUAL, P. et al (Orgs.). <b>Participação social: desafios para a democracia contemporânea</b>. Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005            WEFFORT, F. (Org.). <b>Os clássicos da política</b> (v. 1 e 2). São Paulo: Ática, 2006.</p>	

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O Setor Público em Economias de Mercado. Falhas de Mercado: externalidade e bens públicos. Escolha pública. Teoria da Despesa Pública. Orçamento e Gastos Públicos. Teoria da Tributação. Federalismo fiscal. O Setor Público no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            FLÁVIO RIANI. Economia do Setor Público - Uma Abordagem Introdutória. LTC. 2016            GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. <b>Finanças públicas: teoria e prática no Brasil</b>. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.            PINHO, D. B.; SANDOVAL DE VASCONCELLOS, M. A.; TONETO, RUDINEI JR. Manual de Economia. Saraiva, 2011</p> <p><b>Complementar</b>            BIDERMAN, C.; ARVATE, P. <b>Economia do setor público no Brasil</b>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.            CONTI, J. M. <b>Federalismo fiscal</b>. São Paulo: Manole. 2004.            REZENDE, F. et. al. <b>Finanças públicas</b>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.            GIACOMONI, J. <b>Orçamento Público</b>. 13. ed. São Paulo: Atlas. 2005.            RIANI, F. <b>Economia do setor público</b>. Uma abordagem introdutória. 4. ed. São Paulo: Atlas. 2002.</p>	

POLÍTICAS URBANAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Contextualização do processo de urbanização brasileira. Planejamento urbano como campo disciplinar. O planejamento urbano no Brasil. O Estado e a produção do espaço urbano no Brasil. Práticas recentes de planejamento urbano e no Brasil. Articulação das políticas urbana, habitacional, ambiental, saneamento e de mobilidade.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            COSTA, G.M. e MENDONÇA J. G. (Org). <b>Planejamento urbano no Brasil:</b> trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008.            GOMIDE, A. de Á. <b>Agenda governamental e o processo de políticas públicas:</b> o projeto de lei de diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. Texto para Discussão 1334. IPEA: Brasília, abr. 2008.            LEFEBVRE, H. <b>O direito à cidade.</b> São Paulo: Moraes, 2008..</p> <p><b>Complementar</b>            ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In. BARREIRA, M. C. R. N., CARVALHO, M. do C. B. (Orgs.) <b>Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.</b> São Paulo: IEE/PUC, 2001.            MARICATO, E. <b>Habituação e cidade.</b> São Paulo: Ed. Atual, 1997.            OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. <b>Espaços e Debates</b> (6), Jul/set 1982.            ROLNIK, R. <b>A cidade e a lei:</b> legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.            VILLAÇA, F. Uma Contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: Déak, C. e Schiffer, S. R. (Orgs.). <b>O processo de urbanização no Brasil.</b> São Paulo: Fupam/Edusp, 1999.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A abordagem territorial em políticas públicas. Territórios, conflitos, decisão e poder. Políticas e planejamento de intervenção territorial no Brasil. Desenvolvimento rural e abordagem territorial A questão urbana e a abordagem territorial. Experiências recentes de planejamento de intervenção territorial no Brasil nos espaços rurais e urbanos.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            CORRÊA, V. P. Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva. <b>Boletim Regional, Urbano e Ambiental</b>, n. 3, IPEA, 2009.            FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Aurélio M.; SPOSITO, Eliseu S. (Orgs.) <b>Territórios e territorialidades:</b> teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.            HAESBAERT, R. <b>O mito da desterritorialização:</b> do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.</p> <p><b>Complementar</b>            DAGNINO, E. <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.</b> São Paulo: Paz e Terra, 2002.            GUANZIROLI, C. E. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: uma polêmica. In: <b>Anais...Congresso da SOBER</b>, Porto Alegre, 2009.            RAFFESTIN, C. <b>Por uma geografia do poder.</b> São Paulo: Ática, 1993            SANTOS, M. <b>O espaço dividido:</b> os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Hucitec, 1978.            VAINER, C. B. Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, F. D. (Org.). <b>Vidas alagadas:</b> conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa: Editora UFV, 2008, p. 39-63.            VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. B. de. <b>Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional.</b> Rio de Janeiro: CEDI, 1992.</p>	

POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A Questão Agrária no Brasil. Intervenção do Estado Brasileiro na estrutura agrária e agrícola. O sistema agroalimentar no Brasil. Relação entre agricultura e desenvolvimento. Análise de políticas públicas no setor rural com ênfase para o sistema agrário e agrícola. Ação recente do Estado e suas novas modalidades de intervenção nos sistemas agrário e agrícola. Políticas setoriais. Políticas para a Agricultura Familiar, Orgânica e Agroecológica.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>DELGADO, G. C. <b>Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio</b>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.</p> <p>LEITE, S. (org.) <b>Políticas públicas e agricultura no Brasil</b>. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2009</p> <p>LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) <b>Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação</b>. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011.</p> <p><b>Bibliografia complementar</b></p> <p>ALTIERI, M. <b>Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável</b>. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.</p> <p>DELGADO, G. Reestruturação da economia do agronegócio: anos 2000. In: STÉDILE, J. P. (Org.). <b>A questão agrária no Brasil</b>. São Paulo: Expressão Popular, Vol. 7, p. 57-87.</p> <p>LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). <b>Mundo rural: configurações rural-urbanas-poderes e políticas</b>. Rio de Janeiro: Mauad X/ Educ, 2007.</p> <p>NERI, M. C.; MELO, L. C. C. de; MONTE, S. dos R. S. <b>Superação da pobreza e a nova classe média no campo</b>. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012</p> <p>STÉDILE, J. P. (Org.). <b>A questão agrária no Brasil</b>. São Paulo: Expressão Popular, 1995, v. 8.</p>	

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Agenda ambiental, histórico, características e repercussões. Relações entre os tipos de recursos naturais, modos de apropriação e regimes de propriedade. Instituições, organizações e meio ambiente. Políticas públicas na área ambiental. Instrumentos de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Legislação e políticas públicas na área ambiental no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ACSELRAD, H. e LEROY, J-P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. <b>Cadernos de debate Brasil Sustentável e Democrático</b>, n. 1. Rio de Janeiro: FASE, P. 11-47, 1999.</p> <p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. <b>Agenda 21 brasileira: bases para a discussão</b>. Brasília: MMA/PNUD, 2000.</p> <p>BURSZTYN, M. <b>Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais</b>. Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora Brasiliense, 1993.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. <b>Nosso Futuro Comum</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.</p> <p>FERREIRA, L. da C. <b>A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil</b>. São Paulo: Boitempo, 1998</p> <p>SACHS, I. O desafio da ECO 92: desenvolvimento com justiça em um planeta habitável. In: _____. <b>Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente</b>. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.</p> <p>WALLERSTEIN, I. Ecologia e custos capitalistas de produção: sem saída. In: _____. <b>O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI</b>. Rio de Janeiro: Revan, 2002.</p>	

AGROECOLOGIA NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Agroecologia: concepção, princípios e história. Sujeitos da Agroecologia. Estrutura agrária nos territórios da agroecologia. Agroecologia e seu sistema agroalimentar. As estatísticas do governo sobre agricultura familiar: os Censos Agropecuários. Legislação da Agricultura Familiar. Intervenção do governo e suas políticas setoriais para a Agricultura Familiar, Orgânica e Agroecológica. Ação política e relação entre sociedade civil e governo.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>  ALTIERI, M. <b>Agroecologia:</b> bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.  CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. <b>Agroecologia e extensão rural:</b> contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.  LEITE, S. (Org.) <b>Políticas públicas e agricultura no Brasil.</b> Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001</p> <p><b>Complementar</b>  CAVALCANTI, C; BEGOSSI, A. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2001  CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: LEFF, E. <b>Racionalidade Ambiental.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.  FERREIRA, L. da C. <b>A questão ambiental:</b> sustentabilidade e políticas públicas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1998  LEITE, S. P; BONNAL, P. (Orgs.) <b>Análise comparada de políticas agrícolas:</b> uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2011.  SILVA, J. G. da; VERENA, S. <b>A questão agrária.</b> São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.</p>	

POLÍTICAS DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Histórico e evolução da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Debate teórico sobre a os principais conceitos envolvidos e em disputa. A realidade da insegurança alimentar e nutricional na população brasileira. Sistema e Política de Segurança Alimentar e Nutricional: marcos regulatório, elementos constitutivos, indicadores, planos, monitoramento e avaliação.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>  CASTRO, J. de. <b>Geografia da fome – o dilema brasileiro: pão e aço.</b> 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.  LEÃO, M. (Org.). <b>Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.</b> Brasília, DF: ABRANDH, 2010.  MALUF, R. S. J. <b>Segurança alimentar e nutricional.</b> Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</p> <p><b>Complementar</b>  BRASIL. Decreto Nº. 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. <b>Presidência da República, Casa civil, Subchefia de assuntos jurídicos.</b> Disponível em &lt;<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm</a>&gt;. Acesso em 14 de setembro de 2010.  CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). <b>A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada:</b> indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010.  INSTITUTO CIDADANIA. <b>Projeto fome zero:</b> uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001.  MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: <b>Revista Agriculturas:</b> experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.  VALENTE, F. L. S. (Org.). <b>Direito humano à alimentação.</b> São Paulo: Cortez, 2002.</p>	

INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Debate sobre intersectorialidade e concepções de desenvolvimento. Construção da intersectorialidade nos marcos legais e programas basilares: propostas e desafios. Intersectorialidade com as políticas de assistência social, educação, saúde, desenvolvimento agrário, agroecologia, gênero, habitação e trabalho e renda.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). <b>A segurança alimentar e nutricional e o Direito à alimentação adequada:</b> indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010.</p> <p>CONTI, I.L. et al. (Org). Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Passo Fundo: IFIBE, 2010. 80 p.</p> <p>INOJOSA, R. M. <b>Sinergia em políticas e serviços públicos:</b> desenvolvimento social com intersectorialidade. <b>Cadernos Fundap</b>, São Paulo, n. 22, 2001, p. 102-110.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>LEÃO, M. (Org). <b>Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional.</b> Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p.</p> <p>MALUF, R. S. Jamil. <b>Segurança alimentar e nutricional.</b> Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</p> <p>NASCIMENTO, S. Reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas. <b>Serviço social e sociedade.</b> São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.</p> <p>NAVARRO. N. <b>A intersectorialidade como modelo de gestão das políticas de combate à pobreza no Brasil:</b> o Caso do Programa Bolsa Família no Município de Guarulhos: 2011. Dissertação (mestrado em administração pública e governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2011. p. 16-31.</p> <p>SPOSATI. A. Assistência Social: de ação individual a direito social. <b>Revista Brasileira de Direito Constitucional</b>, São Paulo, n. 10, p. 435-458. Jul./dez.2007.</p>	

EDUCAÇÃO E CULTURA ALIMENTAR	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Caracterização da diversidade cultural no Brasil. As raízes culturais nas diversas regiões do País. Determinantes da cultura alimentar brasileira. Hábitos alimentares que guardam traços da herança cultural e a forma como estes são mantidos. Influência da globalização e da industrialização nos hábitos alimentares brasileiros. Produção e consumo de produtos da agricultura familiar camponesa. Programas de educação e cultura alimentar.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BRASIL. <b>Guia alimentar para a população brasileira.</b> Disponível em: &lt; <a href="http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf">http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira.pdf</a> &gt; Acesso em: 20 de agosto de 2011.</p> <p>CASCUDO, L. da C. C. <b>História da alimentação no Brasil.</b> 3ed. São Paulo: Global, 2004.</p> <p>WRANGHAM, R. W. <b>Pegando fogo:</b> porque cozinhar nos tornou humanos. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRAGA, V. <b>Cultura alimentar:</b> contribuições da antropologia da alimentação. Disponível em <a href="http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf">http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf</a>. Acesso em 03 de março de 2009.</p> <p>BRASIL. <b>Alimento:</b> direito sagrado. Disponível em &lt; <a href="http://www.mds.gov.br/gestao_da_informacao/disseminacao/alimento-direito-sagrado/Alimento_Direito%20Sagrado_we_b.pdf/view">http://www.mds.gov.br/gestao_da_informacao/disseminacao/alimento-direito-sagrado/Alimento_Direito%20Sagrado_we_b.pdf/view</a> &gt; Acesso em: 19 de maio de 2012.</p> <p>COLTO FILHO, C. <b>Tempero do sol.</b> Fortaleza: Editora CCF Ltda, 2004.</p> <p>CANESQUI, A.M.; GARCIA, W. M. (Org.). <b>Antropologia e nutrição:</b> um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.</p> <p>FREYRE, G. <b>Casa grande e senzala.</b> 51ed. São Paulo: Global, 2004.</p>	

CONTROLE SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Discussão sobre a relação entre cidadania, direitos humanos e políticas públicas em um capitalismo excludente. Descentralização das políticas públicas: os desafios municipais. Institucionalização do controle social como exercício regular nas políticas: formulação, financiamento, monitoramento e avaliação. Conselhos de políticas públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ARRETCHE, M. T. S. <b>Estado federativo e políticas sociais:</b> determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.</p> <p>GOHN, M. da G. <b>Conselhos gestores e participação sociopolítica.</b> 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011</p> <p>ADRIANA DRAGONE SILVEIRA (ORGANIZADOR). <b>Gestão Democrática, Participação Popular e Controle Social.</b> Appris Editora 1a/2015.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CASTELLS, M. <b>Redes de indignação e esperança:</b> movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013</p> <p>D'ÁVILA, C. R. Controle social do programa de aquisição de alimentos. In: CONTI, Irio Luiz. <b>Programa de Aquisição de Alimentos – PAA,</b> Passo Fundo: IFIB/REDESAN, 2010.</p> <p>MALUF, R. S. J. <b>Segurança alimentar e nutricional.</b> Petrópolis RJ: Vozes, 2006.</p> <p>TELLES, V. da S. <b>Direitos sociais.</b> Belo Horizonte: UFMG, 1999.</p> <p>UGA, M. A. Descentralização e democracia: o outro lado da moeda. <b>Planejamento e Políticas Públicas,</b> Brasília, n. 5, 1991.</p>	

AGÊNCIAS MULTILATERAIS E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O papel das agências multilaterais, sua agenda de promoção do desenvolvimento e o financiamento do setor público no Brasil. Influência das principais organizações multilaterais internacionais sobre o desenho e a aplicação de políticas públicas diversas em países em desenvolvimento, com ênfase no caso brasileiro.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. <b>Rev. Fac. Educ.</b>, jan 1998, vol.24, no.1, p.37-69</p> <p>VIANNA JR., A. (Org.) <b>A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil:</b> análise crítica e documentos inéditos. Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais. Brasília, março de 1998</p> <p>UGÁ, V. D. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. <b>Rev. Sociol. Polit.</b> nov. 2004, n.23, p.55-62.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>MATTOS, R.A. de. As agências internacionais e as políticas de saúde nos anos 90: um panorama geral da oferta de ideias. <b>Ciênc. saúde coletiva</b>, 2001, v.6, n.2, p.377-389</p> <p>PENN, H. <b>Primeira infância:</b> a visão do Banco Mundial. <b>Cad. Pesq.</b>, mar 2002, n.115, p.7-24</p> <p>PEREIRA, J. M. M. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1994-2005). <b>Soc. estado.</b> dez 2005, v.20, n.3, p.611-646.</p> <p>SILVA, M. A. da. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico da escola pública brasileira. <b>Cad. CEDES</b>, dez 2003, vol.23, no.61, p.283-301</p> <p>WERNER, E. As Políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. <b>Revista Espaços e Debates</b>, n. 39. Cidades: Estratégias Gerenciais. Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU, São Paulo, 1996.</p>	

<b>SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Estrutura fundiária e a questão agrária no Brasil. O campesinato e a agricultura familiar no Brasil. Políticas públicas, mobilidade campo-cidade e novas ruralidades. Contribuição dos clássicos da sociologia no pensamento sobre a cidade. Análise de algumas perspectivas da sociologia urbana: Escola de Chicago (ecologia humana); urbano como “forma cultural”; as cidades como “estilo de vida”; a cidade como “sistema sociocultural” e o urbano como “espaço de reprodução das relações sociais capitalistas”.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>FERNANDES, B. M. <b>Questão agrária, pesquisa e MST.</b> São Paulo: Cortez, 2001</p> <p>WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J C (Org.). <b>Agricultura familiar: realidades e perspectivas.</b> Passo Fundo: EDIUPF, 1999.</p> <p>WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio (org.). <b>O fenômeno urbano.</b> Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>LAVINAS, L, CARLEIAL, L. M. da F. e NABUCO, M. R. <b>Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil.</b> São Paulo: ANPUR, Hucitec, 1993.</p> <p>LIMA, E. N. de; DELGADO, N. G.; MOREIRA, R. J. (Orgs.). <b>Mundo rural: configurações rural-urbanas-poderes e políticas.</b> Rio de Janeiro: Mauad X: Edur, 2007.</p> <p>RIBEIRO, L.C. de Q. e SANTOS JÚNIOR, O. (Orgs.). <b>Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras.</b> Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.</p> <p>TAVARES DOS SANTOS, J. V. As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo. In: <b>Revista Sociologias - Dossiê “Conflitualidades”.</b> Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 10-13.</p> <p>WANDERLEY, M. de N. B.. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: <b>Estudos Sociedade e Agricultura</b>, 15, outubro 2000.</p>	

<b>GESTÃO MUNICIPAL E DE TERRITÓRIOS</b>	<b>Carga horária: 64 horas.</b>
<p><b>Ementa:</b> Organização política do território. Perspectiva estratégica do desenvolvimento de cidades e territórios.. O local no contexto nacional e global. Territórios produtivos e desenvolvimento local no Brasil: clusters, distritos, APLs e Economia Solidária. Governança, novo municipalismo e pactos territoriais. Instrumentos para o planejamento e controle do uso e ocupação do solo e de gestão do território municipal</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CASSIOLATO, J. E. et al. (orgs.) Arranjos produtivos locais: uma alternativa para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.</p> <p>MARICATO, E. Brasil, Cidades: Alternativas para a Crise Urbana. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.</p> <p>PINHEIRO, O. M.(Coord.). <b>Acesso à terra urbanizada:</b> implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>LAGES, V. et al.; <b>Territórios em movimento.</b> cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Sebrae, 2004.</p> <p>RIBEIRO, L. C. Q., CARDOSO, A. L.(orgs). <b>Reforma urbana e gestão democrática:</b> promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.</p> <p>SOUZA, M. L. de. <b>A prisão e a ágora:</b> reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006</p> <p>SILVA, G. e COCCO, G. (orgs.). <b>Territórios produtivos.</b> oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&amp;A, 2006.</p> <p>SPINK, Peter. O lugar do lugar na análise organizacional. <b>Revista de Administração Contemporânea.</b> 2001, vol.5, número especial, pp. 11-34, 2001</p>	

ORÇAMENTO PÚBLICO	Carga horária: 64 horas.
<p><b>Ementa:</b> Princípios de contabilidade e orçamento público. O processo orçamentário como instrumento de planejamento. Administração financeira em entidades públicas. Novas abordagens do orçamento público. Fundos públicos e o financiamento de políticas sociais. Sustentabilidade na gestão do orçamento público.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>ALBUQUERQUE, C. M. de; MEDEIROS, M. B.; SILVA, P. H. F. da. <b>Gestão de finanças públicas: Fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal.</b> Editora Gestão Pública, 2008.</p>	
<p>PALUDO, A.V. <b>Orçamento público e administração financeira e orçamentária.</b> Rio de Janeiro, Elsevier, 2010</p>	
<p>POCHMANN, M. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, J.. <b>Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?).</b> São Paulo: Boitempo, 2007. p. 69-78.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>BRASIL. Constituição Federal de 1988, Lei 4320/1964, Decreto 93.872/86, Lei Complementar 101/2000 e Medida Provisória 2170-36/2001.</p>	
<p>CORE, F. G. Reforma gerencial dos processos de planejamento e orçamento. ENAP. <b>Texto para discussão nº 44,</b> Brasília, 2001</p>	
<p>KOHAMA, H. <b>Contabilidade pública.</b> São Paulo, Atlas, 2009.</p>	
<p>POCHMANN, M. <b>Proteção social na periferia do capitalismo:</b> considerações sobre o Brasil. <i>São Paulo em Perspectiva</i>, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004.</p>	
<p>RAMOS, A.S.F. <b>A evolução do processo orçamentário brasileiro:</b> da ingerência burocrática à transparência atual. Monografia (Especialização em Gestão Pública/ENAP – Escola Nacional de Administração pública), ENAP: Brasília, 2004.</p>	

ATELIÊ DE POLÍTICAS DO SETOR PÚBLICO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Estudo de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p>A ser definida em função da política/programa<sup>5</sup>.</p>	

TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em planejamento de gestão pública.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p>A ser definida em função da política/programa<sup>6</sup></p>	

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Compreender os fundamentos educacionais, históricos e políticos da Educação em Direitos Humanos.</p>	

<sup>5 6</sup> Como foi mencionado na Organização curricular do curso, as bibliografias para estas disciplinas são definidas em função das políticas e temas contemporâneos escolhidos no semestre letivo a ser ofertado. Por esse motivo, a bibliografia destas disciplinas não é previamente definida.



Educação em Direitos Humanos, Cidadania e Desigualdades Sociais no Brasil. Políticas de Educação e a inclusão e/ou exclusão da diversidade das relações étnico-raciais, diversidade de gênero e diversidade de orientação sexual nos Direitos Humanos.

### **Bibliografia**

#### **Básica**

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. Editora Civilização Brasileira. 2016.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p.

CANAU, V.; SACAVINO, S. (Orgs.). **Educar em direitos humanos: Construir democracia**. Rio de Janeiro: D&P Editora, 2000.

#### **Complementar**

ARQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1997.

CARVALHO, J.M. **Cidadania no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira. 2001.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 2001.

COMPARATO, K. F. **Afirmção histórica dos direitos humanos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Constitucionalismo, Classificação das Constituições e Sistemas Constitucionais. As Constituições Brasileiras. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e a relação entre os Poderes. Federalismo e relação jurídica entre entes federados. O controle da constitucionalidade das leis no Brasil.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>BONAVIDES, P. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros, 2014.</p>	
<p>KELSEN, H. Teoria geral do direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.</p>	
<p>SILVA, J. A. Curso de direito constitucional positivo. São Paulo: Malheiros, 2007.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>BARROSO, L.R.. Interpretação e aplicação da Constituição. São Paulo: Saraiva, 2006.</p>	
<p>KELSEN, H. Jurisdição constitucional. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p>	
<p>NEGRI, A. O poder constituinte. Ensaio sobre as alternativas da modernidade. Rio de Janeiro: SP&amp;A, 2002.</p>	
<p>SCHMITT, C. Teoría de la Constitución. Madrid: Alianza, 1992.</p>	
<p>ZIMMERMANN, A. Teoria geral do federalismo democrático. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.</p>	

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Elementos históricos da construção do setor saúde, elementos organizativos e participativos relativos ao controle e construção coletiva da saúde pública. Processos de formação e institucionalização das políticas e do sistema de Saúde no Brasil</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>BAPTISTA, T. W. de F. História das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, G. C.; PONTES, A. L. de M. (Orgs). <b>Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde</b>. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p.29-60.</p>	
<p>OLIVEIRA, F. B.; KASZMAR, I. K. <b>Saúde, Previdência e Assistência Social</b>. EPAPERS, 2015.</p>	
<p>HERZLICH, C. Saúde e Doença no início do século XXI: entre a experiência privada e a esfera pública. <b>Physis: Revista de Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro, 14(2):383-394, 2004.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>BRASIL. <b>Lei nº 8080</b>, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde) Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1990.</p>	
<p>HEIMANN, L.S.; IBANHES, L. C.; BARBOZA, R. (Org.). <b>O público e o privado na saúde</b>. São Paulo:</p>	

HUCITEC, 2005.  
 MATTA, G. C. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde In: **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007, v.3, p. 61-80.  
 ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Ed. UNESP, 1994.  
 STRALEN, C.J. **Gestão participativa de políticas públicas: o caso dos conselhos de saúde**. Psicologia Política 5(10) jul./dez. 2005, p. 313-344.

#### 10.6.2.2 Ênfase: Políticas Sociais

ANALISE SOCIAL DA FAMÍLIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O lugar da família na formulação e implementação de políticas públicas. Famílias e redes sociais: dinâmicas, configurações, funções e impactos na sociedade. Famílias e mudanças sociais. Famílias, Redes sociais e formas de proteção social. Família e Estado.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). <b>Famílias, redes, laços e políticas públicas</b>. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>ALMEIDA, A. M. de (org.). <b>Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade</b>, Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987.</p> <p>ARIÈS, P. <b>História social da criança e das famílias</b>. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1981.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BARROS, M. L. (Org.) <b>Família e gerações</b>. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.</p> <p>CAMPOS, C. E. A. e CARGIA, J. Contribuições para a supervisão dos programas sociais com foco na família. <b>Revista Katalisys</b>, vol. 10, n 1,2007.</p> <p>CAMPOS, M. S. e MIOTO, R. C. T. Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira. <b>Revista Ser Social</b>, v. 12, 2003.</p> <p>CARLOTO, C. M. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. <b>Revista Serviço Social e Sociedade</b>, v. 86, 2006.</p> <p>FARIA, C. A. P. Fundamentos para a formulação e análise de políticas e programas de atenção à família. In: STENGEL, M. et al. <b>Políticas públicas de apoio sócio familiar</b> Curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais. Belo Horizonte, PUC Minas, 2001.</p>	

POLÍTICAS DE GÊNERO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Debate teórico sobre as relações de gênero: diferentes perspectivas. Gênero e orientação sexual na agenda da política social. Desigualdade de Gênero: desenvolvimento e pobreza, demografia/saúde, educação, trabalho, política, violência. As relações e as hierarquias sociais com base no gênero, suas características principais em diferentes espaços, as formas como as diferenças são criadas e naturalizadas e seus impactos sobre a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>WICHTERICH C.; AZEVEDO F. <b>Direitos Reprodutivos e Sexuais</b>. Fundação Heinrich Böll, 2015.</p> <p>BOURDIEU, P. A dominação masculina. In: <b>Educação e Realidade</b>. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995.</p> <p>BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). <b>Gênero, democracia e sociedade brasileira</b>. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CASTRO, M.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: <b>Uma questão de gênero</b>. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.</p> <p>FOUCAULT. M. <b>História da Sexualidade</b>, 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004</p>	

FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L.(Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SCOTT, J. GÊNERO: Uma categoria útil para análise histórica. In: **Educação e realidade**. v. 20 n. 2, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, jul/dez 1995.

<b>POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Contextualização sócio histórica da infância no Brasil. Políticas públicas que coloquem em primeiro plano a melhoria de vida de crianças. Considera questões como raça, etnia, gênero e região. Políticas vinculadas à educação, saúde, desenvolvimento e assistência social.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ANDRADE, L. B. P.; ANDRADE, M. A. R. A. A creche enquanto espaço de ações das políticas públicas destinadas à infância. <b>Serviço Social &amp; Realidade</b>, Franca, v. 13, n. 1, p. 9-30, 2004.</p> <p>FONSECA, C. Os direitos da criança: dialogando com o ECA. In: C. FONSECA, V. T.; ALVES, C..F. Alves (Orgs.), <b>Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares</b> Porto Alegre: UFRGS, 2004, p.103-115.</p> <p>FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. In: CARVALHO, A; et.al. (Orgs.), <b>Políticas públicas</b>. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.59-86</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRASIL. <b>Estatuto da criança e adolescente</b>, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF, 1990.</p> <p>CURY, C. R. J. A educação Infantil como direito. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. <b>Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil</b>. Brasília, DF, 1998. v. 2.</p> <p>DIDONET, V. Creche: a que veio... para onde vai... <b>Em Aberto</b>, Brasília, DF, v. 18, jul. 2001, p. 73, p. 11-28</p> <p>FILGUEIRAS, C. A. A creche comunitária na nebulosa da pobreza. <b>Cadernos de Pesquisa</b>, São Paulo, n. 88, fev. 1994, p. 18-29.</p> <p>KUHLMANN JÚNIOR, M. <b>Infância e educação infantil: uma abordagem histórica</b>. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2001.</p>	

<b>POLÍTICAS DE JUVENTUDES</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> A construção sócio histórica da juventude. Tendências teórico-metodológicas da pesquisa social sobre juventude, Dinâmicas sociais das redes sociais e ações coletivas da juventude. Condição juvenil e sua articulação com as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe na sociedade brasileira. Políticas de Juventude.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. <b>Revista Brasileira de Educação</b>, n 5: 25-36. São Paulo, ANPED, 1997.</p> <p>GROPPO, L. A.; SOUSA, J. T. P. (Orgs.) <b>Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo</b>. Florianópolis: UFSC, 2011.</p> <p>PEREGRINO, M. <b>Trajetórias desiguais: um estudo sobre os processos de escolarização pública de jovens pobres</b>. Rio de Janeiro: Garamond, 2010</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BORELLI, S. H. S.; FREIRE FILHO, J. (Orgs.). <b>Culturas juvenis no século XXI</b>. São Paulo: EDUC, 2008</p> <p>CONSTRUÇÃO COLETIVA: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. 362p. – (Coleção educação para todos; 3).</p> <p>MAGNANI, J. G. C. e SOUZA, B. M. de (Orgs.). <b>Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade</b>. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.</p> <p>CARRANO, P. C. R. <b>Juventudes e cidades educadoras</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.</p> <p>SPÓSITO, M. P. <b>A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e a ação coletiva na cidade</b> São Paulo: Tempo</p>	

Social/USP,1983.
------------------

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Contextualização sócio histórica do envelhecimento, a partir da realidade brasileira. Concretização da cidadania através do espaço político. Questões referentes aos Direitos do idoso na legislação brasileira: Constituição Federal, Política Nacional do Idoso, Lei sobre a Organização da Assistência Social (LOAS) e Estatuto do Idoso. Papel do poder público e da sociedade civil organizada e o terceiro setor.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BELTRÃO, K. I., CAMARANO, A. A., KANSO, S. <b>Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX.</b> Rio de Janeiro: IPEA, 1ª edição. 2004. 71p.</p> <p>COSTA, F. G.; FAVÉRO, M. H. As transformações das representações sociais sobre o envelhecer, o envelhecimento e o idoso: uma pesquisa de intervenção. In. ARAÚJO, L. F. de; CARVALHO, C. M. R. G. de; CARVALHO, V. A. M. de L. <b>As diversidades do envelhecer:</b> uma abordagem multidisciplinar. Curitiba: Editora CRV, 2009. Capítulo 5, p. 75-86.</p> <p>DEBERT, G. G. <b>A reinvenção da velhice:</b> socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <b>Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000.</b> Rio de Janeiro-RJ, 2002.</p> <p>_____. Ministério da Saúde. <b>Envelhecimento e saúde da pessoa idosa.</b> Brasília-DF, 2006.</p> <p>UNFPA. Fundo de População das Nações Unidas. <b>Envelhecimento no século XXI:</b> celebração e desafios. 2012. Disponível em: <a href="http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf">http://www.unfpa.org/webdav/site/global/shared/documents/publications/2012/Portuguese-Exec-Summary.pdf</a>. Acessado em: 05/02/2013.</p> <p>MENDES, M. R. S. S. B. et. al. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. <b>Acta Paul Enfermagem</b>, São Paulo-SP, v. 18, n. 4, p. 422-426, 2005. Disponível em: <a href="http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf">http://www.scielo.br/pdf/ape/v18n4/a11v18n4.pdf</a>. Acessado em: 02/12/2012.</p> <p>RESENDE, M. C. F.; DIAS, E. C. Cuidadores de idosos: um novo/velho trabalho. <b>Revista de Saúde Coletiva</b>, Rio de Janeiro-RJ, v.18, n°4, 2008.</p>	

POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Trabalho, emprego e desemprego na atualidade. A questão dos direitos do trabalhador e da proteção social. Princípios para uma política pública de emprego, trabalho e renda no Brasil. Principais propostas de políticas públicas e programas na realidade brasileira: Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, Políticas de qualificação e certificação. Políticas de trabalho e emprego para a juventude, Políticas de diversidade e inclusão no trabalho.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CACCIAMALI, M. C. As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. <b>Estudos Avançados</b>, 19(55), 2005, p. 85-104.</p> <p>MORETTO, A. J. <b>Políticas de emprego e sua contribuição à redução da informalidade e discriminação no mercado de trabalho brasileiro:</b> a experiência recente. Brasília: OIT, 2010.</p>	

PICCININI, V. et. al. **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**: persistências e inovações. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

**Complementar**

ANDRADE, C. C. **Juventude e trabalho**: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. IPEA, Mercado de Trabalho, 37, 2008, 25-32.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, 117, 2002, p.197-217.

MORAES, C. S. V.; LOPES, S. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. **Educação e Sociedade**, 26(93), 2005, p. 1435-1469.

NITSCH, M.; SANTOS, C. A. Da repressão financeira ao microcrédito. **Revista de Economia Política**, 21(4), 2001, p. 172-183.

RIBEIRO, M. A. Estratégias micropolíticas para lidar com o desemprego: contribuições da Psicologia Social do Trabalho. **Revista de Psicologia Política**, 9(18), 2010, 331-346.

<b>POLÍTICAS E PROGRAMAS DE MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Noções sobre microfinanças e microcrédito. Contextos políticos: a mundialização do capital e a reestruturação contemporânea do trabalho. A gênese do microcrédito e sua trajetória na América Latina e no Brasil. Políticas de microcrédito no Ceará: ações, limites e possibilidades. O microcrédito no campo da Economia Solidária.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ABRAMOVAY, R. (Org.). <b>Laços financeiros na luta contra a pobreza</b>. São Paulo: Anna Blume, 2005.</p> <p>MONZONI, M. <b>Impacto em renda do microcrédito</b>. São Paulo: Peirópolis, 2008.</p> <p>YUNUS, M. <b>O banqueiro dos pobres</b>. São Paulo, Editora Ática, 2000.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>ANTUNES, R. <b>Os sentidos do trabalho</b>: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.</p> <p>BARONE, F. M. et.al. <b>Introdução ao microcrédito</b>. Brasília: Conselho Comunidade Solidária, 2002</p> <p>CHESNAIS, F. <b>A mundialização do capital</b>. São Paulo: Xamã, 1996.</p> <p>HARVEY, D. <b>O neoliberalismo</b>: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.</p> <p>PAULINO, G. L. <b>Economia Solidária como projeto cultural e político</b>: a experiência do Banco Palmas. Tese de Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.</p>	

<b>POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Direitos humanos, direitos civis e direitos dos povos: um prefácio das políticas para a inclusão social. Igualdade e diferença: a construção jurídica da exclusão. Políticas de reconhecimento e seus fundamentos: universalismo versus diferencialismo. Ação afirmativa e políticas compensatórias ao redor do mundo. O princípio constitucional da igualdade e a formulação de políticas afirmativas no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ARNAUD, A.- J. <b>O direito entre modernidade e globalização</b>: lições de filosofia do direito e do Estado. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.</p> <p>SADER, E. (Org.) <b>Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático</b>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.</p> <p>SAWAYA, R. R. Os dilemas das políticas de inclusão social. <b>Estud. av.</b> [online], 2009, vol.23, n.65, p. 329-334.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. C. (Orgs.). <b>Gênero, democracia e sociedade brasileira</b>. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002</p> <p>SANSONE, L. <b>Racismo sem etnicidade</b>. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.</p> <p>SILVA, J. M. C. da. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. <b>R. Fac. Dir.</b> UFG, v.35, n. 01, p. 160-185, jan. / jun. 2011</p> <p>TAYLOR, C. <b>Multiculturalismo</b>. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.</p>	

TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático: Bauru: Edusc, 1998.

ECONOMIA DO TERCEIRO SETOR	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O terceiro setor. O público não estatal, sem finalidade lucrativa. O controle operacional, orçamentário, financeiro, patrimonial e contábil do terceiro setor. A qualificação e a desqualificação de organizações sociais e de organizações da sociedade civil de interesse público. Isenções, imunidades, anistia e serviço voluntário. Contrato de gestão e termo de parceria. Subvenções sociais.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BENÍCIO, J. C. <b>Gestão financeira para organizações da sociedade civil</b>. São Paulo: Editora Global, 2001.</p> <p>CAMARGO, M. F. de, et.al. <b>Gestão do terceiro setor no Brasil</b>: estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo, Fuura, 2001.</p> <p>COSTA, A.T. <b>Administração de entidades sem fins lucrativos</b>. São Paulo: Nobel, 1992.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>FERNANDES, R. C. <b>Privado, porém público</b>: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.</p> <p>FERRAREZI, E. <b>OSCIP passo a passo</b>: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e firmar Termo de Parceria. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED, 2003</p> <p>HUDSON, M. <b>Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita</b>. São Paulo: Makron Books, 1999.</p> <p>SZAZI, E. <b>Terceiro setor</b>: regulação no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2006.</p> <p>TINOCO, J. E. Prudêncio. <b>Balanco social</b>: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.</p>	

GESTÃO DO TERCEIRO SETOR	Carga horária: 64 horas
<p>Princípios orientadores do Planejamento no Terceiro Setor. Gestão de Organizações da Sociedade Civil: importância e elementos constituintes. Processos organizacionais no Terceiro Setor. Gestão de Pessoas. Gestão de Contratos. Sustentabilidade organizacional.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ABONG, AFINCO. <b>Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não-Governamentais</b>. São Paulo: Peirópolis, 2003.</p> <p>PAES, J. E. S. <b>Fundações, associações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários</b>. 8 ed. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense, 2013.</p> <p>TENÓRIO, Fernando (org). <b>Gestão de ONGs: principais funções gerenciais</b>. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CHIANCA, E. M. T. e SCHIESARI, L. <b>Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil</b>. São Paulo: Global Editora, 2001.</p> <p>GOMIDE, D. <b>Governo e sociedade civil</b>: um debate sobre espaços públicos democráticos. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003.</p> <p>Tachizawa, T.. <b>Organizações não governamentais e terceiro setor</b>: criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.</p>	

FERRAREZI, E. **OSCIP passo a passo**: saiba como obter a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e firmar Termo de Parceria. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento - AED, 2003

HUDSON, M. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 1999.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Gênese da Economia Solidária. Discussão sobre os conceitos de solidariedade, cooperativismo e economia familiar. Tensões entre a economia solidária e o mercado. Políticas Públicas de Economia Solidária. Experiências em Economia Solidária na América Latina, Brasil e no Ceará: ações, limites e possibilidades.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CAILLÉ; A.; GRAEBER, D. Introdução. IN: MARTINS, P. H. (Org.). <b>A dívida entre os modernos</b>. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.</p> <p>MARILENE ZAZULA BEATRIZ. <b>Economia Solidária: Os Caminhos da Autonomia Coletiva</b>. Juruá, 2012.</p> <p>MARIA ISABEL RODRIGUES LIMA. <b>Economia Solidária e Vínculos</b>. Editora Ideias e Letras, 2013.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CAILLÉ, A. <b>Antropologia do dom: o terceiro paradigma</b>. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>FRANÇA FILHO, G. C. et al. (Org.). <b>Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional</b>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.</p> <p>GODELIER, M. <b>O enigma do dom</b>. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? <b>Civitas</b>, Porto Alegre, 2, n1, jun, 2002. 123-140.</p> <p>SINGER, P; SOUZA, A. R. de (Orgs). <b>A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego</b>. São Paulo: Contexto, 2000.</p>	

MOVIMENTOS E CONFLITOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Interpretações dos conflitos sociais a partir das perspectivas teóricas sociológicas, antropológicas e históricas. Críticas às teorias dos conflitos e seus usos nas ciências sociais: limites das concepções de gerenciamento, controle, eliminação e mediação de conflitos. Conflitos sociais, globalizações, multiculturalismos e sociedades em rede. Conflitos sociais, ciência, tecnologia e informação. Políticas públicas e Sujeitos e Grupos que vivenciam conflitos de gênero, étnicos, intergeracionais, internacionais, conflitos sócio espaciais. Processos sociais que envolvem identificação e enfrentamento coletivo. Articulação e conflitos sociais nos movimentos sociais. Movimentos sociais, Estado e a produção de demandas sociais. Redes de Movimentos Sociais e globalização.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BAUMAN, Z. <b>Vidas desperdiçadas</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.</p> <p>BOURDIEU, P. <b>A miséria do mundo</b>. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.</p> <p>CANCLINI, N. G. <b>A globalização imaginada</b>. São Paulo: Editora Iluminuras, 2015.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CANCLINI, N. G. <b>Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade</b>. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.</p> <p>CASTELLS, M. <b>O poder da identidade</b>. (Coleção A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2) 3a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.</p>	

MONTIEL, E. A nova ordem simbólica: a diversidade cultural na era da globalização. In: SIDEKUN, A. (Org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora da Unijuí, 2003.  
 SANTOS, B. de S. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.  
 TOURAINE, A. **Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CIDADANIA, DIREITOS E DESIGUALDADES	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A emergência dos direitos, na clássica tipologia de Marshall. Surgimento das políticas sociais e dos sistemas de <i>Welfare State</i>, no Brasil e no mundo. Questões da cidadania e das desigualdades no Brasil, dando um enfoque especial para a temática das relações étnico-raciais e do seu impacto sobre a cidadania no Brasil.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            ARRETCHE, M. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. <b>BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais</b>, nº 39.            BARROS, R. P. et. al. Pobreza e Desigualdade no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>, vol. 15, n. 42, 2000.            CARVALHO, J. M. <b>Cidadania no Brasil: O longo caminho</b>. São Paulo, Civilização Brasileira. 2001.</p> <p><b>Complementar</b>            GUIMARÃES, A. S. <b>Classes, raças e democracia</b>. São Paulo: Editora 34, 2002.            HENRIQUES, R. (Org.). <b>Desigualdade e pobreza no Brasil</b>. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.            MARSHALL, T. H. <b>Cidadania, classe social e status</b>. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.            DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: DAGNINO, E. (Org.). <b>Sociedade civil e espaços públicos no Brasil</b>. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.            DAGNINO, E.; TATAGIBA, L. (Orgs.). <b>Democracia, sociedade civil e participação</b>. Chapecó: ARGOS, 2007.</p>	

ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Conceitos Básicos da Gestão de Projetos. Passos para a Elaboração de Projetos Sociais. A Importância do Monitoramento e Avaliação dos Projetos. Metodologias e Tipos de Avaliação. Processo de Avaliação de Projetos Sociais. Captação de Recursos. Prestação de Contas.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            ARMANI, D. <b>Como elaborar projetos?</b> Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.            CONTADOR, CLAUDIO ROBERTO. <b>Projetos sociais: benefícios e custos sociais, valor dos recursos naturais, impacto ambiental, externalidades</b>. 5ª. Edição. São Paulo: Atlas, 2014.            SAMSÃO, V., MATHIAS, W.F. <b>Projetos: planejamento, elaboração e análise</b>. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p><b>Complementar</b>            AGUILAR, M. J. e ANDER-EGG, E. <b>Avaliação de serviços e programas sociais</b>. Petrópolis: Vozes, 1995            BAPTISTA, M. V. <b>Planejamento social</b>. São Paulo: Veras Editora, 2002.            CURY, T. C. H. Elaboração de projetos sociais. In: ÁVILA, C. M. de (Org.). <b>Gestão de projetos sociais</b>. 3. ed. São Paulo: AAPCS (Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária), 2001, p. 37-58.            KISIL, R. <b>Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil</b>. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.            TENÓRIO, F. G. (Coord.). <b>Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática</b>. São Paulo: Loyola, 1995.</p>	

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROJETOS SOCIAIS	Carga horária: 64 horas
---	-------------------------



**Ementa:** Elaboração de Projetos para captação de recursos: princípios e técnicas. Captação e Gerenciamento de Recursos: conceitos e estratégias. Aspectos Contábeis e Dimensão Jurídica da Captação de Recursos e Gestão de Projetos. Ferramentas, softwares, normativos e modelos utilizados no trabalho de captação de recursos.

**Bibliografia**

**Básica**

Araújo, O. C.. (2005). Contabilidade para organizações terceiro setor. São Paulo: Atlas. Boterf, GLe. (2003). Desenvolvendo a Competência dos Profissionais. São Paulo: Bookman.

CAMARGO, M. F. de, et.al. **Gestão do terceiro setor no Brasil:** estratégias de captação de recursos para organizações sem fins lucrativos. São Paulo, Futura, 2001.

CRUZ, Célia Meirelles e ESTRAVIZ, Marcelo. **Captação de diferentes recursos para organizações sem fins lucrativos.** São Paulo: Global Editora, 2003.

**Complementar**

COSTA, A.T. **Administração de entidades sem fins lucrativos.** São Paulo: Nobel, 1992.

TENÓRIO, F. (Org). **Gestão de ONGs:** Principais funções gerenciais. São Paulo: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOLDSCHMIDT, A. **Como redigir boas cartas de captação de recursos.** São Paulo: Site da Revista Integração do Centro de Estudos do Terceiro Setor da Fundação Getúlio Vargas, 2002.

COMPANY, M. & e SOCIAIS, A. E. **Empreendimentos sociais sustentáveis.** São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2001.

SILVA, A. L. de Paiva (Coord). **Guia de gestão.** São Paulo: Fundação Abrinq e Senac, 2002.

**SOCIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DE PROJETOS SOCIAIS**

**Carga horária:** 64 horas

**Ementa:** Modelos de Desenvolvimento. Desenvolvimento como Processo Social. Desenvolvimento e Mudança Social Desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social. Gestão Social como prática em projetos sociais. Dinâmicas condicionantes da formulação e implementação de projetos sociais.

**Bibliografia**

**Básica**

BAPTISTA, M. V. Planejamento social. Intencionalidade e Instrumentação. São Paulo: Veras Editora, 2002.

[DOMINGUES, J. M. Desenvolvimento, modernidade e subjetividade. \*Rev. Bras. Ci., São Paulo, v. 14, n.40, 1999.\*](#)

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 249-262.

**Complementar**

CRESPO, A. P. A.; GUROVIITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v.1, n. 2, jul-dez/2002.

[RADOMSKY, G. F.W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. \*Rev. bras. Ci. Soc. \[online\]. 2011, vol.26, n.75, pp. 149-162.\*](#)

HABERMAS, J. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

SEM, A. **Desigualdade rreexaminada.** São Paulo / Rio de Janeiro Record, 2001.

**CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Carga horária:** 64 horas

**Ementa:** Dimensões sociológicas e antropológicas da cultura. Identidade e políticas culturais. Políticas culturais no Brasil. Cartografias das políticas culturais. Cultura popular. Políticas públicas e financiamento da cultura.

**Bibliografia básica:**

BOTELHO, I. **Modelos de financiamento da cultura: Os casos do Brasil, França, Estados Unidos e Portugal.** IN: MOISÉS, J.A. E BOTELHO, I. (ORGS.). Rio de Janeiro, Minc/Funarte, 1997.

DE CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano.** Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs.). **Experiências de gestão cultural democrática.** São Paulo, Pólis, 1993.

**Bibliografia complementar**

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.) **Organização e produção da cultura.** Salvador, EDUFBA, 2005, p. 33-52

BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (org.) **Políticas culturais: diálogo**

indispensável. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, p.9-21.  
 CHAUI, M.. **Conformismo e resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1986.  
 SOBRAL, M.C. et al. Estratégia de adequação para o mercado de produto popular – fit strategy. In: XXX Encontro Anual da ANPAD, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador, 2006. p. 1- 17.

<b>GESTÃO DE PROJETOS E PRODUÇÃO CULTURAL</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Gestão Cultural: cenário, histórico e perspectivas. Conceitos e práticas de gestão cultural. Questões normativas do campo político-cultural. Elementos de gestão dos empreendimentos culturais. Projeto Cultural: concepção, elaboração, avaliação, gestão financeira e prestação de contas.</p> <p><b>Bibliografia básica:</b>            AVELAR, R. <b>O avesso da cena:</b> notas sobre produção e gestão cultural. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2008. •            BARBALHO, Alexandre. <b>Relações entre Estado e cultura no Brasil</b>. Ijuí, Editora UNIJUÍ, 1998.            MALAGODI, M. E.; CESNIK, F. de S. <b>Projetos culturais: elaboração, administração, aspectos legais, busca de patrocínio</b>. São Paulo: Escrituras, 1999.</p> <p><b>Bibliografia complementar:</b>            BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: <b>São Paulo em Perspectiva</b>. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.            CUNHA, M. H. <b>Gestão cultural:</b> profissão em formação. Belo Horizonte: DUO Editorial, 2007.            CUNHA FILHO, F. H. <b>Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988</b>. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.            FARIA, H.J.B. de e SOUZA, V. de (orgs.). <b>Experiências de gestão cultural democrática</b>. São Paulo, Pólis, 1993.            LEITÃO, C. (Org.) <b>Gestão cultural:</b> significados e dilemas na contemporaneidade. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2003.</p>	

<b>ATELIÊ DE POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Estudo de políticas e programas implementados por organizações do terceiro setor e de responsabilidade social corporativa.</p> <p><b>Bibliografia</b>            A ser definida em função da política/programa<sup>7</sup>.</p>	

<b>TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM POLÍTICAS SOCIAIS</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em políticas sociais.</p> <p><b>Bibliografia</b>            A ser definida de acordo com o tema proposto<sup>8</sup>.</p>	

<sup>7 8</sup> Como foi mencionado na Organização curricular do curso, as bibliografias para estas disciplinas são definidas em função das políticas e temas contemporâneos escolhidos no semestre letivo a ser ofertado. Por esse motivo, a bibliografia destas disciplinas não é previamente definida.

## 10.6.2.3 Ênfase: Avaliação de Políticas Públicas

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS I	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A implementação e avaliação de Políticas Públicas. Os fundamentos conceituais e principais modelos analíticos para a o monitoramento e avaliação das Políticas Públicas. Os pré-requisitos, a relevância e as principais técnicas e métodos de avaliação. Metodologias convencionais e participativas de diagnósticos sociais. Avaliação do projeto.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>FRANCO, E; COHEN, R. <b>Avaliação de projetos sociais</b>. São Paulo: Vozes, 2000.</p> <p>GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. <b>Avaliação de Quarta Geração</b>. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.</p> <p>SILVA, M. O. da S. e (Org.). <b>Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática</b>. São Paulo: Veras, 2001.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BOULMETIS, J.; PHYLLIS, D. <b>The ABCs of evaluation: timeless techniques for program and project managers</b>. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.</p> <p>CEPAL. <b>Manual: formulação e avaliação de projetos sociais</b>. Santiago: CEPAL/OEA/CENDEC, 1997.</p> <p>COTTA, T. C. <b>Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto</b>. Revista do Serviço Público, v. 49, n.2, p. 105-126, abr./jun., 1998.</p> <p>RICO, E. M. (Org.). <b>Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate</b>. São Paulo: Cortez, 1998.</p> <p>SILVA, M. O. da S. e (Org.). Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos. <b>Serviço Social &amp; Sociedade</b>, 53. Mar. 1997, p. 74-79.</p>	

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS II	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> A dimensão política da avaliação. A avaliação no processo de políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. Tipologias e dimensões da avaliação de políticas públicas.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>GUBA, E. G. e LINCOLN, Y. <b>Avaliação de quarta geração</b>. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011 p. 27-58.</p> <p>LEJANO, R. P. <b>Parâmetros para Análise de Políticas Públicas: A Fusão de Texto e Contexto</b>. Campinas: Editora Arte Escrita, 2012.</p> <p>SILVA e SILVA, M. O. <b>Avaliação de políticas e programas sociais: teoria &amp; prática</b>. São Paulo: Veras Editora, 2001.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. Melo (org.). <b>Avaliação de Política Sociais: uma questão em debate</b>. São Paulo: Cortez: IEE, 1998</p> <p>BAKER, J. Avaliando o impacto de projetos de desenvolvimento voltados à pobreza. In: BARREIRA, M.C.R.N. e CARVALHO. M.C.B.(Orgs.) <b>Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais</b>. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.</p> <p>COIMBRA, M. A. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, S.H.; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. <b>Política social e combate à pobreza</b>. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.</p> <p>CONTANDRIOPOULOS, A.P. Avaliando a institucionalização da avaliação. <b>Ciência &amp; Saúde Coletiva</b>, 11(3):705-711, 2006.</p> <p>TENÓRIO, F. G. e ROZEMBERG, J. E. Gestão de políticas públicas e cidadania: metodologias participativas em ação. In: <b>Revista de Administração Pública</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1997, 31 (4): 101-25.</p>	

METODOLOGIAS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Diferentes abordagens teóricas e métodos específicos para avaliação de políticas públicas. Tipos de avaliação. Avaliação de impactos: modelo experimental clássico. Modelos quase-experimentais e não experimentais. Análise custo-benefício, análise custo-efetividade e sistemas de indicadores sociais. Avaliação por objetivos. Avaliação pluralista. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Indicadores para a avaliação.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>AGUILAR, M.J. e ANDER-EGG, E. <b>Avaliação de serviços e programas sociais</b>. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>CARVALHO, M. do C. B. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (Org.). <b>Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate</b>. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.</p> <p>DRAIBE, S. <b>Avaliação de impactos: experiências metodológicas em políticas sociais no Brasil</b>. WORKSHOP ON EVALUATION OF SOCIAL IMPACT. Rio de Janeiro: BNDES, 2002</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BARROS, R. P. Avaliando o impacto social de programas públicos: principais problemas e soluções. <b>WORKSHOP ON EVALUATION OF SOCIAL IMPACT</b>. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.</p> <p>COHEN, E.; FRANCO, R. <b>Avaliação de projetos sociais</b>. Petrópolis: Vozes, 1997.</p> <p>FARIA, C. A.P. A política de avaliação das políticas públicas. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>. v.20, n. 59, 2005.</p> <p>ROSSI, P.; FREEMAN, Howard, Evaluation. a systematic approach. 4th ed Newbury Park: Sage Publications, 1988.</p> <p>TENÓRIO, F. G. e ROZEMBERG, J. E. Gestão de políticas públicas e cidadania: metodologias participativas em ação. In: <b>Revista de Administração Pública</b>. Rio de Janeiro: FGV, 1997, 31 (4): 101-25.</p>	

INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> O que são indicadores e como são criados. Características dos indicadores. Indicadores econômicos. Indicadores sociais. Indicadores de desenvolvimento humano. Indicadores de sustentabilidade. A aplicação dos indicadores nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados e indicadores disponíveis.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CARLEY, M. <b>Indicadores sociais: teoria e prática</b>. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.</p> <p>IPEA. <b>Políticas Sociais: acompanhamento e análise</b>. Vinte Anos da Constituição Federal - Anexo Estatístico nº 17, Anexo Estatístico 2009. Disponível em <a href="http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=3128">http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=3128</a>, acesso em 17/09/2010</p> <p>FERREIRA, S. P. Produção e disponibilização de estatísticas: uma abordagem institucional. <b>Revista São Paulo em Perspectiva</b>. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 17-25.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>JANNUZZI, P.M. <b>Indicadores sociais no Brasil: conceitos, medidas e aplicações</b>. Campinas: Allínea/PUC-Campinas, 2004 (3ª. ed.)</p> <p>_____. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. <b>Revista do Serviço Público</b>. Brasília 56 (2): 137-160. abr/jun, 2005. Disponível em <a href="http://www.ena.gov.br">www.ena.gov.br</a>, acesso em 17/09/2010</p> <p>POCHMANN, M. et al. (Orgs.). <b>Atlas da exclusão social no Brasil</b>. 2. ed. São Paulo: Cortez; 2005.</p> <p>TORRES, H. da G.; FERREIRA, M.P. e DINI, N.P. Indicadores sociais: por que construir novos indicadores como o IPRS. <b>Revista São Paulo Perspectiva</b>. 2003, v.17, n.3-4, p. 80-90.</p> <p>PNUD et al. <b>Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros</b>. Brasília: PNUD, 1998.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas ambientais: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de planejamento e gestão ambiental.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CORBUCCI, E. M. Políticas públicas ambientais e participação social no Brasil, In: <b>Espaço &amp; Geografia</b>, v. 6, n. 2, 2003, p. 75.</p> <p>LITTLE, P. E. (Org.). <b>Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências</b>. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003</p> <p>BROSE, M. (Org.) <b>Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos</b>. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>ALMEIDA, L. T. de. <b>O debate internacional sobre instrumentos de política ambiental e questões para o Brasil</b>. Brasília. Disponível em: <a href="http://www.ecoeco.org.br">http://www.ecoeco.org.br</a>. Acesso em: 30/05/201. 1997.</p> <p>BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. <b>Agenda 21 brasileira: bases para a discussão</b>. Brasília: MMA/PNUD 2000.</p> <p>CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. <b>Nosso Futuro Comum</b>. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.</p> <p>FERREIRA, L. da C. <b>A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil</b>. São Paulo: Boitempo, 1998</p> <p>MONTIBELLER F., Gilberto. <b>O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias</b>. 2ª ed.rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS URBANAS	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas urbanas: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de política urbana.</p> <p><b>Bibliografia Básica</b></p> <p>ACSELRAD, H.. <b>A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas</b>. Rio de Janeiro, DP&amp;A, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério das Cidades. <b>Política nacional de desenvolvimento urbano</b>. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Midades, n. 1).</p> <p>SOUZA, M. L. <b>Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas</b>. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRASIL. Ministério das Cidades. <b>Reabilitação de centros urbanos</b>. Brasília, DF, 2005.</p> <p>_____. _____. <b>Política nacional de habitação</b>. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Midades, n. 4).</p> <p>_____. _____. <b>Gestão integrada da mobilidade urbana</b>. Brasília, DF.</p> <p>_____. _____. <b>Planejamento territorial urbano e política fundiária</b>. Brasília, DF, 2004. (Cadernos Midades, n. 3).</p> <p>SEPE, P. M., GOMES, S. (Coord.) <b>Indicadores ambientais e gestão urbana: desafio para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo</b>. São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de intervenção no território: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de intervenção no território.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>GRYNSZPAN, M. Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais. In: <b>Revista Sociologias</b> - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho</p>	
<p>JACOBI, P. Movimentos Reivindicatórios Urbanos, Estado e Cultura Política: Reflexão em Torno da Ação Coletiva e dos seus Efeitos Políticos-Institucionais no Brasil. In LARANJEIRA, Sônia (org.). <b>Classes e movimentos sociais na América Latina</b>. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990.</p>	
<p>MOURA, R. Grandes projetos urbanos e planejamento territorial. <b>Boletim Campineiro de Geografia</b>. Campinas, v.1, n.1, 2011.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>FARANAK MIRAFTAB (2009). Insurgent planning: situating radical planning in Global South. <b>Planning Theory</b>, vol. 8, n. 1, p. 32-50</p>	
<p>PORTO, M.S.G. Entre a política e a religião: caminhos da contribuição weberiana à análise da violência. In: <b>Revista Sociologias</b> - Dossiê “Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFCH - UFRGS, Porto Alegre, ano 1, n. 1, janeiro-junho de 1999, p. 14-32.</p>	
<p>SANDERCOCK, L. <b>Planning's radical project. What's the pedagogy?</b> Planners Network, 1999 (<a href="http://www.plannersnetwork.org/1999/01/plannings-radical-project-whats-the-pedagogy">http://www.plannersnetwork.org/1999/01/plannings-radical-project-whats-the-pedagogy</a>)</p>	
<p>VAINER, C.B. Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. <b>A cidade do pensamento único: desmanchando consensos</b>. Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.</p>	
<p>WACQUANT, L. <b>Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada</b>. Rio de Janeiro: Revan, 2001.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS AGRÁRIAS E AGROALIMENTARES	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas agrárias e agroalimentares: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de ações de agrárias e agroalimentares.</p>	
<p><b>Bibliografia</b></p>	
<p><b>Básica</b></p>	
<p>BUAINAIN, A. M. <b>Trajectoria recente da política agrícola brasileira</b>. Campinas: Projeto FAO/036/BRA, 1997.</p>	
<p>LAMOUNIER, B (Coord.) <b>Determinantes políticos da política agrícola: um estudo de atores, demandas e mecanismos de decisão</b>. Brasília: Ipea, 1994.</p>	
<p>MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. In: <b>Revista Agriculturas: experiências em agroecologia: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa</b>, v. 1, n. 0, p. 11-14, set. 2004.</p>	
<p><b>Complementar</b></p>	
<p>DELGADO, G. <b>Capital financeiro e agricultura no Brasil</b>. Campinas: Ícone, 1985.</p>	
<p>_____. <b>Política de preços mínimos: uma avaliação do sistema de garantia de preços da CFP</b>. IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. v.1. Brasília: IPEA, 1989.</p>	
<p>LEITE, S. (Org.) <b>Políticas públicas e agricultura no Brasil</b>. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 2001.</p>	
<p>LINDERT, P. H. “Historical patterns of agricultural policy”. In: Timmer, C.P. (Ed) <b>Agriculture and the State</b>. Ithaca: Cornell Univ., 1991.</p>	
<p>MOYANO, E. La agricultura entre el nuevo y el viejo corporatismo”. In: Giner, S. e YRUELA, M.P. (Coord). <b>El corporatismo en España</b>. Barcelona: Ariel, 1989.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de segurança e soberania alimentar e nutricional: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de segurança e soberania alimentar e nutricional.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BRASIL. <b>Lei nº 11.346</b>, de 15 de setembro de 2006. Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. <b>Presidência da República, Casa civil</b>. Subchefia para assuntos jurídicos.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Consea). <b>A segurança alimentar e nutricional e o direito à alimentação adequada:</b> indicadores e monitoramento da constituição de 1988 aos dias atuais. Brasília. 2010.</p> <p>SANTOS, S.M.C; SANTOS, L. M. P. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 1- Abordagem metodológica. <b>Cad. Saúde Pública</b>. Rio de Janeiro, v. 23, n.5, mai., 2007, p. 1029-1040.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>CASTRO, J. de. <b>Geografia da Fome</b>. O dilema brasileiro: pão e aço. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA), INSTITUTO INTERAMERICANO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS (IICA). <b>Construção do sistema e da política nacional de segurança alimentar e nutricional:</b> a experiência brasileira. Brasília: CONSEA/ FAO/ IICA, 2009.</p> <p>INSTITUTO CIDADANIA. <b>Projeto fome zero:</b> uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Cidadania/ Projeto Fome Zero/ Fundação Djalma Guimarães, 2001.</p> <p>MALUF, R. S. J.. <b>Segurança alimentar e nutricional</b>. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.</p> <p>LEÃO, M. (Org.). <b>Direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional</b>. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E GERAÇÃO DE RENDA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de trabalho, emprego e geração de renda: formulação implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de trabalho, emprego e geração de renda.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BARBOSA, R. N. C. <b>A economia solidária como política pública:</b> uma tendência a geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. 305p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.</p> <p>BARROS, R. P. de; Henriques R.; Mendonça, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. <b>Revista Brasileira de Ciências Sociais</b>. São Paulo, v. 15, n.42. p.123-142. fev. 2000.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. 1º Seminário de avaliação do Proninc. <b>Anais ...</b>Brasília: MTE, 2008. 78 p.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T. S.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SHOMMER, P. C. <b>Gestão social:</b> práticas em debate, teorias em construção. Fortaleza: UFC, 2008<sup>a</sup>, p.27-37.</p> <p>GOERCK, C. <b>Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento:</b> sua contribuição para a viabilidade das experiências coletivas de geração de trabalho e renda no Rio Grande do Sul. 2009. 405p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.</p> <p>GUERRA. A. C. <b>Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise</b></p>	

**comparativa.** 2008. 91p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008.

PRAXEDES, S. F. Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. Boletim Mercado de Trabalho – **Conjuntura e Análise**, Brasília, n.39, p. 57- , maio 2009.

VARANDA, A. P. M; CUNHA, P. C. B. (Org.). **Diagnóstico e impactos do programa nacional de incubadoras de cooperativas populares.** Fase: Rio de Janeiro, 2007. 60p.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de gênero: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas de gênero.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>CONNELL, R.; PEARSE, R. <b>Gênero: uma perspectiva global.</b> NVERSOS. 2015.</p> <p>FARAH, M. F. Gênero e Políticas Públicas. <b>Estudos Feministas</b>, Florianópolis, 12(1):360, janeiro-abril, 2004</p> <p>FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). <b>Gênero, democracia e sociedade brasileira.</b> São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>BRUSCHINI, C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda”. <b>Cadernos de Pesquisa</b>, São Paulo, FCC, v.39, n. 136, jan./abr. 2009.</p> <p>GUEDES, M. de C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: XIV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. <b>Anais...</b> Caxambu, ABEP, setembro de 2004.</p> <p>LAVINAS, L. Perspectivas do emprego no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos. In: LAVINAS, L.; LEÓN, F. (Orgs.). <b>Emprego feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho.</b> Santiago do Chile: Cepal, setembro de 2002.</p> <p>NEVES, M. A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. <b>Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.</b> 34 ed. Campinas, Abep, Nepe/Unicamp e Cedeplar/UFMG, 2000.</p> <p>SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. <b>Educação e Realidade</b>, Porto Alegre, v.20(2), p.71-99, 1995.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de políticas para a infância: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para a infância.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>BARTHOLO, L. <b>Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI.</b> Dissertação de Mestrado, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2009.</p> <p>BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. <b>Análise comparativa de programas de proteção social, 1995-2003.</b> Brasília, 2004.</p> <p>COSTA, A. C. G. <b>O novo direito da infância e da juventude no Brasil.</b> Projeto 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente: Avaliando Conquistas e Projetando Metas. CONANDA/UNICEF, julho, 1999.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>DIMENSTEIN, G. <b>O cidadão de papel: a infância e adolescência e os direitos humanos no Brasil.</b> 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.</p> <p>FROTA, M. G. C. A cidadania da infância e da adolescência. In: CARVALHO, A.; SALLES, F.; GUIMARÃES, M.; UDE, W. (Org.). <b>Políticas públicas.</b> Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.</p>	



<p>MACHADO, K. Conselhos tutelares e de direitos: em defesa da criança e do adolescente. <b>Radis Comunicação em Saúde</b>, Rio de Janeiro, n. 44, abr. 2006.</p> <p>MENDONÇA, M. H. M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. <b>Caderno de Saúde Pública</b>, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 27, 2002.</p> <p>TEIXEIRA, S. F. <b>Direitos de família e do menor</b>: inovações e tendências. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.</p>
---

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDES	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas para juventudes: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para juventudes.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ACOSTA, A. R. e; VITALE, M. A. F.(Orgs.). <b>Família</b>: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2003</p> <p>CAMPOS, M. S. e; MIOTO, R. C. T. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. In: <b>Revista Ser Social</b>, nº 12. Brasília, 2003.</p> <p>MIOTO, C. T. Orientações e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: <b>Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais</b>. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>ABRAMO, H. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. <b>Revista Brasileira de Educação</b>. São Paulo, n. 5/6, 1997.</p> <p>GRUPO TÉCNICO PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE POLÍTICAS PARA ADOLESCENTES DE BAIXA ESCOLARIDADE E BAIXA RENDA. <b>Adolescência, escolaridade, profissionalização e renda</b>. São Paulo: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, agosto 2002.</p> <p>RUA, M. das G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: <b>Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas</b>. Brasília: CNPD, 1998.</p> <p>SPOSITO, M. P. <b>Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas</b>. São Paulo: Ação Educativa, 2003.</p> <p>WANDERLEY, M.B. W; OLIVEIRA, I. I. de M. C. (Orgs.) <b>Trabalho social com famílias 1 e 2: metodologia e monitoramento</b>. São Paulo: IEE-PUC-SP, 2004.</p>	

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENVELHECIMENTO	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de políticas para o envelhecimento: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para o envelhecimento.</p> <p><b>Bibliografia</b></p> <p><b>Básica</b></p> <p>ARAÚJO, L. F. (org.). <b>Psicologia do envelhecimento</b>: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2009, 218 p.</p> <p>DEBERT, G. G. <b>A reinvenção da velhice</b>: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.</p> <p>MAIA, E. M. C.; FERREIRA, C. L. Envelhecimento e Desafios Adaptativos. In: FALCÃO, D. V. S; SAYEG, M. A., MESQUITA, R. A. V. V. Políticas públicas de saúde para o envelhecimento. In: FREITAS, E. V. de et alii (Orgs.). <b>Tratado de geriatria e gerontologia</b>, 2002, p. 1.083-1.089.</p> <p><b>Complementar</b></p> <p>SILVESTRE, J. A., COSTA NETO, M. M. Abordagem do idoso em programas de saúde da família. <b>Cadernos de Saúde Pública</b>, Fiocruz, v. 19, n. 3, maio/jun. 2003.</p> <p>SIMÕES, J. A. <b>A maior categoria do país</b>: o aposentado como ator político. In: BARROS, M. M. L. (org.). <b>Velhice ou terceira idade?</b> 2ª ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.</p> <p>VERAS, R. <b>Em busca de uma assistência adequada à saúde do idoso</b>: revisão da literatura e aplicação de um instrumento de detecção precoce e de previsibilidade de agravos. <b>Cadernos de Saúde Pública</b>, v. 19, n. 3, maio/jun.</p>	

2003.

WANDERLEY, M. B. et alii. **Publicização do papel do cuidador domiciliar**. IEE/PUC-SP e MPAS, 1998.  
 YUASO, D. R. **Cuidar de cuidadores**: resultados de um programa de treinamento realizado em domicílio. In: NERI, A. L. (org.). **Cuidar de idosos no contexto da família: questões psicológicas e sociais**. Campinas, (SP): Ed. Alínea, 2002.

<b>ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CULTURA</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Processo de avaliação de políticas de políticas para a cultura: formulação, implementação, instâncias sociais e os instrumentos para acompanhamento e controle dos resultados. A articulação das políticas públicas na organização e implementação de políticas para a cultura.</p> <p><b>Bibliografia</b>  <b>Básica</b>            BARROS, J. M.; OLIVEIRA JÚNIOR, J. <b>Pensar e Agir com a Cultura: Desafios da Gestão</b>. Belo Horizonte: observatório da diversidade cultural, 2011.            LEITE, JOSÉ GUILHERME PEREIRA. <b>As Malhas da Cultura. Vol. 2</b>. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.            FARIA, Hamilton e SOUZA, Valmir de (orgs). <b>Experiências de gestão cultural democrática</b>. In: Pólis. São Paulo, (12): 01-107, 1993.</p> <p><b>Complementar</b>            BOTELHO, I. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: <b>São Paulo em Perspectiva</b>. São Paulo, 15(2): 73-83, abril / junho de 2001.            CUNHA FILHO, F. H. <b>Cultura e democratização na Constituição Federal de 1988</b>. A representação de interesses e sua aplicação ao Programa de apoio à Cultura. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.            DRUMMOND, A. NEUMAYR, R.. <b>Direito e cultura</b>: aspectos jurídicos da gestão e produção cultural. Belo Horizonte: [s.n.], 2011.            IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <b>Perfil dos municípios brasileiros</b>: Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Cultura. Rio de Janeiro, anos diversos.            LOPES, A. H. e CALABRE, L.(Orgs.) <b>Diversidade cultural brasileira</b>. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa / Ministério da Cultura, 2005.</p>	

<b>ATELIÊ DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Estudo de avaliações de políticas dos governos federal, estadual e municipal, e dos demais órgãos nacionais e regionais.</p> <p><b>Bibliografia:</b> A ser definida em função da política/programa<sup>9</sup></p>	

<b>TEMAS CONTEMPORÂNEOS EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.</b>	<b>Carga horária: 64 horas</b>
<p><b>Ementa:</b> Discussão teórico metodológica sobre temas contemporâneos em avaliação de políticas públicas.</p> <p><b>Bibliografia:</b> A ser definida de acordo com o tema proposto<sup>10</sup></p>	

<sup>9</sup> <sup>10</sup> Como foi mencionado na Organização curricular do curso, as bibliografias para estas disciplinas são definidas em função das políticas e temas contemporâneos escolhidos no semestre letivo a ser ofertado. Por esse motivo, a bibliografia destas disciplinas não é previamente definida.

### 10.6.3 Disciplinas Opcionais<sup>11</sup>

#### a) Sétimo semestre

LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	Carga horária: 64 horas
<p><b>Ementa:</b> Aspectos históricos, linguísticos e neurológicos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Uso do espaço. Alfabeto digital. Números. Classificadores. Verbos. Uso de expressões faciais gramaticais. Frases declarativas, afirmativas, negativas, interrogativas e exclamativas. Diálogos em LIBRAS.</p>	

### 10.7 Estágio Supervisionado (Residência Social)

A partir do 5º semestre será desenvolvido o Estágio, nomeado de Residência Social, em um *locus* específico de um setor Governo, Empresa ou Terceiro Setor. Dentro da lógica da Residência Social, o(a) aluno (a) deverá realizar uma “residência” em um local específico de desenvolvimento de políticas públicas, de forma a identificar uma situação que deverá ser estudada com o auxílio das disciplinas que estão sendo cursadas, elaborar uma proposição de intervenção, e aplicar esta proposição na instituição onde o estágio está sendo desenvolvido, realizando ainda a sua avaliação.

O princípio é de que o(a) aluno(a) habilita-se ao exercício profissional à medida em que complementa sua formação mais teórica com uma vivência da prática profissional de modo intensivo. O princípio é de que o(a) estudante aprende à medida que se envolve com o cotidiano da gestão de uma ou mais organizações, ao passo que auxilia as organizações acompanhadas, ao oferecer aportes técnicos, os quais podem trazer como fruto da sua vivência. Esse processo, por outro lado, tende a estimular reflexões a respeito da gestão, o que reflete o caráter de pesquisa desta prática (SCHOMMER e FRANÇA FILHO, 2010)

### 10.8 Trabalho de Conclusão de Curso/ Monografia:

O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade de orientação individual, de caráter obrigatório. Constitui-se em um dos espaços formativos capazes de proporcionar ao formando o aprofundamento e a proficiência no campo da pesquisa e prática, associadas à gestão das políticas públicas, a ser apresentado em formato monográfico.

<sup>11</sup> Além da disciplina de Libras, os(as) estudantes escolherão dentre as disciplinas eletivas oferecidas dos semestres, dentre aquelas não componentes de seu itinerário formativo, além de disciplinas de caráter livre dentre os outros cursos de graduação da UFC, as disciplinas que irão compor o quadro de disciplinas opcionais a serem cursadas no semestre.

### **10.9 Atividades Complementares:**

Cabe destacar a necessária articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária na gestão do Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas. Há, na UFC, em particular no corpo docente constituinte do Curso, vários grupos que, há muito, vêm se dedicando aos estudos sobre o planejamento e a gestão governamental e de políticas públicas, como também à realização de cursos promoção de eventos, consultorias e outras atividades.

Atividades complementares já foi regulamentada por resolução específica aprovada pelo colegiado do curso, quando de sua implantação, e tem o objetivo de aproveitar os espaços programados pelo curso e de livre iniciativa dos (as) alunos(as).

## **11 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR:**

Ao longo de oito semestres (4 anos), a carga horária do Curso totaliza o mínimo de 3.040 horas-aulas, o que corresponde a 190 créditos. A carga horária atende à exigência da Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2008, em seu Art. 2, Inciso III e item “c”, do Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Também são seguidas as DCN dos Cursos do Campo de Públicas aprovadas em 10/12/2010, através do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (CNE/CES) nº 266/2010 e homologadas pelo Ministério da Educação em 19/12/2013, e instituídas em 13/01/2014 pela Resolução Nº 1 do CNE/CES, que preveem no seu Art. 11, uma carga horária mínima de 3.000 horas.

Segue-se ainda a Resolução Nº 14/2007 do CEPE/UFC, que no Art. 1º, determina que a integralização curricular ocorra dentro do intervalo de tempo padrão de quatro anos (oito semestres) e, no máximo, seis anos (doze semestres). Ao cabo do período máximo estabelecido, o(a) aluno(a) entrará em processo de desligamento, conforme as normas da UFC.

O Curso será ofertado para o turno vespertino, com uma entrada anual de 50 (cinquenta) discentes, selecionados(as) de acordo com a regulamentação de acesso da UFC. Como regra geral, as disciplinas serão ofertadas no período da tarde, mas, em virtude de especificidades, algumas poderão ser ofertadas no período da manhã ou noite.

## 12 QUADRO GERAL DE INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

<b>DADOS GERAIS SOBRE O CURSO</b>	
<b>CURSO</b>	Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas
<b>VAGAS</b>	50 vagas anuais
<b>MATRÍCULA/ENTRADA</b>	Anual
<b>PERÍODO/TURNO</b>	Vespertino
<b>CARGA HORÁRIA DE CADA COMPONENTE CURRICULAR</b>	
<b>DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS</b>	1344 horas
<b>DISCIPLINAS OPTATIVAS</b>	1024 horas
<b>ATIVIDADES COMPLEMENTARES</b>	224 horas
<b>ESTAGIO SUPERVISIONADO</b>	384 horas
<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>	64 horas
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DE INTEGRALIZAÇÃO</b>	3040 horas
<b>DURAÇÃO DO CURSO</b>	
<b>TEMPO MÁXIMO DE INTEGRALIZAÇÃO</b>	06 anos
<b>TEMPO MÍNIMO DE INTEGRALIZAÇÃO</b>	04 anos

## **13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Seguem abaixo considerações acerca dos processos de acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico e dos processos de ensino e aprendizagem do curso de Gestão de Políticas Públicas, em suas áreas de concentração.

### **13.1 Do Projeto Pedagógico**

Partindo-se do pressuposto de que todo projeto, seja ele pedagógico ou não, representa uma ação a ser realizada buscando uma descoberta, que sempre traz no seu bojo zonas de desconfortos e implica em desdobramentos que irão objetivar a construção de um estado melhor que o presente, daí a razão do projeto; também se é verdadeiro afirmar que a implementação de um projeto pedagógico é uma ação repleta de desafios.

A implantação do projeto do Curso de Gestão de Políticas Públicas deverá ser coordenada pelo Colegiado do Curso, a partir do primeiro período letivo envolvendo os professores e os estudantes; neste sentido, será realizado um Seminário de Preparação do Semestre que terá fundamental importância nesse processo. Ao final de cada período letivo, deverá ser realizado, em um dia (máximo de 4h/a), um amplo Seminário de Avaliação do Curso, também a ser contabilizado como Atividade Complementar, a fim de se implantar, no projeto, os ajustes que se fizerem necessários à correção de rumos e ao aperfeiçoamento do curso.

O projeto deve também contemplar opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo. Sendo assim, a realização do acompanhamento e da avaliação das atividades do curso enseja a reflexão sobre como o mesmo encontra-se organizado, fazendo com que o projeto pedagógico seja, de fato, concretizado integralmente e modificado e, corrigindo os rumos sempre que se fizer necessário, buscando sempre a sua ressignificação.

Em função disso, a avaliação crítica do projeto deverá buscar explicar e compreender as causas das possíveis insuficiências e problemas que venham a ser detectados, bem como as relações entre essas causas e as necessidades de atuar nestas, construindo ações alternativas a serem criadas sempre de forma coletiva.

A perspectiva crítica exige que se analise o Projeto Pedagógico não como algo inflexível, mas fundamentalmente como um projeto que aceita, reconhece e reflete as

contradições e conflitos vinculados às dinâmicas sociais e políticas do país. A partir destas perspectivas pode-se compreender que o projeto parte de três eixos fundamentais: da avaliação contínua, da avaliação formativa e da avaliação progressiva, sempre realizadas de forma coletiva. Estimular a participação na construção continuada e avaliação do projeto pedagógico significa se apropriar dos resultados da própria organização do trabalho pedagógico e trilhar pelos caminhos pelos quais este curso foi constituído.

O processo de avaliação proposto será aplicado em quatro momentos:

- 1) Estabelecimento de um marco inicial, aqui denominado de Marco Zero do Curso de Gestão de Políticas Públicas, no primeiro semestre de funcionamento do Curso;
- 2) Problematização da realidade do curso no momento da avaliação;
- 3) Organização das compreensões críticas da realidade encontrada e problematizada;
- 4) Criação coletiva de proposição das alternativas de ação.

A Comissão de Avaliação ficará responsável pela condução do processo de avaliação do Curso. A fim de se viabilizar o processo de avaliação, serão realizadas reuniões que poderão também acontecer também em meio virtual, onde professores e alunos (as) poderão expressar suas perspectivas e relatos, organizando reflexões em propostas e gerando alternativas que serão submetidas à coletividade. Outras ações serão propostas pela Comissão, a partir de sua efetivação.

### **13.2 Dos Processos de Ensino e de Aprendizagem**

Os procedimentos gerais da avaliação dos processos de ensino e aprendizagem estarão em absoluta conformidade com as orientações regimentais da Universidade Federal do Ceará, contudo, o caminho para estabelecimento destes indicadores será realizado através de um decurso coerente com a atualidade e a orientação pedagógica do curso de Gestão de Políticas Públicas.

A avaliação deverá ter por base os conteúdos, a metodologia adotada e a natureza das disciplinas e atividades - se teórica ou teórico-prática, considerando o tipo de profissional a ser formado e para que tipo de sociedade em que ele irá intervir; os paradigmas que informam e sustentam o projeto pedagógico; os tipos de conhecimentos, habilidades e valores a serem experienciados e desenvolvidos pelos (as) alunos (as) e as implicações para as práticas de ensino-aprendizagem nas diversas instâncias do curso, considerando os aspectos



definidos anteriormente nos Princípios norteadores e nas Metodologias de Ensino e de Aprendizagem.

Defende-se que nos processos de formação e de avaliação, torna premente superar a compreensão de que a avaliação da aprendizagem pode ser realizada a partir da simples soma de tarefas e técnicas realizadas individualmente e de forma parcelada, postura privilegiada pela concepção tecnicista da educação e do trabalho.

Isso significa estabelecer que:

- Professor(a) e aluno(a) são sujeitos e partícipes dos saberes a serem desenvolvidos ao longo das disciplinas do curso, evitando-se a postura do(a) professor(a) como único detentor(a) e disseminador(a) de informações e saberes;
- A aprendizagem coletiva, em grupos, terá destaque central considerando que a interdisciplinaridade da formação requer obrigatoriamente a necessidade de agregação de saberes, experiências e práticas diversas para o enfrentamento de questões complexas e atuais que se colocam aos estudantes.

A avaliação no Curso de Gestão de Políticas Públicas seguirá as orientações do Regimento Geral da Universidade Federal do Ceará, conforme segue:

*Art. 109 - A avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina e, quando se fizer necessário, na perspectiva de todo o curso, abrangendo sempre a assiduidade e a eficiência, ambas eliminatórias por si mesmas.*

*§ 1º. - Entende-se por assiduidade a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina.*

*§ 2º. - Entende-se por eficiência o grau de aproveitamento do (a) aluno (a) nos estudos desenvolvidos em cada disciplina.*

*Art. 110 - A verificação da eficiência em cada disciplina será realizada progressivamente durante o período letivo e, ao final deste, de forma individual ou coletiva, utilizando formas e instrumentos de avaliação indicados no plano de ensino e aprovados pelo Departamento.*

*§ 1º. - As avaliações escritas, após corrigidas, e suas notas transcritas nos mapas de notas pelo professor, serão devolvidas ao (a) aluno (a).*

§ 2º. - A devolução de que trata o parágrafo anterior deverá fazer-se pelo menos até 07 (sete) dias antes da verificação seguinte.

§ 3º. - Será assegurada ao (a) aluno (a) a segunda chamada das provas, desde que solicitada, por escrito, até 03 (três) dias úteis decorridos após a realização da prova em primeira chamada.

§ 4º. - É facultado ao (a) aluno (a), dentro de 03 (três) dias úteis após o conhecimento do resultado da avaliação, solicitar justificadamente a respectiva revisão pelo próprio docente, encaminhando o pedido através do chefe do Departamento correspondente.

Art. 111 - Os resultados das verificações do rendimento serão expressos em notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), com, no máximo, uma casa decimal.

Art. 112 - A verificação da eficiência compreenderá as avaliações progressivas e a avaliação final.

§ 1º. - Entende-se por avaliações progressivas, aquelas feitas ao longo do período letivo, num mínimo de duas, objetivando verificar o rendimento do (a) aluno (a) em relação ao conteúdo ministrado durante o período.

§ 2º. - Entende-se por avaliação final, aquela feita através de uma verificação realizada após o cumprimento de pelo menos 90% (noventa por cento) do conteúdo programado para a disciplina no respectivo período letivo

Art. 113 - Na verificação da assiduidade, será aprovado o (a) aluno (a) que frequentar 75% (setenta e cinco por cento) ou mais da carga horária da disciplina, vedado o abono de faltas.

Art. 114 - Na verificação da eficiência, será aprovado por média o (a) aluno (a) que, em cada disciplina, apresentar média aritmética das notas resultantes das avaliações progressivas igual ou superior a 07 (sete).

§ 1º. - O (a) aluno (a) que apresentar a média de que trata o **caput** deste artigo, igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete), será submetido à avaliação final.

§ 2º. - O (a) aluno (a) que se enquadrar na situação descrita no parágrafo anterior será aprovado quando obtiver nota igual ou superior a 04 (quatro) na avaliação final, média final igual ou superior a 05 (cinco), calculada pela seguinte fórmula:

$MF = (NAF + \sum NAP/n)/2$  , onde:

□  $MF = Média Final;$

- *NAF = Nota de Avaliação Final;*
- *NAP = Nota de Avaliação Progressiva;*
- *n = Número de Avaliações Progressivas.*

*§ 3º. - Será reprovado o (a) aluno (a) que não preencher as condições estipuladas no art. 113, no **caput** e § 2º. do art. 114.*

*Art. 115 - Constará da síntese de rendimento escolar o resultado final de aprovação do (a) aluno (a), expresso por:*

- a) Média aritmética das avaliações progressivas;*
- b) nota de avaliação final;*
- c) média final;*
- d) frequência.*

*Art. 116 - A verificação do rendimento na perspectiva do curso far-se-á por meio de monografias ou trabalhos equivalentes, estágios, internatos e outras formas de treinamento em situação real de trabalho.*

*§ 1º. - A verificação do rendimento de que trata este artigo será regulada através de Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, observados o que constar no Anexo do curso e o disposto no parágrafo seguinte.*

*§ 2º. - Não poderá ser diplomado o (a) aluno (a) que, no conjunto de tarefas previstas para a avaliação do rendimento na perspectiva do curso, apresentar frequência inferior a 90% (noventa por cento), ou nota inferior a 07 (sete).*

*Art. 117 - A avaliação do rendimento escolar, prevista nos artigos precedentes, aplica-se aos cursos de graduação.*

A composição das notas será definida pelo professor. Quanto à formalização da avaliação e da passagem das notas, serão observadas as recomendações do regimento da UFC.

Além disso, será considerada a utilização de tecnologias Educacionais Presenciais e à Distância, através da adoção de práticas pedagógicas de formação intelectual, técnica e profissional do (a) aluno (a) visando o desenvolvimento de sua consciência crítica e autonomia conjugadas com os Princípios Norteadores elencados neste documento. O

desenvolvimento desses processos irá se constituir tanto na relação professor-aluno, nos momentos de encontros presenciais (sala de aula, laboratórios e demais espaços de uso comum do curso), quanto nas relações mediadas por ferramentas tecnológicas digitais (uso de ambientes virtuais de aprendizagem, ferramentas de comunicação, dentre outras). Os sistemas de ambientes virtuais da UFC utilizados permanentemente pelo curso são: O Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e o Ambiente virtual de Aprendizagem da Universidade Federal do Ceará (SOLAR).

O SIGAA é um sistema de informação de procedimentos da área acadêmica através dos módulos de: graduação, pós-graduação (stricto e lato sensu), ensino técnico, ensinos médio e infantil, submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, submissão e controle de ações de extensão, submissão e controle dos projetos de ensino (monitoria e inovações), registro e relatórios da produção acadêmica dos docentes, atividades de ensino a distância e um ambiente virtual de aprendizado denominado Turma Virtual. Assim como o Sipac, também disponibiliza portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações lato-sensu, stricto-sensu e de graduação e comissões de avaliação, tanto institucional, quanto do docente.

O SOLAR é um ambiente virtual de aprendizagem desenvolvido pelo Instituto UFC Virtual, da Universidade Federal do Ceará. Está orientado ao professor e ao aluno, possibilitando a publicação de cursos e a interação com os mesmos. Ele foi desenvolvido potencializando o aprendizado a partir da relação com a própria interface gráfica do ambiente, sendo desenvolvido para que o usuário tenha rapidez no acesso às páginas e ao conteúdo, fácil navegabilidade e compatibilidade com Navegadores. Aqui, o interagente se sente seguro a explorar os espaços disponibilizados. O ambiente é apoiado numa filosofia de interação e não de controle.

O uso de tais ferramentas tecnológicas será estimulado e possibilitará, também, o desenvolvimento de até 20% da carga horária de disciplinas (para os casos em que for aplicável, levando-se em conta as peculiaridades de cada caso) na modalidade à distância, conforme Portaria do MEC n. 4.059/04, de 10 de dezembro de 2004 e definido pelo professor, pelo representante da Unidade Curricular correspondente à disciplina e pela Coordenação do Curso. Disciplinas estas regulamentadas pelo Projeto Pedagógico do Curso.

Em suma, o Curso de Gestão de Políticas Públicas também tem entre os seus pressupostos a necessidade de superar a abordagem tradicional do ensino centrado no professor, no livro, na aula teórica, no conteúdo estático, documentado e estabelecido em desenhos curriculares enciclopédicos e inflexíveis.

## 14 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA A OFERTA DO CURSO:

### 14.1 Corpo Docente

A experiência de um curso novo fez necessário detalhar as reais necessidades de docentes, para sua implantação. Essas necessidades foram dimensionadas, levando em consideração as disciplinas que compõem o conjunto das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso; estas últimas, dependendo do itinerário formativo definidos para os(as) alunos(as), tornam-se obrigatórias.

No quadro a seguir, encontra-se uma distribuição das disciplinas obrigatórias, segundo os(as) docentes diretamente vinculados(as) ao Curso e disciplinas a serem ofertadas por outros departamentos da UFC

#### 14.1.1. Quadro de disciplinas por semestre por Departamento

SEM.	DISCIPLINAS	DEPARTAMENTO
1º	Sociologia aplicada às Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Fundamentos de Economia	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Estado, Governo e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formação Econômica, Política e Social Brasileira	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Fundamentos do Trabalho e da Pesquisa Científica	ECONOMIA DOMÉSTICA
2º	Fundamentos e Teorias da Administração	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Antropologia e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Estatística aplicadas à Gestão de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Psicologia Social no Campo Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Métodos de Pesquisa e Análise Qualitativa	ECONOMIA DOMÉSTICA
3º	Direito Administrativo	DIREITO PÚBLICO
	Políticas Públicas no Brasil	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Administração e Gestão Pública	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas I	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Métodos Pesquisa e Análise Quantitativa	ECONOMIA DOMÉSTICA
4º	Estado Brasileiro Contemporâneo	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Estado e Direitos Humanos no Brasil	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA

	Instrumentos de Planejamento e Gestão Pública	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas II	ECONOMIA DOMÉSTICA
5º e 6º	Residência Social I	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Residência Social II	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Participação e Sociedade Civil	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Economia do Setor Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Urbanas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Públicas de Intervenção Territorial	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Agrárias e Agroalimentares	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Públicas e Meio Ambiente	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Agroecologia no contexto das Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Intersetorialidade nas Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Educação e Cultura Alimentar	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Controle Social de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Agências Multilaterais e Planejamento de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Sociologia do Desenvolvimento Rural e Urbano	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Gestão Municipal e de Territórios	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Orçamento Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Ateliê de Políticas do Setor Público	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Temas Contemporâneos em Planejamento e Gestão Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Educação e Direitos Humanos	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Direito Constitucional	DIREITO PÚBLICO
	Políticas Públicas de Saúde	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise Social da Família e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
Políticas de Gênero	ECONOMIA DOMÉSTICA	
	Políticas Públicas para a Infância	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Juventudes	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas Públicas para o Envelhecimento	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Políticas e Programas de Microfinanças e Microcrédito	ECONOMIA DOMÉSTICA

	Políticas de Inclusão Social	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Economia do Terceiro Setor	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Economia Solidária e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Gestão do Terceiro Setor	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Movimentos e Conflitos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Cidadania, Direitos e Desigualdades	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Elaboração e Gestão de Projetos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Gestão Orçamentária de Projetos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Sociologia do Desenvolvimento e de Projetos Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Cultura e Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Gestão de Projetos e Produção Cultural	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Ateliê de Políticas Sociais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Temas Contemporâneos em Políticas Sociais.	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas I	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas II	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Metodologias em Avaliação de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Indicadores de Políticas Públicas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas Ambientais	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Urbanas	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas de Intervenção Territorial	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Agrárias e Agroalimentares	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas de Segurança e Soberania Alimentar	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Geração de Renda	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Gênero	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Infância	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas de Juventudes	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para a Cultura	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas para o Envelhecimento	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Ateliê de Avaliação de Políticas Públicas.	ECONOMIA DOMÉSTICA
7º	Residência Social III	ECONOMIA DOMÉSTICA
	Projeto de Monografia	ECONOMIA DOMÉSTICA

	Libras	LETRAS
	Disciplinas escolhidas dentre as optativas e não constituintes do itinerário formativo do (a) aluno (a)	ECONOMIA DOMÉSTICA
8º	Monografia	ECONOMIA DOMÉSTICA

## 14.2 Infra-estrutura

### 14.2.1 Docentes

Os docentes componentes da Comissão de elaboração deste Projeto Pedagógico, do Departamento de Economia Doméstica foram, a princípio, os responsáveis pela oferta do Curso, aliado à colaboração de professores de outros departamentos do Centro de Ciências Agrárias e de outras Unidades Acadêmicas da UFC. Segundo as necessidades do Curso, orientam-se a admitir professores efetivos e substitutos para atualizar o quadro dos professores das áreas demandadas pelo curso, principalmente para suprir as futuras aposentadorias que ocorrerão.

### 14.2.2 Corpo Técnico-Administrativo

A Coordenação do Curso atualmente conta com o apoio de um técnico-administrativo no período manhã–tarde.

### 14.2.3. Salas de Aula

As atuais dependências do CCA dispõem de 27 salas de aula com recursos de multimídia e acesso à internet. Em fase de construção, um novo bloco didático deverá acomodar mais 8 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada uma; além do bloco didático, o Curso de Gestão de Políticas Públicas funciona nas dependências do Departamento de Economia Doméstica (DED).

### 14.2.4. Laboratórios de informática

O DED dispõe de 01 laboratório de informática, equipado com 17 microcomputadores. Será utilizado tanto no apoio às disciplinas que necessitarem de seus



recursos, como também para os(as) alunos(as) em suas atividades de pesquisa, preparação de relatórios, monografias e consultas via internet.

#### 14.2.5 Bibliotecas Setoriais

O Campus do Pici dispõe da Biblioteca Central do Campus do Pici (BCCP), uma setorial de Economia Rural; e no campus do Benfica, as bibliotecas da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (BFEAAC), da Ciências Humanas (BCH) e do Curso de Arquitetura (BCA). Em todas há um importante acervo diversificado que poderá atender as necessidades de consultas relacionadas aos conteúdos curriculares do Curso.

Todos os acervos encontram-se informatizados e integram o Sistema de Automação PERGAMUM, que compõe o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. Esse serviço está disponível, via Internet, no portal da UFC (<https://pergamum.ufc.br/pergamum/biblioteca/index.php>), que possibilita também o acesso aos periódicos científicos no sítio da CAPES. Há que se considerar, ainda, as bibliotecas setoriais dos demais cursos da UFC que fazem parte da interdisciplinaridade do Projeto.

#### 14.2.6 Auditórios

O CCA dispõe de 6 (seis) auditórios equipados com recursos de audiovisuais e acesso à internet, adequados à realização de aulas magnas, palestras e conferências, possibilitando acomodar todo o corpo discente e docente desde de eventos locais e internacionais.

## **15 GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO**

### **15.1 Coordenação**

A Coordenação do Curso está organizada de acordo com o Estatuto da UFC, constituído por um coordenador e um vice-coordenador. A atribuição do coordenador segue de acordo com o Regimento da UFC (Art. 28 do Regimento Geral da UFC, 2017). A coordenação atua na implementação de propostas pedagógicas, administrativas e políticas, por meio do exercício democrático, desenvolvendo ações propositivas e proativas para o andamento do curso. A coordenação conta com o apoio do funcionário técnico-administrativo, o qual colabora no apoio e auxílio ao coordenador e também complementa o desenvolvimento do trabalho do mesmo.

### **15.2 Colegiado**

O Colegiado do Curso funciona como uma instância consultiva, sobre assuntos pedagógicos. Os integrantes do Colegiado são os representantes docentes das 4 (quatro) Unidades Curriculares nucleares à formação profissional do discente, com representantes eleitos por seus pares, e pela representação estudantil, estes na proporção de 1/5 (um quinto) do total de docentes, nos termos do Estatuto da UFC. O Colegiado do curso é a instância consultiva do curso, onde são propostas, apreciadas as políticas e ações de gestão do curso. Atualmente, o Colegiado do Curso reúne-se segundo a necessidade o requer.

### **15.2. Núcleo Docente Estruturante**

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é a instância consultiva do curso sobre assuntos pedagógicos e apoio à Coordenação sobre os assuntos referentes ao Projeto Pedagógico do Curso. O NDE na UFC é regido pelas resoluções CEPE/UFC nº 10/2012 e CONAES/MEC nº 1/2010. É vinculada à coordenação de curso, mas tem caráter autônomo, colegiado e interdisciplinar. No Curso, o NDE é composto pelo Coordenador do Curso e 5 (cinco) docentes com experiência no ensino superior, e que, preferentemente, possuam o título de Doutor. Este núcleo é atuante de forma permanente e reúne-se ordinariamente uma vez ao semestre. O NDE tem como principais atribuições acadêmicas o acompanhamento atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

## 15.4 Apoio ao discente

No contexto da UFC, a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE) promove e apoia os (as) estudantes de graduação com o objetivo de construir a cidadania, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e esportiva. Dentre eles: **1. Programa Ajuda de Custo:** tem por objetivo conceder ajuda de custo aos estudantes dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC) que desejam apresentar trabalhos em eventos de naturezas diversas, ou de eventos promovidos por entidades estudantis e grupos organizados de estudantes. **2. Programa Auxílio Moradia:** tem por objetivo viabilizar a permanência de estudantes matriculados nos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), em comprovada situação de vulnerabilidade econômica, assegurando-lhes auxílio institucional para complementação de despesas com moradia e alimentação durante todo o período do curso ou enquanto persistir a mesma situação. **3. Acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial:** a seção de Intervenção e Estudos Psicopedagógicos – SIEP prioriza atenção, sobretudo, em áreas da cognição e da aprendizagem significativa, sob uma abordagem integrada, implicando não somente os sujeitos, mas seus vínculos e saberes. A seção dedica-se a questões que potencializam o rendimento acadêmico do discente e intervém em dificuldades e transtornos de aprendizagem. Realiza atendimento individual, oportuniza estudos e desenvolvimento de projetos psicopedagógicos. A seção de Atenção Psicossocial desenvolve atividades que favorecem a integração, a permanência e a conclusão do Curso de Graduação dos estudantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), por meio de ações de acolhimento, escuta, orientação e assistência social. **4. Divisão de Apoio Pedagógico ao Estudante e Formação para a Inclusão da Secretaria de Acessibilidade - UFC Inlui** - compete oferecer suporte pedagógico ao estudante com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista durante sua permanência na Universidade e desenvolver ações que contribuam para a formação de servidores técnico-administrativos e docentes, cabendo-lhe exercer esta função por meio das seguintes ações: Identificar os estudantes com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista na UFC por meio de censo atualizado semestralmente; Desenvolver e coordenar estudos e pesquisas sobre acessibilidade e inclusão; Coordenar, orientar e acompanhar a equipe de estudantes bolsistas lotados na Secretaria; Orientar, prestar apoio e acompanhar o desenvolvimento acadêmico de estudantes com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista, atendendo às suas necessidades específicas; Prestar apoio pedagógico aos docentes

que atuam junto a estudantes com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista na UFC; Organizar e coordenar eventos de formação e campanhas sobre acessibilidade e inclusão na UFC.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é a unidade gestora de políticas para a promoção e apoio ao estudante de graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC), consolidando o amplo objetivo de construção da cidadania nos diversos segmentos acadêmicos que compõem a comunidade universitária. É da natureza do seu trabalho incentivar, acompanhar e promover o desenvolvimento do estudante em toda sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, técnico-científica, cultural, política e acompanhamento Psicopedagógico, Psicológico e Psicossocial<sup>12</sup>. **5. Programa Bolsa de Iniciação Acadêmica:** tem por objetivo propiciar aos estudantes de Cursos de Graduação Presenciais da Universidade Federal do Ceará (UFC) – em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada – especialmente os de semestres iniciais, condições financeiras para sua permanência e desempenho acadêmico satisfatório, mediante atuação, em caráter de iniciação acadêmica, nas diversas unidades da Instituição. **6. Programa Bolsa de Incentivo ao Desporto:** tem por objetivo incentivar os estudantes a incrementarem seu desempenho desportivo e acadêmico, mediante atuação em atividades relativas à gestão desportiva e rendimento desportivo. **7. Programa de Residência Universitária:** tem por objetivo propiciar a permanência do estudante - em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada - oriundo do interior do Estado, ou de outros estados, na Universidade Federal do Ceará, assegurando-lhe moradia, alimentação e apoio psicossocial durante todo o período previsto para o curso. **8. Programa de Restaurante Universitário:** tem por objetivo oferecer refeição balanceada e de qualidade a estudantes, docentes, servidores técnico-administrativos da UFC e pessoal a serviço da UFC de empresas terceirizadas contratadas, além de constituir um espaço de convivência e integração da comunidade universitária.

Destacam-se, também, as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Graduação que atua na concessão de bolsas nos seguintes programas: Monitoria de Projetos de Graduação; Programa de Aprendizagem Cooperativa em Células Estudantis; Programa de Educação Tutorial – Secretaria de Educação Superior (PET-SESu); Programa de Educação Tutorial -

---

<sup>12</sup> DIVISÃO DE ATENÇÃO AO ESTUDANTE - Programa de Acompanhamento Psicopedagógico ao Estudante Universitário (PAPEU). Endereço: Rua Paulino Nogueira, 315 – Bloco III – 1º andar – Benfica – Fortaleza - CE

Universidade Federal do Ceará (PET-UFC); Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e Programa de Iniciação à Docência.

A Pró-Reitoria de Extensão concede anualmente bolsas aos estudantes de graduação vinculados a uma ação de extensão, com o objetivo de contribuir na sua formação cidadã e na transformação social; incentivar os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos, como forma de aprendizagem da atividade extensionista; e de fomentar o interesse em extensão universitária, incentivando novos talentos potenciais entre estudantes de graduação e contribuindo, desta forma, para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos.

Na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação há o programa de bolsas PIBIC (Programa de Iniciação Científica), voltado para o desenvolvimento do pensamento científico e iniciação à pesquisa de estudantes de graduação que se destacam no curso. Essas ações promovidas pela UFC visa garantir aos discentes sua ambiência e permanência no curso, de modo que o (a) discente utilize o espaço da universidade de maneira integral, obtendo assim um melhor aprendizado.

#### **15.5. Condições de Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.**

**Acessibilidade física:** A UFC tem permanentemente mantido em suas atividades anuais investimento na infra-estrutura de acessibilidade de todos os prédios existentes, tendo em vista que as novas construções já contemplam os itens requeridos para acessibilidade. Trata-se de uma instituição com mais de 60 anos e todos os anos intervenções são feitas, de forma que quase todos os prédios já possuem rota acessível no estacionamento, têm pelo menos uma entrada acessível, têm vagas para pessoas com deficiência, possuem rampas dentro dos padrões, possuem plataformas ou elevadores, e, possuem banheiros acessíveis. Segundo a UFC no campus do PICI, em particular, 80% das obras já foram concluídas, e, no Benfica o andamento está mais lento devido a problemas burocráticos na licitação. O campus de Sobral por ser em sua maioria constituído de obras novas necessitou de menores intervenções. Encontram-se em implantação pisos táteis e placas com sinalização para deficientes visuais e estão projetadas as áreas comuns dos campi do PICI, Porangabuçu e Benfica já contemplando os aspectos de acessibilidade.

**Acessibilidade atitudinal, pedagógica:** A UFC, desde agosto de 2010 vem implantando sua política de acessibilidade e inclusão por meio de projetos e ações desenvolvidos pela Secretaria de Acessibilidade - UFC Inlui. Órgão suplementar, subordinada à Reitoria, à

referida Secretaria compete elaborar e implantar a política de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência na UFC, planejando, coordenando, orientando, realizando e acompanhando projetos e ações voltadas ao estímulo e desenvolvimento de uma cultura de inclusão no âmbito da universidade, tendo como público-alvo estudantes e servidores técnico-administrativos e docentes com deficiência e/ou com transtorno do espectro autista, além do contingente social usuário dos serviços ofertados pela universidade através de programas e projetos de extensão. Nessa perspectiva, a Secretaria de Acessibilidade - UFC Inclui desenvolve diversos projetos que contemplam a acessibilidade em seu conceito mais amplo, qual seja, a condição fundamental e imprescindível a todo e qualquer processo de inclusão social, e se apresenta em múltiplas dimensões, incluindo aquelas de natureza atitudinal, física, tecnológica, informacional, comunicacional e pedagógica, oferecendo suporte às unidades acadêmicas e administrativas para a efetivação da política de acessibilidade.

Para atender ao que se propõe a Secretaria de Acessibilidade – UFC Inclui está estruturada por setores organicamente integrados que atuam e desenvolvem atividades, conforme a seguinte descrição:

**Divisão Administrativa** - compete garantir à direção da Secretaria o devido assessoramento e aos demais setores o necessário suporte administrativo, cabendo-lhe exercer esta função por meio das seguintes atribuições: Prestar apoio às atividades da Direção da Secretaria de Acessibilidade UFC Inclui; Acompanhar o andamento das ações propostas pela Unidade; Com o apoio das demais Divisões, planejar, executar e controlar atividades que forem de competência da Unidade relativas à aquisição de bens e contratação de serviços; Realizar a gestão dos bens patrimoniais da unidade, de modo a promover o zelo e a guarda destes; Redigir e despachar as correspondências e os documentos oficiais da Unidade; Organizar e gerir os documentos e os arquivos da Unidade; Receber, conferir, protocolar, distribuir, arquivar e controlar correspondências, processos e demais documentos da Unidade; Administrar a estrutura física da Unidade, de modo a promover a conservação das instalações; e Colaborar com a gestão de pessoas na Unidade.

**Divisão de Produção de Material Acessível** - produz e edita recursos bibliográficos e informativos acessíveis às pessoas com deficiência sensorial, executando as seguintes atividades: Em parceria com o Sistema de Biblioteca da UFC, realiza cursos/oficinas sobre audiodescrição, formação de leitores, digitalização e edição de livros/textos; Com apoio das divisões de Tecnologia Assistiva e de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa produz recursos materiais ampliados, audiodescritos, digitalizados e editados, impressos em braile para pessoas cegas e traduzidos em Libras para pessoas surdas; Encaminha os

documentos digitalizados e editados que sejam de interesse científico para a Biblioteca Universitária, a fim de integrá-los ao acervo de materiais acessíveis a pessoas com deficiência sensorial; Acompanha o processo de edição dos documentos em formato acessível, conforme determina a Lei Brasileira de Inclusão, as Normas da ABNT e demais legislações de proteção ao direito autoral.

**Divisão de Tecnologia Assistiva** - presta assessoramento tecnológico que promova a inclusão, desenvolvendo as seguintes atividades: Pesquisar e/ou desenvolver soluções em Tecnologia Assistiva (TA), mantendo a Secretaria atualizada quanto aos mais recentes recursos de TA; Disponibilizar recursos de TA a estudantes e servidores da Universidade que necessitam deste recurso; Realizar manutenção corretiva e/ou preventiva nos equipamentos de Tecnologia da Informação da Secretaria de Acessibilidade, do Departamento de Letras Libras e Estudos Surdos, e da Coordenação do Curso de Letras Libras; Desenvolver e gerenciar o website da Secretaria.

**Divisão de Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa** - compete mediar a comunicação da pessoa surda nas diversas situações do contexto institucional, por meio das seguintes ações: Mediar situações de comunicação entre surdos e demais membros da comunidade acadêmica; Interpretar conteúdos compartilhados em salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação onde se encontram surdos; Interpretar eventos diversos na comunidade acadêmica; Traduzir textos acadêmicos e produtos informacionais em Libras/Língua Portuguesa para pessoas surdas da comunidade universitária; e Promover eventos e realizar estudos que contribuam com a qualidade das atividades inerentes à divisão que propiciem o domínio dos conteúdos abordados nas diversas atividades da vida acadêmica.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J.R. de C. Gestão de políticas públicas: uma nova experiência? **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. especial, v. 2, n.6, 2011

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online], 2003, v.18, n.51, p. 7-10.

FERNANDES, Ivana Leila Carvalho. **Educação do campo para as ciências agrárias: avaliação do Programa Residência Agrária-Ceará**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará 2013.

FÓRUM DE PROFESSORES E COORDENADORES DO CAMPO DAS PÚBLICAS. **Relatório do XIII Fórum de Professores e Coordenadores do Campo de Públicas**. Universidade Federal do Paraná – Matinhos (PR), 08 e 09 de maio de 2014.

ETULAIN, C.R. Graduação em gestão de políticas públicas da Faculdade de Ciências Aplicadas da UNICAMP: interdisciplinaridade, rigor analítico e visão integral do mundo contemporâneo. **Temas de Administração Pública**, Araraquara, ed. Especial, v.2, n.6, 2011

FARIA, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: MARQUES, E; FARIA, C.A.P.de. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – CNE – CES. RESOLUÇÃO Nº 2, DE 18 DE JUNHO DE 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. RESOLUÇÃO Nº 14/CEPE, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2007. Dispõe sobre a regulamentação do “Tempo Máximo para a Conclusão dos Cursos de Graduação” da UFC.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 32/CEPE, DE 30 DE OUTUBRO DE 2009. Disciplina o Programa de Estágio Curricular Supervisionado para os estudantes dos Cursos Regulares da UFC.

\_\_\_\_\_. RESOLUÇÃO Nº 7/CEPE, DE 17 DE JUNHO DE 2005. Dispõe sobre a regulamentação as Atividades Complementares nos Cursos de Graduação da UFC.

\_\_\_\_\_. PROGRAD-Coordenadoria de Projetos e Acompanhamento Curricular. Orientações e Reflexões para (Re)Elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação

SCHOMMER, P.C.; FRANÇA FILHO, G.C. de. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, jun./nov. 2010, p. 203-226